

MARIA ZILENE CARDOSO

GASPAR, SÉCULO XIX

AS DIFICULDADES PARA O SEU POVOAMENTO INICIAL E A
DESMISTIFICAÇÃO DE UMA DEPENDÊNCIA

Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa Ca
tarina, para obtenção do grau
de Mestre.

FLORIANÓPOLIS

1991

GASPAR, SÉCULO XIX
AS DIFICULDADES PARA O SEU POVOAMENTO INICIAL E A
DESMISTIFICAÇÃO DE UMA DEPENDÊNCIA

por

MARIA ZILENE CARDOSO

Dissertação aprovada como requisito para obtenção
do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em
História, pela Comissão formada pelos professores-

ORIENTADOR:

Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa

Profa. Dra. Marly Ana Fortes B. Mira

Prof. Dr. Paulo Fernando de A. Lago

Florianópolis,

À Érica Finck Cardoso minha mãe,
presença constante nos desafios
de minha vida.

Às minhas filhas
Larissa e Paula,
pela compreensão da minha ausên
cia em momentos importantes de
suas vidas.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Carlos Humberto P. Corrêa, meu orientador, pela dedicação e clareza na orientação, por suas críticas e sugestões;

Aos Professores em geral do Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, pelos conhecimentos transmitidos;

Aos colegas mestrando pelo estímulo;

Aos meus pais e irmãos pelo apoio;

Ao Prof. Dr. Walter F. Piazza pelos esclarecimentos valiosos;

Aos amigos, em especial ao Prof. Jaecyr Monteiro, pelo auxílio nas correções;

Ao ex-Prefeito de Gaspar, Sr. Tarcísio Deschamps, pelo interesse demonstrado durante a sua gestão, pela educação, e principalmente pelo desvendamento da história do município;

Ao Paulo, pelo estímulo incessante e companheirismo;

À Rossane, pelo exímio trabalho de datilografia;

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Estado-Florianópolis, principalmente à bibliotecária Neusa Rosane Damia

ni Nunes;

Aos funcionários do Arquivo Histórico de Joinville;

Aos funcionários do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, de Blumenau, em especial à Suely Petry, cuja atenção e colaboração, foi fundamental para que a pesquisa tivesse êxito;

Aos funcionários do Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim de Brusque;

Aos funcionários do Museu Histórico de Itajaí;

Aos funcionários da Mitra Metropolitana de Florianópolis;

Aos funcionários da COLECATE (Coleção Catarinense de Terras);

Aos funcionários da Paróquia de São Pedro Apóstolo de Gaspar;

Aos funcionários da Biblioteca Pública Estadual de Florianópolis;

Aos funcionários da Biblioteca Universitária da UFSC - Setor Santa Catarina;

Aos funcionários do Tribunal Regional Eleitoral de Florianópolis;

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;

Ao Sr. Leopoldo Schramm, pela entrevista;

Aos órgãos: CAPES, CNPq, LINC, UFSC, UNIVALI pelo apoio financeiro;

À Secretaria da Educação, pela dispensa concedida;

Enfim, a todos os que me apoiaram e auxiliaram na execução deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	1
 CAPÍTULO I - A COLÔNIA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	
1.1. Política de Colonização no Império e a Colonização Alemã em Santa Catarina -----	11
1.2. A Colonização Alemã em Santa Catarina -----	21
1.3. A Colônia São Pedro de Alcântara e seu fracasso --	30
 CAPÍTULO II - A FIXAÇÃO DOS PRIMEIROS MORADORES EM GASPAR	
2.1. O Rio Itajaí e a Denominação Gaspar -----	43
2.2. A Denominação "Gaspar" -----	46
2.3. A Chegada dos Primeiros Moradores -----	48
 CAPÍTULO III - A COLÔNIA PARTICULAR DO DR. BLUMENAU E A INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO APÓSTOLO EM GASPAR -----	97
 CAPÍTULO IV - A REAÇÃO DE GASPAR AO JUGO DE BLUMENAU 1861-1880 -----	140

4.1. Padre Alberto Francisco Gattone e Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau -----	140
4.2. A Questão dos Limites da Freguesia de São Pedro Apóstolo -----	155
4.3. A Construção da Igreja Católica e do Cemitério da Paróquia de São Pedro Apóstolo - Gaspar -----	171
4.4. A Questão dos Casamentos Mistos -----	186
4.5. A Transferência do Padre Gattone para Brusque e seu Substituto -----	190
CONCLUSÃO -----	198
ANEXOS -----	204
BIBLIOGRAFIA	
1. Fontes Primárias -----	229
2. Fontes Secundárias -----	236

LISTA DE ANEXOS

ANEXO N° 1	-----	204
ANEXO N° 2	-----	205
ANEXO N° 3	-----	206
ANEXO N° 4	-----	207
ANEXO N° 5	-----	208
ANEXO N° 6	-----	213
ANEXO N° 7	-----	214
ANEXO N° 8	-----	215
ANEXO N° 9	-----	216
ANEXO N° 10	-----	219
ANEXO N° 11	-----	220
ANEXO N° 12	-----	221
ANEXO N° 13	-----	223
ANEXO N° 14	-----	224
ANEXO N° 15	-----	225
ANEXO N° 16	-----	228

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo justificar a importância, para a historiografia catarinense, de um estudo que tem o propósito de tirar do anonimato toda uma estrutura organizacional que tem existido antes da fundação da Colônia Blumenau, a qual Gaspar esteve sempre atrelada.

Além disso, tem sido mostrado que a dependência da Freguesia, depois Município de Gaspar com a Colônia Blumenau, decorreu de uma série de conflitos entre o fundador da Colônia, como também entre os colonizadores que já estavam vivendo por muito tempo em Gaspar e o citado fundador.

Com o propósito de analisar todo o heroísmo consagrado à pessoa de Hermann Bruno Otto Blumenau, foi resgatada uma vasta documentação que não tinha sido usada até então pela historiografia catarinense, onde aparece sua interferência nas mais importantes decisões para o impedimento do progresso de Gaspar.

Tentou-se mostrar a relação do diretor da Colônia Protestante de Blumenau com o vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo, uma vez que o diretor da mencionada Colônia não aceitava sua submissão em detrimento da elevação da categoria de freguesia, num espaço do qual ele se considerava dono.

ABSTRACT

This work has the aim to justify the importance, to the Catarinense historiography, of a study which has the proposition to take from the anonym all of an organizational structure that has been working, even before the foundation of the Blumenau Colony, from which Gaspar, historically, was always linked.

In addition, it has been shown that this dependency of Gaspar to the Blumenau Colony and after to the county of the same name, occurred among a series of conflicts between the Blumenau Colony founder and the colonists that had been living for a long time in Gaspar.

In order to analyze all the heroism regarded to the person of Hermann Bruno Otto Blumenau, it had brought off a long documentation that hadn't been used till then, by the traditional historiography where appears his interference in the most important decisions for the hindrance of the progress of Gaspar.

There was an attempt to show the relation of the Blumenau Protestant Colony director with the vicar of São Pedro Apóstolo parish since the director of the mentioned Colony, didn't accept his submission in detriment of the rise of the parish category, in a space of which, he considered himself the owner.

INTRODUÇÃO

Na opção que se fez por Gaspar, ficou evidente a nossa postura teórico-metodológica, pois a pesquisa histórica assim o exige. Na ciência histórica, correntes da filosofia da Ciência como o Positivismo, consideram-na apenas o reflexo fiel do passado. Opondo-se a esta linha, Carr sustenta que assim vista, a História consiste num corpo de fatos verificados¹. Concordando com a posição de Carr, o professor Ciro Flamarion Cardoso, afirma que este aspecto tira toda a cientificidade da História, uma vez que assim ela passa a ser vista, para usar um termo de Shaff, como um "acontecimento acabado"². A corrente histórica que se pretende seguir e que será a mola propulsora da pesquisa a que se propõe no presente estudo, afirma que a História apresenta características de uma ciência. Neste sentido, ela é vista, não como um fato pronto, passivo, contemplativo, mas sim, como um processo infinito, com participação ativa do sujeito que faz a história e do objeto do conhecimento histórico, levando, consequentemente a constantes reinterpretações do trabalho do historiador. Neste caso, a história é entendida como o resultado da ação transformadora do homem sobre a natureza e sobre

¹CARR, E.H. O que é História. p. 13.

²SHAFF, Adam. História e Verdade. p. 10.

ele próprio, executada não isoladamente, mas de forma coletiva³.

Entende-se por fim, que a História, enquanto área do conhecimento humano, possui uma abrangência social inerente ao contexto em que se inserem os fatos. Isto é, seu estudo pode contribuir para a formação da consciência social de um povo.

Portanto, a escolha da teoria metodológica aqui proposta tem como pressupostos básicos que o estudo ora esboçado, fundamenta-se em uma análise crítica reflexiva da História do povoamento de Gaspar.

Entende-se, porém, desde o início desta pesquisa, que seria imprudente abarcar toda a vastidão da história do município de Gaspar. A generalização é inimiga do saber científico e por isso mesmo fez-se questão de limitar a área de abrangência da mesma.

Como é intenção primeira deste trabalho desmistificar problemas da suposta dependência histórico-cultural de Gaspar em relação à Blumenau, como também, mostrar como o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau atrelou o desenvolvimento de Gaspar ao desenvolvimento da sua colônia, entende-se ser conveniente considerar a década de 1830 como marco inicial desta pesquisa.

³CARDOSO, C.F. Uma introdução à História. p. 82.

Esta posição se justifica em função do processo de ocupação das terras de Gaspar ter ocorrido em um período anterior ao da colonização européia do Vale do Itajaí. Partindo daí, o esforço maior de estudo é orientado para o período de 1830 em diante, embora se faça menções ao período do século XVIII, com vistas ao reconhecimento das bases (econômico-social, institucional e histórica) prevalecentes. Por outro lado, examina-se as perspectivas futuras depreendidas das análises do lento desenvolvimento de Gaspar, sem perder de vista, como marcos mais remotos, as características e os condicionamentos a nível mundial.

A pesquisa abrangeu todo o período da existência da Freguesia de São Pedro Apóstolo até sua incorporação ao Município de Blumenau, criado pela Lei nº 860, de 4 de fevereiro de 1880, onde o Auto da instalação da Vila e Município ocorreu em 10 de janeiro de 1883.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que a origem do povoamento de Gaspar é um fato independente do processo de colonização de Blumenau; pois "cada época, cada meio humano, cada objeto histórico levanta sempre uma pluralidade de problemas que é, susceptível de prestar-se a uma infinidade de questões"⁴. Partindo dessa premissa, formulamos a hipótese de que Gaspar como área de povoamento, possui identidade histórico-cultural

⁴MARROU, Henri F. Sobre o conhecimento histórico. p. 53.

perfeitamente diferenciada de Blumenau. Propõe-se, assim, abrir um caminho que ainda não foi explorado: a reação do Dr. Blumenau perante a supremacia de poder da Freguesia São Pedro Apóstolo em detrimento da sua submissão à referida Freguesia, criada onze anos após a fundação de sua colônia.

Evidentemente que o despertar inicial para o levantamento e desenvolvimento da temática que resultou numa definição mais clara do espaço de Gaspar, foi consequência da leitura documental que compulsamos. No entanto, a revelação deste espaço adquiriu sentido quando relacionado a uma outra identidade, a da Colônia Blumenau.

Através de eufemismos dos verbos utilizados, certos fatos têm sido mencionados, outros silenciados. Há uma seleção centrada no local dos espaços importantes da história da Colonização de Blumenau. As palavras empregadas induzem a uma determinada visão, como por exemplo, o envio de colonos, após a chegada do Dr. Blumenau, para o Vale do Itajaí. Isto não leva em conta o estabelecimento de colonos vindos anteriormente da Colônia São Pedro de Alcântara e até mesmo das proximidades, muito antes da vinda do Dr. Blumenau para o Vale do Itajaí.

Convém lembrar o que afirma Lévi-Strauss:

"toda sociedade está sempre determinada por dois elementos, tempo e espaço, e, portanto, está submetida à incidência de outras sociedades, assim como a seus próprios estados anterior-

res de desenvolvimento, tendo-se em conta, ademais, que inclusive em uma sociedade teórica, que se imaginasse sem relação com os demais e sem dependência com seu próprio passado, os diferentes sistemas de símbolos que constituem sua cultura ou civilização seriam irreduzíveis aos de outros"⁵.

Na verdade, esta concepção de Lévi-Strauss está baseada em seu conceito de cultura que posteriormente o levou a elaborar as noções de microespaço e macroespaço que não contemplam esta relação. Mas, feita a ressalva, vale a pena reter a necessidade de qualquer espaço, manter relações com o que lhe precede. Isto não ocorre em absoluto com o povoamento de Gaspar, pois, a *Historiografia Catarinense**, de início, trata deste povoamento a partir de um espaço que não é o de Gaspar, e sim o de Blumenau. No entanto, no período em foco, desde a criação das Colônias do Arraial do Pocinho e do Belchior, ocorrida em 1835 e a fundação da Colônia Blumenau em 1850, não houve análise dos documentos pertinentes.

Numa postura teórica diversa da de Lévi-Strauss, Castoriadis afirma que, ao se instituir, e antes de ser determinada por tempo e espaço, a sociedade, ela própria, institui seu espaço e tempo. O espaço é o "lugar", "topos", na ordem das coexistências. É necessário um "espaço", uma dimen

*Especificamente os historiadores que tratam da colonização alemã em Santa Catarina.

⁵ LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Antropologia y Sociologia. p. 20.

sionalidade para que as formas possam estar juntas, e elas devem poder estar assim, porque não podem ser umas sem as outras. O espaço então é essencialmente relação, co-participação, que se explicita de diversas maneiras. A dimensionalidade do social-histórico não é um "quadro" no qual o social-histórico se instala e se desenrola; ela é, ela mesma, o modo de auto-desdobramento do social-histórico, "espaço-tempo" no qual "situamos" toda a "realidade". A própria "realidade" histórica quando colocada como simples exterioridade, é produto da instituição social histórica, e, além disso, enigma interminável⁶.

É evidente a preocupação do presente estudo, no sentido de recuperar a real identidade histórica de Gaspar. Para tanto, a pesquisa foi desdobrada em capítulos.

À medida que desenvolvemos o estudo, procuramos explorar situações que, de modo inequívoco, garantissem o alcance dos objetivos propostos.

No primeiro capítulo, é nossa preocupação analisar a política de colonização do Império Brasileiro e a colonização em Santa Catarina, enfatizando, sobretudo, as peripécias da colonização alemã em São Pedro de Alcântara. Neste momento do trabalho situamos também a proposta nuclear da pesquisa

⁶CASTORIADIS, C. L' institution Imaginaire de la Sociêté. pp. 251-301. In: TELLES, Norma Abreu. Cartografia Brasília ou Esta História está mal contada. p. 46.

sa e através de fontes primárias, procuramos sempre ressaltar o pioneirismo do povoamento de Gaspar em relação a outros núcleos populacionais do Médio Vale do Itajaí.

E, foi dentro dessa ótica que fizemos uma abordagem, ainda que sucinta, sobre a Colônia São Pedro de Alcântara, visando resgatar o seu verdadeiro valor histórico. Essa colônia, fundada por iniciativa estatal nos fins da década de 1820, não pode ser estudada como uma simples iniciativa fracassada. Ela pode e deve servir de caminho natural para explicar as origens, de certo modo ainda obscuras, de povoadamentos e colônias que surgiram no período imediatamente anterior à década de 1850.

No segundo capítulo, continuando o desenvolvimento da linha mestra norteadora deste trabalho, foi nossa preocupação estudar o espaço físico e o seu processo pioneiro de ocupação. Assim, antes de discutirmos o povoamento da região, fizemos um reconhecimento da área em estudo, partindo da orla marítima, junto à Foz do Itajaí-Açú e, subindo o rio, analisando especialmente o Médio Vale, ou, para sermos mais exatos, a margem esquerda do referido rio.

A ocupação do Médio Vale do Itajaí-Açú está marcada por constantes conflitos entre o colono que chegava e o primitivo proprietário da terra - o índio - sendo este, sempre colocado como um entrave ao progresso da colonização.

É oportuno salientarmos que foi neste contexto de hostilidades que surgiu o povoamento da região, a fundação de

arraiaais e, o que é importante, tudo isso antes da fundação da Colônia Blumenau. Enfatizamos ainda, neste capítulo, o significado que tem para o estudo da história de Gaspar, sobretudo, seus primórdios, conhecermos as diretrizes tomadas pelo povoamento da orla marítima vizinha à Foz do Itajaí-Açú, especialmente Porto Belo e Tijucas.

Por fim, procuramos desmistificar o suposto pioneirismo da colonização belga no povoamento de Gaspar e, aproveitando este contexto, tivemos a preocupação de tecer algumas críticas sobre informações errôneas, veiculadas em jornais, sobre a colonização de Gaspar.

No terceiro capítulo, toda a nossa atenção está concentrada na Colônia Blumenau e na fundação da Freguesia de São Pedro Apóstolo, em Gaspar.

Sem perder de vista o pioneirismo do povoamento de Gaspar em relação a Blumenau, procuramos traçar um paralelo entre os dois processos de colonização, sobretudo, destacando os esforços do Dr. Blumenau para fazer vingar a semente plantada no Médio Vale do rio Itajaí-Açú. Os percalços da colonização de Blumenau, em seus primeiros dez anos, receberam um tratamento especial, com enfoque nas dificuldades, no aliciamento de colonos na Alemanha e, na precariedade de recursos existentes para desenvolver o empreendimento colonizador.

A transformação de Blumenau em Colônia Oficial e a criação da Freguesia, no início da década de 1860, resolveram

alguns conflitos latentes que existiam na colonização do Médio Vale, acima de tudo, aqueles referentes à formação religiosa que deveria ser dispensada à população.

No quarto e último capítulo de nosso trabalho, a preocupação é demonstrar, agora de forma definitiva e contundente, a proposta central de nosso estudo. Gaspar apresentou, nos primórdios de sua história, um processo de povoamento que em nada dependeu de Blumenau e, ainda mais, antecedeu ao empreendimento do Dr. Blumenau.

Uma vez fundada e estruturada a Colônia Blumenau, inicia-se uma nova fase na história de Gaspar. Não era possível aceitar o ímpeto dominador do Dr. Hermann Blumenau e, este particular, caracteriza o período - 1861 a 1880 - É a reação de Blumenau à submissão jurídico-política de Gaspar.

A postura de não submissão aos interesses da Colônia Blumenau será enfatizada através do confronto de valores materiais e espirituais, se estendendo desde questões de limites até a superposição de interesses, em busca de prestígio local ou regional. E foi na busca de sua afirmação como Freguesia que Gaspar conseguiu se destacar, assumindo um processo de colonização autônomo, que - com este estudo - se tenta resgatar.

Concluindo, queremos frisar que o objetivo central desta pesquisa, ou seja, a contestação da suposta dependência de Gaspar em relação a Blumenau, nos primórdios de sua história, está presente em todos os capítulos, quando damos

ênfase aos documentos que enfocam a ação de autoridades civis ou eclesiásticas de Gaspar.

Em síntese, nas propostas entusiásticas do padre Alberto Francisco Gattone, materializou-se a luta por um ideal, que este estudo resgatou e que refuta, de uma vez por todas, a dependência de Gaspar ao processo colonizador de Blumenau.

CAPÍTULO I

A COLÔNIA SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

1.1. Política de Colonização no Império e a Colonização Alemã em Santa Catarina

A colonização européia em Santa Catarina se insere num contexto mais amplo, envolvendo circunstâncias políticas e sociais que assolaram o velho continente por todo o século XIX.

A epopéia da colonização abriu uma nova página na História de Santa Catarina, página essa que começa a ser melhor conhecida através da desmistificação de supostas verdades que inegavelmente não resistem a uma análise à luz da moderna concepção da pesquisa histórica.

A História de Gaspar é um exemplo vivo dessa realidade. Os primeiros estudos realizados sobre o povoamento e a colonização européia nessa região atrelam todo esse processo inicial do povoamento a uma suposta dependência da Colônia Blumenau.

A bem da verdade histórica e calcado em estudos realizados à luz de fontes primárias, algumas distorções têm sido corrigidas, restabelecendo o pioneirismo do povoamento de Gaspar em relação a outras Colônias do Médio Vale do Itajaí.

Esta posição se justifica pelo fato da ocupação

das terras de Gaspar ter ocorrido em um período anterior ao da colonização do Vale do Itajaí. O critério de assentamento dos povoadores pioneiros na região não pode ser visto como uma consequência da imigração, nem da expansão do escravismo. Ele tem características próprias, e, é esta faceta que dá substância ao nosso estudo.

Partindo dessas considerações, pretende-se retratar o processo de colonização no Império, uma vez que, para se entender a ocupação inicial de Gaspar, necessário se faz um estudo preliminar da Colônia São Pedro de Alcântara, Colônia localizada nas proximidades de Desterro, pois, foi daí que emigraram os primeiros colonos alemães.

A colonização da área fronteira à Ilha de Santa Catarina insere-se na política de povoamento executada pelo Império, em continuação às primeiras medidas tomadas pelo governo de D. João VI. A existência dessa política é focalizada por Jean Roche, quando afirma que a iniciativa da colonização com imigrantes de outras etnias que não a Portuguesa, somente poderia vir da Coroa.

"Essa empresa, que ia contra a estrutura social e contra a concepção econômica herdadas do período colonial, tinha caráter revolucionário. Devia ser imposta pelo governo, único que podia conceber e traçar um plano de tal envergadura, organizar o recrutamento na Europa, conceder terras, instalar colonos e manter os estabeleci-

mentos, pelo menos durante algum tempo"¹.

No bojo da história brasileira avolumava-se o entrechoque de idéias. Idéias e fatos que, sobretudo nas primeiras décadas do século XIX, eclodiam para o Brasil como causa imigratória e, para a Europa, como ocasião emigratória².

No Brasil predominaram, por mais de três séculos, as realidades correlativas denominadas latifúndio/escravidão. A partir do século XIX, este sistema entrou em crise por conflitos de interesses econômicos, pois, ao lado dos tradicionais barões da lavoura, surgiram, na Inglaterra os novos barões da Revolução Industrial, avessos à grande massa de escravos, que seriam como entrave à expansão de mercados e à modernização do método de produção³.

A partir de 1810, são constantes as medidas de severidade, por parte da Inglaterra, contra os países traficantes de escravos. Daí a atitude refratária e relutante do Brasil com a Inglaterra, embora tivesse que efetivar o contrato de extinção progressiva do tráfico. Mesmo ante a terrível lei inglesa do "Bill Aberdeen", entre 1845 e 1849, houve no Brasil, um florescente período de tráfico⁴.

¹ ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. In: PELUSO JR., Victor Antônio. A Colonização alemã na área fronteira à Ilha de Santa Catarina. Observações Geográficas. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3a. fase, nº 2, 1º semestre, 1980. pp. 131 - 145.

² Ibidem.

³ Ibidem.

⁴ Ibidem.

Desde a etapa inicial dessa situação, o governo brasileiro, não via como bem governar, tendo, de um lado, a diminuta mas prepotente e gananciosa elite de senhores unicamente interessados na rendosa monocultura, na importação de "braços livres" para suas fazendas, constituindo-se em naturais amigos da colonização, e, de outro lado, a massa impotente e ignorante de escravos, peões e vaqueiros. O Senador paulista Vergueiro pleiteou e conseguiu implantar o "sistema de parceria" como regime de transição entre o trabalho escravo e o trabalho livre. Faltava daí a classe média para poder implantar o minifúndio e a policultura para o povoamento do "hinterland" brasileiro, para a dignificação do trabalho manual e a defesa militar do país. Sendo necessário para o equilíbrio das forças sociais e o fortalecimento da unidade nacional e da segurança estatal. Dentro deste quadro se chegava a compreender sempre mais, que o fim da escravatura estaria próximo e que o sistema latifundiário com o trabalho negro abrigava diversos perigos para o Império e constituía um entrave para o progresso e a civilização⁵.

A situação social, econômica e politicamente precárias do país já fora diagnosticada pelo Marquês de Pombal no século XVIII. Já se tinham feito as primeiras tentativas visando criar tanto no extremo norte, isto é, no Vale do Amazonas, quanto no extremo sul, nas futuras províncias de São Pe

⁵KOCH, Dorvalino. Luxemburgo nas emigrações alemães. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 3a. fase, nº 2, I semestre, 1980, pp. 71-95.

dro do Rio Grande e Santa Catarina, por intermédio de Colônias, uma classe média, econômica e socialmente independente dos latifúndios.

Apesar dessas providências, a tentativa de formar uma camada média, baseada na pequena propriedade agrícola e no trabalho do homem branco e sua família, fora malograda. O espírito dominante e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o branco, contagiou os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os à ociosidade ou ao emprego dos escravos. Daí, os açorianos no Vale do Amazonas se dedicaram, por meio de escravos e remeiros indígenas, à cata de especiarias agrestes. No Rio Grande do Sul os açorianos preferiam o pastoreio e em Santa Catarina a pesca⁶.

Na transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, Prado Júnior vê a raiz dessa política de povoamento.

"na base de todas as modificações sofridas está o fato profundamente revolucionário, da súbita transformação da antiga colônia, dominada e explorada por uma metrópole longínqua, em sede da monarquia, e do governo português"⁷.

Desde 1808 um Decreto permitia a imigração de não-

⁶OBERACKER JR., Carlos. História Geral da Civilização Brasileira - Cap. III. A colonização baseada no Regime da Pequena Propriedade Agrícola. p. 221.

⁷PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil e outros estudos.

portugueses e até a concessão de terras a católicos estrangeiros. Agora, o Decreto de 16 de março de 1820, dirigindo-se expressamente aos diversos povos da Alemanha e de outros Estados constituía o fundamento jurídico para a formação de colônias com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas propriedades agrícolas. Já em 1817 foi fundada junto ao Rio Santo Agostinho, em Espírito Santo, a Colônia Viana, que, presumivelmente já se apoiava na pequena propriedade⁸.

Pergunta Prado Júnior:

"como se explica esta atitude do governo português com relação à imigração e marcaria o início de uma era completamente nova na história do povoamento do Brasil".

O autor responde, apontando a debilidade da corrente de colonos brancos, a par da massa de escravos e mestiços, na Colônia, que se destinava a fornecer gêneros tropicais e metais preciosos ao comércio da metrópole, o que não mais correspondia às exigências de uma nação. O problema era, então, como organizar uma força armada e eficiente se a população era dispersa e rarefeita e constituída de quase a metade de escravos e de elementos heterogêneos e mal assimilados. O mesmo ocorria em relação à segurança interna⁹.

Pretendia-se concretizar, portanto, com a coloniza-

⁸ MORAES, Mello. Brasil Reino. p. 192.

⁹ PRADO JR., Caio. op. cit., p. 132.

ção baseada no regime de pequenas propriedades e do trabalhador livre, uma série de objetivos: demográficos (povoamento), morais (dignificação do trabalho manual), sociais (formação de uma camada média), militares (defesa das fronteiras) e, naturalmente, econômicos (abastecimento das cidades e das tropas).

Escreve Prado Júnior:

"O soberano, a Corte, seu séquito numeroso de fidalgos e funcionários ligados ao reduzido núcleo da classe dominante de colonos brancos que vieram encontrar aqui nunca se sentirão suficientemente seguros e tranquilos em meio desta massa, de escravos, libertos e similares que formavam o corpo da população do país, entre os quais, na falta de outros, tinha de recrutar suas forças armadas e de polícia" ¹⁰.

Era necessário então, uma nova política de povoamento, capaz de:

~~transformar~~ "transformar, este aglomerado heterogêneo de populações mal assimiladas entre si que então constituía o país, numa base segura para o trono português e para a sede de uma monarquia européia" ¹¹.

Parece que as idéias de José Bonifácio influíram na localização das primeiras colônias que se fundavam com a gente enviada pelo médico e viajante Dr. José von Schaffer, pois

¹⁰PRADO JR., Caio. op. cit., p. 133.

¹¹Ibidem, p. 133.

foram situadas ao longo do caminho para o sul: Santo Amaro e Itapecerica (1829), perto da Capital paulista, Rio Negro (1829), na fronteira posterior entre as Províncias do Paraná e de Santa Catarina, São Pedro de Alcântara (1828), perto de Desterro, Três Forquilhas (1826) e, afinal, perto de Porto Alegre e da fronteira sulina, em homenagem à Imperatriz, assim chamada "Colônia Alemã de São Leopoldo" (1824), a maior e melhor sucedida de todos (Vide Anexo nº 1).

Os colonos angariados por Schäffer provinham de todas as regiões alemãs, prevalecendo os imigrantes da Renânia, principalmente da região do Mosela, do Hunsrueck, e os imigrantes de Hesse. Bom número era formado de protestantes, tendo o Governo Imperial declinado tacitamente da exigência de pertencerem os colonos à religião católica¹².

Esses imigrantes não vieram em busca de riquezas, aventuras, ouro, para "fazer a América" e para voltar enriquecidos quanto antes à Europa. Eles vinham como chefes de família, com a mulher e filhos. Emigravam por faltar-lhes a oportunidade de um sucesso econômico ou pela incerteza de um futuro promissor aos seus filhos. Queriam adquirir uma propriedade agrícola a tornarem-se economicamente independentes. Outros vieram também por motivos políticos, decepcionados com a política reacionária após as guerras napoleônicas. Enfim, as causas são de ordem econômicas, políticas, sociais e ainda condicionadas por uma intensa propaganda por parte da Companhia de Colonização e de alguns países interessados em atrair imigrantes.

Durante o Congresso de Viena, sob a hegemonia da

¹² OBERACKER JR., Carlos, op. cit., p. 223.

Aúustria, foi estabelecida a Confederação Alemã, e o número de pequenos Estados incluídos na Confederação deixou evidente o caos político que era a Alemanha antes da unificação. O corpo legislativo da Confederação Alemã - o Bundestag, teve sua sede estabelecida em Frankfurt e decidia questões atinentes a todos os Estados, sendo esse o primeiro passo para a unificação alemã, marcando o início da chamada "Era de Metternich". Contudo são inúmeros os distúrbios internos em todo o território alemão, culminando com a Revolução de 1843¹³.

A colonização alemã no Brasil, por motivos diversos acabou se concentrando nas Províncias Meridionais (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), contribuindo, para tanto, à pressão dos grandes proprietários de café contrários à concessão de terras a estrangeiros, apesar de certo interesse do governo em estabelecer colonos que fossem pequenos proprietários livres¹⁴. Essa política, com fundamento na pequena propriedade, coincide nas primeiras décadas do século XIX com a colonização alemã, e nas duas últimas do mesmo século com a italiana.

O Major Schäffer comprovou ser homem de longa visão, enviando para o Brasil, além de lavradores, que constituíam, a maioria, artesãos, dos mais diversos ofícios, técnicos industriais, comerciantes, farmacêuticos, médicos, professores e pastores. Constituía, desta maneira a Colônia São Leopoldo, u

¹³ SEYFERTH, Geralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim. pp. 18 a 28.

¹⁴ HERING, Maria Luiza Reñaux. Colonização e Indústria no Vale do Itajaí. O modelo catarinense de desenvolvimento. p. 24.

ma pequena sociedade bem estruturada. O que não aconteceu com Colônias menores, fundadas na mesma época com menor número de habitantes e que não conseguiram assim formarem centros de caráter urbano: Santo Amaro e Itapecerica, Rio Negro e São Pedro de Alcântara. Observe-se que a Comissão do Major Schäffer, como aliciadora de colonos e soldados alemães foi extinta em 1828.

O nativismo, vencedor com a renúncia de D. Pedro I, não demonstrava somente falta de compreensão, em relação a obra iniciada, mas externava até uma atitude xenófoba, julgando prescindir da colaboração estrangeira.

A Lei de 15 de dezembro de 1830, proibia categoricamente ao governo fazer quaisquer despesas com a imigração e colonização estrangeira. Por este motivo a imigração estrangeira ficou interrompida praticamente até os fins da década de 50, pois era mínimo o número de colonos que vinham espontaneamente. Somente em 1834, pelo Ato Adicional, a colonização e a imigração, tornaram-se matéria a ser tratada pelas Províncias¹⁵.

Na análise do processo imigratório para o Brasil na segunda metade do século XIX, alguns pontos devem ser considerados, segundo Walter Piazza:

"1º - Supressão do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queirós - 1850), contrapondo o

¹⁵OBERACKER JÚNIOR, Carlos. op. cit., p. 227

incentivo ao trabalho livre quando se dá ênfase pela "Lei de terras".

2º - Havendo pronta aceitação na Europa, pois, nos anos de 1848-1850 no meio rural, são assinalados grandes crises na produção agrícola. E nos meios urbanos é a penetração da Revolução Industrial"¹⁶.

Já o último quartel do século XIX deve-se, como peça básica o "Contrato Caetano Pinto" celebrado entre o Governo Imperial e o Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, visando trazer para o Brasil, em 10 anos, 100 mil imigrantes europeus para o Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, sendo nesta oportunidade introduzidos em Santa Catarina um número bastante grande de italianos. É neste período que o fluxo colonizador tem um incremento considerável em nossa faixa litorânea, além da abertura de novas fronteiras agrícolas.

1.2. A Colonização Alemã em Santa Catarina

O processo colonizador da Província de Santa Catarina com elementos de origem estrangeira, excetuando-se os açorianos, tem início no século XIX. Até então o povoamento se processava ao longo do litoral, devido a certas dificuldades na penetração para o interior como a espessa vegetação que cobria a Serra do Mar e o temor que o europeu tinha dos nativos, - os

¹⁶PIAZZA, Walter F. Formação étnico-sociológico do catarinense. p. 8.

bugres, como eram chamados.

Apesar destes problemas, a política do governo brasileiro vai propiciando gradativamente, o aprimoramento de condições para a ocupação da faixa intermediária entre o litoral e o planalto, com as vantagens oferecidas, aquele elemento que se vê forçado a abandonar seu território de origem - Alemanha, França, Itália, Áustria, Polônia e outras áreas européias, por força de contingências sociais, políticas e econômicas, imigrando para a América¹⁷.

No sul, os camponeses são mais da Europa Central, alemães, suíços, italianos, poloneses, etc, além de pequena porcentagem de castelhanos, como vestígio visível da pressão expansionista do Sul para o Norte e do Oeste para o Leste, além de japoneses, que, deram preferência ao Paraná e São Paulo.

Em Santa Catarina, a escravidão jamais conseguiu firmar o pé em escala mais ampla, senão em alguns poucos pontos do litoral e assim mesmo ainda sempre em escala relativamente pequena, como foi na Capital, Nossa Senhora do Desterro, nas diferentes armações de pesca da baleia e nas fazendas de criação de gado, na região de Lages, Curitibanos e Campos Novos¹⁸.

O Governo Imperial exigia a proibição da admissão de escravos nas Colônias quando cedia terras devolutas para colo-

¹⁷ SANTOS, Roselys Izabel Correa dos. Colonização Italiana no Vale do Itajaí-Mirim, p. 13.

¹⁸ SCHNEIDER, A.B. Povoamento, Imigração e Colonização. Joinville, 1983. p.47

nização às Províncias e quando, em 1850 celebrou o contrato com a Sociedade Hamburguesa de Colonização. Em Blumenau, por iniciativa do Dr. Blumenau, foi proibida a escravidão, como também no Rio Grande do Sul, através do regulamento de 1845 e das leis de 1850 e 1854¹⁹.

A Colonização em Santa Catarina teve prosseguimento facilitado por diversas leis:

- a de 5 de maio de 1835 - que permitiu o estabelecimento de novas Colônias;

- a de 15 de julho de 1836 - que introduziu a colonização por empresa;

- a de 2 de maio de 1837 - que apresentou diversas disposições em relação à imigração e, encerrando o período, a lei 142 de 29 de abril de 1840, que designou distritos de colônias nas margens dos rios que descem a Serra Geral. Eram medidas tímidas, por serem as iniciais no processo colonizador brasileiro que distingue Santa Catarina no século XIX²⁰.

Antes da colonização açoriana, nas décadas de 40 e 50 do século XVIII, a ocupação do território de Santa Catarina era precária facilitando, sobremaneira, a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina, em 1777.

Os imigrantes vicentistas e portugueses eram distribuídos em pequenos núcleos no litoral: São Francisco (1658),

¹⁹OBERACKER JÚNIOR, Carlos. op. cit., p. 224.

²⁰HERING, Maria Luiza Renaux. op. cit., p. 28.

Desterro (1679), Laguna (1682)²¹.

O movimento que se constituiu na primeira iniciativa de imigração deliberada e oficial havida até então no Brasil foi a chegada de cerca de 5.000 imigrantes açorianos e madeirenses entre 1748 e 1756. Na época referida, a ocupação do território de Santa Catarina limitava-se a faixa litorânea. O Planalto foi ocupado de maneira mais intensa a partir de 1771, por paulistas, a cuja Capitania, o então território ficou vinculado até 1819. Lages e o seu termo vão se firmando, pouco a pouco, como pólo de desenvolvimento do planalto catarinense, pois, com o Alvará Régio de 9 de setembro de 1820, passa a pertencer à Capitania de Santa Catarina, tendo por limites a Serra Geral, os Rios Negro e Iguaçu e o Uruguai-Mirim ou Pelotas²².

Esta configuração territorial foi contestada pelo Paraná a partir de sua criação em 1853. Isto fortaleceu a idéia da ligação do litoral com o planalto, desenvolvida pela administração da Capitania de Santa Catarina em 1797, quando o Governador João Alberto de Miranda Ribeiro propôs a instalação de duas povoações às margens do caminho de tropas de São José a Lages²³.

Nas décadas de 1820 e 1840, reavivou-se o interesse pela ocupação do território de Santa Catarina, principalmente

²¹BRITO, Paulo José Miguel de. Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina. p. 73.

²²Ibidem. p. 74.

²³PIAZZA, Walter F. op. cit., pp. 244-245.

por pequenos contingentes de imigrantes europeus²⁴.

Como já se abordou anteriormente, desde 1808 houve por parte do governo o intuito de oficializar a formação de verdadeiras colônias com imigrantes europeus. Antes mesmo da Independência, talvez por iniciativa de D. Leopoldina, resolveram aliciar soldados e colonos alemães para colonizar a terra e manter a paz e a ordem no país.

A esperança dos colonos atraídos pelo Imperador brasileiro foi crescendo à proporção que os agenciadores da imigração intensificavam a campanha, assentada em tentadoras promessas, entre as quais a de receber a cidadania brasileira. O Major von Schäffer, um desses agenciadores, serviu ao governo brasileiro para angariar soldados para a guerra contra Portugal.

Além disso, os colonos receberiam também, gratuitamente, seus cavalos, vacas, bois, galinhas, ovelhas, porcos, etc. No primeiro ano, cada pessoa receberia a diária de um franco, e no ano seguinte, meio franco. Nos primeiros dez anos, nada de impostos, com a condição, de não se desfazerem da propriedade. Só depois de dez anos, começariam a pagar a décima parte de seus produtos.

Logo a notícia se espalhou pela Alemanha, chegando também a Lorena, Luxemburgo e Bélgica. Era ao longo das margens

²⁴ CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. p. 10.

do Reno, do Mosela e do Sauer, que estava o maior entusiasmo e migratório. Nada conseguia deter um povo empolgado pela grandiosa idéia.

Quanto ao número de luxemburgueses que emigraram para o Brasil entre as décadas de 20 e 50, do século XIX, não se pode determinar, nem aproximadamente, pois pelo sobrenome, em geral germânico, passavam por alemães e politicamente, por holandeses, pois desde 1815, o seu país fora anexado ao Reino dos Países Baixos. Não obstante, o primeiro contingente imigratório alemão, para o Brasil, contou com certo número de luxemburgueses dos quais, a maioria seguiu para a Província de Santa Catarina e outras ficaram no Rio de Janeiro nos batalhões de estrangeiros.

As primeiras levas de imigrantes tiveram Bremen como seu porto de embarque, pois são oriundos das regiões do Reno e do Mosela, notadamente do Hunsrueck e do Eifel, com alguns de Luxemburgo e de outros países vizinhos.

A viagem de Bremen até o Rio de Janeiro levou cerca de 3 meses, de junho a outubro de 1828. Vieram com o veleiro alemão "Johanna Jakobs", um total de 523 pessoas, sendo 146 famílias. Aos 28 de outubro, os imigrantes foram enviados do Rio de Janeiro para Santa Catarina, pelo Inspetor de Colonização Estrangeira, Monsenhor Pedro Machado Malheiros, em dois navios nacionais: o bergantim "Marquez de Viana" e o brigue "Luiza". Este, com 276 pessoas chegou a Santa Catarina no dia 7 de novembro; aquele, com 359 pessoas, aos 12 do mesmo mês. Os colonos do "Marquez de Viana" foram alojados em quartéis da

cidade e os dos brigue "Luiza" na Armação da Lagoinha ²⁵.

Portanto, conclui-se que o ingresso de colonos europeus em Santa Catarina, não portugueses, só se efetivou com a fundação da Colônia São Pedro de Alcântara.

Com a Lei Geral de 15 de dezembro de 1830, em seu artigo 40, abolia-se em todas as Províncias do Império as despesas com colonização estrangeira. É o orçamento do Império freando um fator básico do nosso desenvolvimento. Trata-se de um período de grandes atividades político-institucionais, ou seja, a consolidação da independência política do país, com períodos dedicados à movimentação de tropas, choques de fronteiras, como foi o caso da Banda Oriental do Uruguai. Então anexada ao Brasil como Província Cisplatina, onde a Província de Santa Catarina tem papel importante, mais uma vez por ser região de apoio logístico às tarefas militares e daí a formação de colônias que poder-se-ão dizer "fronteiras" ²⁶.

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, inicia-se um período de xenofobia, onde o estrangeiro é mal visto. Em 1834, com o Ato Adicional, a Província foi autorizada a fundar estabelecimentos coloniais, e assim o Regente Diogo Antônio Feijó, autorizou os governos provinciais a providenciarem o transporte e manutenção de imigrantes, ajudá-los no seu emprego, na agricultura ou em atividades artesanais.

²⁵KOCH, Dorvalino. op. cit., pp. 1-95.

²⁶PIAZZA, Walter F. op. cit., p. 245.

Em 1835, com a Lei nº 11, de 05 de maio, foram estabelecidas duas colônias nos Rios Itajaí-Mirim e Itajaí, com dois arraiais²⁷.

No ano seguinte, a 15 de julho, a Lei nº 49, permitiu a Colonização por empresa, quer por companhias, quer individualmente, tanto a nacionais como a estrangeiros²⁸.

Foi em continuação a este ímpeto crescente que em 1847, Anthero José Ferreira de Brito recebeu a visita do Dr. Hermann Blumenau, que veio pedir uma gleba de terras no Vale do Rio Itajaí, para fins de colonização, isto é, povoamento, para fins produtivos. Representava o Dr. Hermann Blumenau a "So-

²⁷ Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial - 1836. pp. 22 e 23. Arquivo Público do Estado, Fpolis-SC.

"A Lei Provincial nº 11 de 5 de maio de 1835, autorizou o estabelecimento de duas colônias nas margens dos Rios Itajaí e Itajaí-Mirim cada uma com dois arraiais, e a administração encarregou-se da execução desta lei, quanto as Colônias ao Cidadão Agostinho Alves Ramos, conhecido pelo empenho que tem mostrado em promover a prosperidade de que é susceptível aquele valioso distrito (...) Se estes estabelecimentos progredirem como prometem a fertilidade e riqueza do solo e a facilidade dos transportes por água; se pela exploração do Rio Itajaí, aqui já mandei proceder, e em que se dispensará 1.200\$000 rs se conhecer que o Itajaí-Mirim é navegável até o Trombudo. São incalculáveis os bens que daí virão à Província".

²⁸ PIAZZA, Walter F. op. cit., pp. 248-249-250.

cidade de Amparo do Imigrante Alemão no Sul do Brasil", constituída por um grupo de empresários hamburgueses, que tencionavam ativar a emigração dos alemães para o Sul do Brasil, atendendo aos apelos do governo brasileiro, representado neste ato pelo Visconde de Abrantes²⁹.

Em consequência da Lei de 15 de julho de 1836, surgiu também a Empresa Colonizadora - Demaria & Schutell, responsável pela implantação da Colônia Nova Itália.

Como já foi visto, são medidas tímidas por serem as iniciais, mas desde logo definem, a vocação de laboratório do processo colonizador brasileiro.

Mas o grande triunfo da política renovadora da década de 1850-1860 está consubstanciado na Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como "Lei de Terras" que dispunha sobre as terras devolutas no Império e determinava a sua medição, demarcação e a sua utilização para a colonização. A partir desta lei pode-se distinguir entre uma época de pouco ou nenhum interesse pela colonização estrangeira, e outra, que passou a ser de primordial importância nos negócios do País. Não obstante, esta lei não foi do agrado dos grandes latifundiários das áreas açucareiras e cafeeiras. Entrando em atrito com os que viam a pequena propriedade como a salvaguarda da agricultura extensiva e de exportação, como a grande salvação da economia nacional. A partir desta lei, outros decretos sur-

²⁹SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. op. cit., p. XXVIII. 296-297-298.

giram no intuito de incrementar a imigração, como também regulamentações foram necessárias para operacionalizar a aplicação da "Lei de Terras". Após essas correções e aprimoramentos, observou-se um surto colonizador bem estruturado, fugindo à improvisação até então verificada³⁰.

1.3. A Colônia São Pedro de Alcântara e seu fracasso

A fundação da Colônia São Pedro de Alcântara não se constituiu um fato isolado. Ela fez parte da execução de uma política de aumento da população brasileira com elementos de origem européia. Sem dúvida, sua criação reflete-se de singular importância, como pólo irradiador e como "célula mater" do processo de instalação de colônias de imigrantes europeus em Santa Catarina.

Apesar da Colônia São Pedro de Alcântara ter sido a primeira em Santa Catarina, publicações como *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo*, em suplementos sobre *Imigrações Germânicas*, atribuíram erradamente esta posição a Blumenau. Não é preciso repetir a primazia cronológica de São Pedro de Alcântara, pois, em 1848, antes de fundar a Colônia que levou seu nome, o Dr. Blumenau visitou São Pedro de Alcântara e os seus novos povoados em Pocinhos, Gaspar e Belchior³¹.

³⁰PIAZZA, Walter F. op. cit., pp. 249-331-332.

³¹KOCH, Dorvalino. op. cit., pp. 1 a 95.

"O único estabelecimento colonial propriamente dito existente nesta Província é o denominado São Pedro de Alcântara. Esta Colônia foi estabelecida à expensas do governo, há mais de vinte anos e formada de muitas famílias alemães. O local foi mal escolhido, no entanto, os colonos foram se estabelecendo, e cultivando, e a proporção que os mais mal aquinhoados adquiriram alguma coisa iam procurando espontaneamente outros pontos onde com mais vantagem se estabelecessem, quer ao Norte, quer ao Sul, tendo alguns vendido esses seus primeiros estabelecimentos"³².

A Colônia São Pedro de Alcântara, surgiu da necessidade de estabelecer duas freguesias, no caminho do sertão catarinense, em direção de Lages, tendo as mesmas, fins militares. Aberta uma picada, a partir de São José, Rio Imaruí acima*, foi destinada uma área de terras para receber os primeiros colonos³³. Sua fundação veio ao encontro de um projeto do século XVIII, em que o Governador da Capitania, Coronel João Alberto Miranda Ribeiro, propunha o estabelecimento de duas freguesias no caminho Desterro-Lages, para onde já existia uma picada a-

³²Do Registro do Presidente da Província para o Ministério Imperial 1846/1851 - Ofício nº 15, datado de 18/02/1847. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

*O nome desse rio tem variado entre os historiadores: Imauruhy, Maroim, Maruí, Imaruí, etc.

³³REITZ, Raulino Pe. Frutos da imigração. pp. 24-25-26.

berta, em 1787³⁴. O Monsenhor Pedro Machado, Inspetor de Colonização Estrangeira, enviou em 28 de outubro de 1828, como já foi visto, navios conduzindo colonos alemães: o brigue "Luísa" e o bergantim "Marques de Viana". O primeiro chegou a Santa Catarina a 7 de novembro com 276 e o segundo a 12 do mesmo mês com 359 pessoas. No total perfaziam 635 pessoas agrupadas em 146 famílias. Os 523 eram os que vieram diretamente de Bremen, aos quais foram adicionados 112 indivíduos oriundos de batalhões alemães dissolvidos na Capital do Império³⁵.

Na nova terra começam as primeiras decepções dos imigrantes, pois ao embarcarem para o Brasil, havia muita vibração, alegria e esperança de iniciarem uma vida melhor.

Por falta das Instruções do Governo Imperial, somente aos 4 de dezembro de 1828, foi possível ao Presidente da Província de Santa Catarina ordenar ao Sargento-Mor Silvestre José dos Passos, que fosse reconhecer o sítio próprio, para ser fundada a Colônia. Passos foi nomeado Diretor da Colônia em 9 de fevereiro de 1829 e encontrou uma série de obstáculos nesta fase inicial de implantação.

Tanto se arrastaram as improvisadas providências, que os colonos do "Marques de Viana" só puderam instalar-se no sítio

³⁴HERING, Ma. Luiza Renaux. op. cit., p. 27.

³⁵Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial - Em 01/03/1851 - Relatório 1851 - pp. 8 e 9. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

tio indicado a 1º de março de 1829, data da fundação da Colônia São Pedro de Alcântara. Só a partir daí, os próprios colonos começaram com a derrubada da mata próxima e a construção dos primeiros trinta e seis ranchos-casas³⁶.

O Presidente da Província, em 1851, ainda se refere às dificuldades encontradas:

"Não foi sem algum custo que se pode fazer seguir em 1829 para o seu destino receios das incursões dos gentios bravios, que infestavam aquellas mattas, deixando de irem 14 famílias. Não obstante esses receios e a esterilidade do terreno de alguma datas pode prosperar a Colônia de maneira que em 1844 merece da Assembléia Legislativa da Província ser elevada a Categoria de Freguezia, concedendo a Assembléia Geral no anno passado pela Resolução nº 518 de 31 de janeiro aos Extrangeiros nella estabelecidos o mesmo favor que pelo Decreto nº 397 de 3 de setembro de 1846 outorgou aos estabelecidos em São Leopoldo, e São Pedro das Torres do Rio Grande do Sul.

Até o presente, porém nenhum delles tem querido utilizar-se dessa graça. Com quanto muitos dos antigos colonos tenham se mudado para a Praia Comprida de S. José, possuindo alli negocios e officinas, e alguns procurado melhores terras em outros

³⁶ KOCH, Dorvalino. op. cit., pp. 1 a 95.

municípios. Conta a Freguesia mais de 1250 habitantes, sendo nacionaes mais de 840, e Extrangeiros 306, além de 78 captivos. Della exportão os lavradores vários generos, que abastecem esta capital. Muitos colonos possuem grandes estabelecimentos, e não pequena quantidade de animais cavallos e vacumm tirando destes o leite, do que já fabricão grande porção de manteiga, e alguns queijos"³⁷.

Por outro lado, para os imigrantes do brigue "Luísa", a situação trágica persistiu por mais de um ano e meio. Havia um clima de impaciência e irritação, ocorrendo até motim, por falta de pagamento dos 160 réis diários a cada colono, conforme fixado pelo Aviso Imperial de 25 de outubro de 1828³⁸.

Este Aviso Imperial, também ordenava que os colonos fossem estabelecidos entre a Capital e a Vila de Lages.

"No lugar que mais comodidade oferecer para uma povoação que deve ficar sobre a estrada projetada"³⁹.

³⁷Relatório do Presidente da Província à Assemblêia Legislativa Provincial - Em 01/03/1851. Relatório 1851, pp. 8-9. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

³⁸KOCH, Dorvalino. op. cit., pp. 1 a 95.

³⁹MATTOS, Jacintho Antonio de. Colonização do Estado de Santa Catarina. Dados Históricos e Estatísticos (1640-1916). p. 42.

Mas, achar um lugar cômodo neste local é muito difícil, pois, em sua maior parte, o terreno é "áspero e montuoso"⁴⁰.

A Colônia São Pedro de Alcântara, do ponto de vista econômico, não chegou a ser um empreendimento bem sucedido. Entre os problemas que enfrentou citam-se os diretamente ligados à terra: distribuição inadequada, área agricultável reduzida pelo relevo acidentado e introdução, na lavoura, de soldados inexperientes nessa atividade⁴¹. O próprio Presidente Mello e Alvim, após uma visita à colônia reclamou que os soldados despedidos dos batalhões não eram elementos bons para a nova colônia. Por duas vezes o mau tempo estragou bastante as plantações, fato que ocasionou muito sofrimento aos colonos. A primeira vez foi em 15 de abril de 1830, um temporal com granizo, e o segundo a 13 de novembro do mesmo ano, o mesmo fenômeno, só que com maior intensidade.

Essas dificuldades iniciais levaram algumas famílias a emigrarem de São Pedro no mesmo ano. Outros ainda, desejosos de ficar nas terras, que lhes foram destinadas, não descobriram águas suficientes para a movimentação de seus aparelhos domésticos, necessários para a economia. Além do mais, não encon

⁴⁰ Do Relatório de 15/02/1830, do Novo Presidente da Província, Miguel de Souza Mello e Alvim, enviado ao Marquês de Caravelas, Ministro do Império. In: MATTOS, Jacintho Antônio de. op. cit., p. 54.

⁴¹ HERING, Ma. Luiza Renaux. op. cit., p. 27.

traram as condições aceitáveis para um bom plantio, e por isso dali se retiraram, indo escolher terras mais baixas na própria colônia. Observe-se que desde a fundação, houve migração de colonos e seus descendentes, para outras áreas da Província. Em 1830 surgiram as Colônias de Alto Biguaçu e de Santa Filomena e, assim sucessivamente foram aparecendo outras: no Vale do Rio Cubatão, na Colônia Vargem Grande, no Rio Itajaí-Açú, com as povoações de Belchior e Pocinho, no Vale do Rio Tubarão, ou ainda para o vale do Rio Araranguá.

Em 1844, o Presidente da Província, relata o fato dessa migração à Assembléia Legislativa Provincial:

"O assento da Colônia São Pedro de Alcântara, no Distrito de São José, a primeira da Província, fundada com colonos alemães, por ordens do governo Imperial em 1828, ainda que mal escolhido, nem por isso deixou de ser povoado, e de estar hoje florescente a Colônia, de onde já tem saído bastante colonos empreendedores, que tranhando-se e estabelecendo-se nos que outrora foram desertos das Caldas, Cabeceiras de Biguassu. Cambriú e Itajaí, atraíram os nacionais, e hoje se vem aí muitos estabelecimentos destes"⁴².

42

Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial - ano 1844. pp. 28-29. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Assim no Relatório da visita às Colônias da Província de Santa Catarina (1861) Johann Tschudi diz que:

"Aqui se inicia a antiga Colônia alemã que foi fundada em 1827, por algumas famílias de alemães importadas ao Brasil, pelo Major Von Scheffer, ordem do Imperador D. Pedro II. As pessoas não gozavam de nenhum auxílio governamental e tiveram que passar muitos anos por diversas dificuldades. E este lugar onde estão estabelecidas essas 64 famílias fica entre os Pequenos Ribeirão do Gaspar Grande e Ribeirão do Gaspar Pequeno, cujas desembocaduras têm a distância de 150 "klaftern" (extensão de dois braços abertos)"⁴³.

Incontestavelmente esses alemães que Tschudi faz referências são os colonos vindos de São Pedro de Alcântara.

O insucesso dessa primeira fase da colonização deveu-se também a problemas administrativos, tais como o constante atraso no pagamento das diárias (160 mil réis, até que as terras comesçassem a produzir) e a Lei do Orçamento, ou Lei Nacional, de 15 de dezembro de 1830, que em seu artigo quarto mandava abolir todas as despesas do governo com a Colonização estrangeira. Isto significou, para as colônias recém-criadas, ainda sem infra

43

TSCHUDI, Johann Jacob von. As Colônias de Santa Catarina - a apresentação e anotações feitas por Walter Fernando Piazza-Blumenau-CNPq - Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988. pp. 45-46.

estrutura, para se desenvolver, o abandono à própria sorte. São Leopoldo, primeira colônia alemã fundada no Rio Grande do Sul, em 1824, teve da mesma forma seu desenvolvimento interrompido, sendo retomado mais tarde. São Pedro de Alcântara por sua vez, sofreu deserções em sua população⁴⁴.

Além do mais, sem diárias, sem ferramentas, sem sementes, e as primeiras colheitas foram improdutivas, aí estava esta desgraçada gente, no meio de uma terra inóspita, porque a 35 km da capital, cercada de florestas, morros e grandes cavidades, para onde os imigrantes esperançosos foram atraídos pelas brilhantes promessas, sujeitos:

"ou a desertarem abandonando mulheres e filhos, ou sucumbirem todas vítimas da mesma miséria, privação e fome"⁴⁵.

À Colônia São Pedro de Alcântara seguiu-se a fundação, por alemães, na mesma região, de outras colônias, tais como Vargem Grande, Santa Isabel, Piedade, Leopoldina, Teresópolis e Angelina.

Dificuldade maior representou para essas colônias, o escoamento de sua produção dependentes que se viam exclusiva-

⁴⁴ HERING, Ma. Luiza Renaux. op. cit., pp. 27-28.

⁴⁵ Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial. Ano 1851. p. 55. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

mente do precário caminho de tropas de São José, antiga Freguesia situada na baía defronte ao Desterro, a Lages. Formavam elas, porém, pontos de contato essenciais para a segurança e comunicação na via terrestre dos quais transitavam entre o litoral e o planalto⁴⁶.

As colônias alemãs, citadas, criadas na região do Desterro, cumpriam, pois, a função de povoamento de toda essa área e de envio de contingentes populacionais a futuras colônias. Consideradas sob o ponto de vista estritamente econômico, porém elas não alcançaram o desenvolvimento esperado⁴⁷.

Entre os fatores que Victor Antônio Peluso, em suas observações sobre a Colonização Alemã na Área Fronteira à Ilha de Santa Catarina aponta como causa do insucesso dessa área mais antiga de colonização está a inadequação dos terrenos do maciço montanhoso na região da capital à lavoura, não tanto pela qualidade do solo como pela forte inclinação das suas vertentes. Adotado nestas terras o sistema primitivo de rotação*, o resultado foi o rápido empobrecimento do solo e o decréscimo das colheitas, levando à forte emigração, principalmente dos

*Esse sistema conhecido por roça ou capoeira, que os portugueses herdaram dos silvícolas, consiste no derrubar e queima da floresta, sobre o terreno escolhido para o plantio, segue-se a semeadura e, após a colheita, o abandono da área cultivada repetindo-se a seqüência em outra parte do lote. Aproveitados todos os campos, reinicia-se o ciclo com a volta ao terreno inicial, antes da floresta secundária ter regenerado o solo.

⁴⁶HERING, Ma. Luiza Renaux. op. cit., p. 29.

⁴⁷Ibidem, p. 30.

jovens que aprovaram novos lugares.

Não obstante, Idaulo J. Cunha, corroborando com Victor Peluso, diz ainda que as hipóteses e os condicionantes efetivos que justificam o insucesso dessas primeiras experiências de colonização européia em Santa Catarina são a seguir mencionados, cabendo a ressalva de que a combinação de fatores não era coincidente em todos os casos:

- ↑ - número limitado de imigrantes;
- isolamento relativo e má escolha dos sítios ou áreas para localizar os empreendimentos, quer pela qualidade do solo, quer pela topografia;
- falta de assistência governamental e especialmente a má gestão das colônias e desinteligências internas;
- inadaptabilidade às regiões inóspitas e às atividades da lavoura (especialmente os franceses em Saí);
- época não propícia, em face dos problemas oriundos da transição das economias nacional e estadual;
- problemas para transacionar os excedentes;
- permanentes incursões de indígenas. ⁴⁸

Por outro lado, Walter Fernando Piazza oferece a intercepção pela qual considera que os insucessos dessas primeiras experiências de colonização européia, transformar-se-ão, no tempo e no espaço, em "frentes pioneiras", que beneficiarão outras áreas e colônias, confirmando com este entendimento Victor Peluso ⁴⁹.

⁴⁸ CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. p. 10.

⁴⁹ Ibidem, p. 10.

Os grupos de imigrantes que constituíram as colônias, não foram reforçados com novos contingentes povoadores, tanto que nenhuma delas, à data da emancipação, alcançava a população de 2000 habitantes, incluído o crescimento natural. A consequência mais grave deste fenômeno foi a de se verificar, em lugar de desenvolvimento, retração.

Walter Fernando Piazza adiciona aos elementos responsáveis pelo não desenvolvimento da região em exame a precariedade das comunicações entre as duas vilas e, conseqüentemente, a do escoamento da produção. O primeiro caminho - pelo vale do Maruí, onde já se encontravam colônias - foi substituído por outro acesso, acompanhando o Cubatão. De acordo com Victor Antônio Peluso, o problema pode ser enfocado a partir da teoria do lugar central, de Christaller, segundo o qual por "lugar central" se denomina o agrupamento que se caracteriza como centro da região rural e intermediário do comércio local com o mundo externo. O lugar central, seja cidade, vila ou povoado, atende à população da zona agrícola, em torno, sua região complementar, fornecendo-lhe os bens e serviços de que necessita. Esse lugar cresce quando aumenta o número de pessoas que a ele recorre e abrange núcleos diversos, dando origem à classificação que vai do povoado à metrópole, incluindo, cada um as áreas rurais e cidade, vilas e povoações de ordem inferior⁵⁰.

É dentro dessa ótica que vamos entender a Colônia São Pedro de Alcântara. O lugar central, polo irradiador de po

⁵⁰ HERING, Ma. Luiza Renaux. op. cit., pp. 29-30.

voamento não só periférico, mas também de áreas longínquas do Estado, incluindo-se nesse contexto o médio Vale do Itajaí.

São Pedro de Alcântara deve ser estudada como marco da colonização européia no Estado, pois, sem dúvida é da análise dos contingentes de colonos europeus ali fixados, sobretudo as nuances que envolvem o seu deslocamento futuro da tese central de nosso trabalho.

A pesquisa histórica, baseada em fontes primárias sobre essa Colônia tem sido de uma riqueza ímpar. São Pedro de Alcântara, pouco a pouco vai crescendo aos olhos do historiador, deixando de ser vista como uma simples Colônia fracassada para assumir a condição de caminho natural, explicando as origens até então obscuras de povoamento e das colônias que surgem antes de atingirmos a década de 1850.

CAPÍTULO II

A FIXAÇÃO DOS PRIMEIROS MORADORES EM GASPAR

2.1. O Rio Itajaí e a Denominação Gaspar

A orla litorânea da Bacia do Itajaí em Santa Catarina, estende-se das proximidades da foz do Ribeirão Itajuba, ao Norte, até os limites do Sul do atual Município de Balneário Camboriú com aproximadamente 30 km. Por volta do descobrimento do Brasil, esta orla era habitada pelos indígenas carijós, mas em consequência da crescente ocupação da ilha de Santa Catarina e das costas de toda fronteira pelos paulistas, aqueles indígenas, foram absorvidos pela mestiçagem, ou foram sendo gradativamente escorraçados para o interior.

As agressões aos indígenas foram aumentando na medida que os civilizados foram adentrando as florestas.

Os donos dos sertões não eram os carijós, mas as terras pertenciam a outros grupos que teriam descido do Planalto, dos Campos de Palmas e das regiões limítrofes do Paraguai e da Argentina. Esses índios eram chamados botocudos, por usarem um botoque no lábio inferior - do grupo tapuia, denominados pelos estudiosos da etnografia de Kaingangs - Xoklengs, Coroados, etc. (Ver Anexo nº 2).

Os Carijós primitivos, guaranis que habitavam o litoral, já estavam exterminados em meados do século XIX. Eram pa-

cíficos e de boa índole, segundo os autores. Caçados, eles foram levados para os mercados de escravos de São Vicente e São Paulo para serem vendidos como escravos.

Os botocudos não obstante, eram os mais temidos, porque eram arriscos e defensores ferozes de suas terras. Da antiga presença dos índios em terras do Vale do Itajaí, hoje só há a lembrança nos nomes de alguns lugares da região: Canhanduba, Itaipava, Aririba, Guaraponga e Itajaí.

Os índios foram considerados, durante muitos anos, o maior entrave ao progresso da colonização da Bacia do Itajaí. Eram nômades, construíram ranchos muito primitivos e no verão eles desciam do Planalto para o litoral, onde a incidência de ataques era maior, pois havia caça abundante e o clima mais ameno também. O pinhão, que era o alimento básico, nesta época era escasso, daí a plantação do milho. Não usavam cerâmica, teciam samburás, balaios impermeabilizados com cera de abelhas silvestres para o transporte e conservação da água. Da fermentação do milho, em cochos de madeira escavada, obtinham uma bebida de alto teor alcoólico. Não pescavam, viviam de frutos, raízes e da caça de pena e pêlo. Hábeis caçadores, consideravam o peixe como animal prejudicial à saúde.

A reação dos civilizados excedeu em muito, em violência e em crueldade, à ação dos selvagens. As mulheres e crianças eram levadas para a sede do Município, quando não para a capital, sendo entregues às famílias, onde a maioria delas não

sobreviviam ao novo sistema de vida¹.

Por esta razão, o governo resolveu agir seriamente diante de tais atos de vandalismo, como se verá no decorrer deste trabalho. No momento, se faz algumas apreciações sobre o Rio Itajaí-Açú, pois, sabe-se que desde os primeiros tempos da Colonização de Santa Catarina o Rio Itajaí atraiu a atenção dos exploradores e foi ele a atração principal do assentamento de colonos na região.

Segundo o Engenheiro C. Rivieri, que por contrato, levantou a planta do Rio Itajaí-Açú* e seus afluentes, era ele um dos maiores da Província de Santa Catarina, sendo que a Ilha de Belchior é a maior deste rio, existindo ainda uma pequena defronte a saída do Ribeirão do Gaspar². Portanto, considerando todos os seus 190 km, desde Rio do Sul até sua desembocadura no Atlântico, o rio apresenta várias situações peculiares.

No transcorrer deste trabalho, se fará outras refe

*Na verdade, a forma de escrever este nome já experimentou diversas variações: "Tão-hy", "Tajahy", "Tajahuy" e "Itajaí". A preocupação com a explicação mais acertada do seu significado já envolveu importantes estudiosos brasileiros e estrangeiros. Todos eles trazem sua interpretação, que com poucas variações tem sido: "rio das pedras" ou, "rio dos taiás". O vocábulo Itajaí se fixou após 1799. in: D'ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí. p. 14.

¹Essas primeiras observações foram pesquisadas em: D'ÁVILA, Edison. Pequena História de Itajaí. pp. 17-18-19 e SILVA, José da Silva. História de Blumenau. pp. 12 à 14.

²RIVIERI, Carlos. Descrição do Rio Itajahy-Assú. Maiores detalhes, ver este levantamento feito durante o II semestre de 1858 e começo de 1860. Os originais encontram-se no Arquivo Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Xerôx na Pasta 02.12-Doc. 127. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau-SC.

rências ao Rio Itajaí-Açú, principalmente enfocando sua importância no processo de colonização de toda a região do Vale do Itajaí.

2.2. A Denominação "Gaspar"

A origem do nome Gaspar é bastante controvertida. Uma das hipóteses sustentadas pelos antigos moradores é a de que o topônimo "Gaspar", provém do Santo Rei Mago, aludindo em testemunho da afirmação a existência no município do lugar denominado "Belchior", nome pretensamente tirado do outro Rei, que era "Melchior". O "Baltasar" deveria ter sido o atual Gaspar Pequeno, ou então o Ribeirão do Arraial que tomou esse nome após a criação do Arraial do Pocinho.

O documento conhecido mais antigo sobre o povoamento desta região com o nome Gaspar, é uma Escritura de 25 de agosto de 1814, do Registro da Sesmaria do Sargento Mór Manoel Antonio de Souza Medeiros

"Teve principio na margem do sobredito Rio Itajahy Asu na parte do Norte no lugar denominado Gaspar (grifo nosso) onde medirao uma legoa de terras de frente com outra de fundos ..."³

³SILVEIRA JÚNIOR. Os Primeiros Moradores de Gaspar. In: Blumenau em Cadernos. pp: 98-99.

Como se vê, o documento não se refere a nenhum morador chamado Gaspar e sim a lugar denominado Gaspar.

Por fim, o Decreto que criou o município, atribuiu a homenagem ao político gaúcho Gaspar da Silveira Martins, afirmando no seu último considerando:

"... que esse distrito ao ser constituído pelo governo Imperial tomou o nome do grande brasileiro Gaspar Silveira Martins, cuja homenagem deve ser conservada pelo governo republicano"⁴.

Entretanto, Gaspar da Silveira Martins nem havia nascido ainda, quando Gaspar já tinha este nome. Este considerando do Decreto 499, provocou muita ironia por parte da população de Blumenau, uma vez que já estavam descontentes com o desmembramento feito pelo Coronel Aristiliano Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina - saliente-se que não foi só a criação do município de Gaspar, mas também de vários outros, como Timbó, Indaial, Dalbérgia, Rio do Sul, etc⁵.

No Livro nº 1 de Registro das Informações de Terras-na Vila de Porto Belo, em 1840, registra-se o pedido de Antonio Fernandes do Carmo, morador na Freguesia do Santíssimo Sa-

⁴RAMOS, Aristiliano. Decreto nº 499 de 17 de fevereiro de 1934.
In: Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1934.
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina-Fpolis-SC.

⁵Jornal: "Cidade de Blumenau", Blumenau. 21/02/1934, nº 43.
p. 01.

cramento de Itajaí, das terras no Ribeirão de Gaspar, obtendo despacho da Câmara em 23 de novembro do mesmo ano⁶.

Percebe-se, então, que existem documentos que se referem às terras de Gaspar, bem antes de 1835, quando Gaspar Silveira Martins nasceu.

Em 1861, quando foi criada a Freguesia de São Pedro Apóstolo, pela Lei Provincial nº 509 de 25 de abril, o local dessa Freguesia coincidia com o lugar denominado "Gaspar", no rio Itajaí⁷.

Portanto, a hipótese mais provável, sem dúvida, é a primeira, ou seja, o nome Gaspar se deva mesmo ao Rei Mago, levando-se em conta que em nenhum lugar o nome "Baltasar" aparece nem como denominação de lugar ou de ribeirão. Gaspar e Belchior, tanto um como outro, foram nomes dados aos Ribeirões Gaspar Pequeno com 21 km - Gaspar Grande com 25 km, ambos afluentes do Rio Itajaí-Açú, na margem direita, e Ribeirão Belchior, um dos afluentes na margem esquerda do mesmo rio.

2.3. A Chegada dos Primeiros Moradores

O documento em anexo de nº 3, é o mais antigo mapa conhecido da foz do Itajaí-Açú. Ele é datado de Itapocoroi, 30

⁶ COSTA, José Pereira da. Para Registro das Informações de Terras. Vila de Porto Belo. Livro nº 1, p. 11. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

⁷ GALVÃO, Inácio da C. O Correio Official de Santa Catharina. 06.08.1861, nº 61, s.p. Biblioteca Pública de Florianópolis.

de abril de 1796. Por esse mapa se observa que, já no século XVIII as terras litorâneas que vão da foz do Itajaí-Açú até o Rio Gravatá eram tituladas e particulares.

A demarcação feita por José Ferreira de Mendonça, de marcador Real da Fazenda, se destinava a demarcar uma sesmaria para o ajudante Manoel da Costa Fraga. Outros proprietários de terras eram João Machado Fagundes, João Ignácio d'Espíndola a viúva Maria Ignácia, Antonio Machado Lemos, o Padre Domingos Francisco de Souza Coutinho, Antonio Manoel dos Santos, por cabeça de sua mulher Ursula Maria e João Dias d'Arzão.

"O fato de no mapa a margem direita da foz do Itajaí-Açú não conter menção de proprietários de terras decorre de o fato de não interessar ao demarcador as confrontações do outro lado do rio (grifos do autor) já, que as terras que estavam sendo demarcados eram na margem esquerda do rio, pois se sabe também no século XVIII as terras onde hoje está a cidade de Itajaí eram tituladas e particulares"⁸.

Não obstante, um dos mais antigos documentos sobre titulação de terras além de Ilhota, como já foi mencionado, é a escritura de 25 de agosto de 1814, extraída de um antigo Registro de Terras Públicas desta Província é a seguinte:

⁸SILVEIRA JÚNIOR. Itajaí. pp. 28-29.

"Registro da Sesmaria do Sargento Mor Manoel Antonio de Souza Medeiros, desta Vila, como abaixo se declara: e que tinha certeza de que no Rio Tajahy Asu desta dita Vila, havião terras devolutas, me pedia pelos requerimentos e despachos correntes que me apresentava lhe concedesse Sesmaria, no Real nome de S.A.R., huma légua em quadro cujo terreno foi medido pela forma seguinte:

Dois marcos: Uma Baguaçu e um Giravara.

Teve principio na margem do sobredito Rio de Tajahy Asu na parte do Norte no lugar denominado Gaspar onde medirão uma légua de terras de frente com outra de fundos, correndo o rumo de frente a Leste Oeste com fundos a Norte Sul, extremado pela parte de Leste com uma data do Ouvidor da Fazenda desta Ilha João Orestes Barreto da Fontoura, donde se faz novo marco em hum Pão Baguasú de sua nascença pela parte do Oeste, com terras do Patrimonio Regio, donde se fez outro marco em hum pão denominado girivara tão bem do seu nascimento, na beira do mesmo rio e pelos fundos com (ilegível) devolutas, sendo feita esta medição sem prejuízo de terceiros e na presença do único Ereo que havia e mais duas testemunhas como tudo constava da (ilegível) do Demarcador Manoel Silveira da Costa datado de 20 de fevereiro de 1813, em cujos requerimentos tendo sido ouvidos os Tribunais competentes, se lhe não oferecia dúvida"⁹.

⁹ SILVEIRA JÚNIOR. op. cit., pp. 98-99.

A partir da segunda metade do século XVIII, os terrenos próximos à foz do Itajaí-Açú, na sua margem esquerda já começavam a ser povoados e cultivados. Por volta de 1790 o filho do capitão Manoel Gonçalves Leão, Alexandre de Azeredo Coutinho, instalou-se com sua mulher Josepha para estabelecer moradia na barra do Itajaí-Açú, no lugar que hoje tem ainda o nome de Fazenda de Itajaí¹⁰.

No Itajaí-Mirim, por volta de 1819, o governo mantinha um estabelecimento oficial, onde se preparava madeira para as construções públicas. Aí neste local Antonio Menezes Vasconcellos de Drumond deveria fundar uma colônia, o que não se concretizou¹¹.

No Livro 2 do Registro de Sesmarias, no Departamento de Terras e Colonizações, em Desterro, em 1815 Francisco Lourenço da Costa, residente em Desterro, obteve uma sesmaria nas margens do Itajaí alegando que o requerente ...

"ali já tinha um armazem para recolher os efeitos que ali compra para o giro do seu negócio"¹².

Seria incompreensível se tal lugar fosse desabitado, pois a doação da Sesmaria a Francisco Lourenço deu-se cinco a-

¹⁰ SILVEIRA JÚNIOR, op. cit., p. 15.

¹¹ Ibidem.

¹² Ibidem.

nos antes de Drumond chegar em Itajaí.

Não obstante, o primeiro morador do Vale do Itajaí, foi João Dias de Arzão chegando com o povoador da Ilha de São Francisco, Manoel Lourenço de Andrade, por volta de 1658, indo primeiramente estabelecer-se no Aracahí e passando depois ao Itajaí¹³.

Essa afirmação encontra apoio no que Paulo José Miguel de Brito escreveu:

"O Porto de Itajahy he pequeno e pouco frequentado por não haver ali povoação, mas he seguro e abrigado, e pode vir a ser de transcendente utilidade, como ao diante direi: a sua entrada he entre o pontal do norte e a ponta cabeçuda do lado do sul, com 6 a 7 braças de fundo; o canal he estreito, e deve demandar-se com vento e maré favoraveis; o ancoradouro tem o sobredito fundo, e he defronte de huma fazenda de lavoura, chamada do Arzão, unica que com caza alli se encontra"¹⁴.

Portanto, os primeiros homens que visitaram esta região foram os faiscadores de ouro, atraídos pelas fabulosas minas e de rios ricos do precioso metal em todo o Vale do Ita

¹³SILVEIRA JR., op. cit., p. 15.

¹⁴BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina. pp. 34-35.

jaí.

Toda a bacia do Itajaí, como também seus afluentes, pertenciam juridicamente à Vila de São Francisco, bem como a Capela Curada.

Foi em 1824, a 31 de março, que Dom José Caetano da Silva Coutinho atendeu o pedido que lhe fora feito e criou o curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí que compreendia todos os moradores entre o Rio Gravatá, ao Norte e rio Camboriú, ao Sul, bem como nomeara Capelão Curado Frei Pedro Antonio de Agote¹⁵.

Não obstante, com o Decreto de 22 de julho de 1833, o Curato de Itajaí, passaria a pertencer à Vila de Porto Belo, separando-se da de São Francisco, pelo Rio Gravatá.

"Auto da Posse e juramento da Instalação da Câmara Municipal da Vila de Porto Belo. Juiz de Paz Salvio Antonio da Silva Medeiros, deu posse aos Vereadores da Vila de Porto Belo, ficando assim desmembrada da Capital por determinação do Conselho Administrativo, na conformidade do decreto de 22 de julho, de 1833. Resolveu que ficasse substituído com os seus limites atuais: o da Vila de Lajes, Laguna e São Francisco e que toda cidade se subdividisse em quatro, sendo um o de nome Cidade, compreendendo

¹⁵PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: Sua história. p. 235.

das as freguesias da ilha, outro o de São José, compreendendo a freguesia da Enseada do Brito, outro o de S. Miguel, compreendendo a Colonia alemã, outro o da Vila de Porto Belo, compreendendo o Curato de Itajaí a dividir-se do de S. Francisco pelo Rio Gravatá. E cumprido, assim, o que determina o art. 3º do decreto de 13 de novembro de 1832, se houve por juramentados e impossados e instalada a Câmara Municipal da Vila de Porto Belo"¹⁶.

Para situar melhor Itajaí e conseqüentemente compreender a posição de Gaspar no contexto catarinense, não se poderia deixar de mencionar a atuação de Agostinho Alves Ramos, da qual resultou o aparecimento legal dos dois arraiais.

Agostinho Alves Ramos veio para o Brasil logo depois da independência do Brasil. Com sua mudança de São Pedro do Rio Grande para Desterro, se associou ao comerciante Anacleto José Pereira, passando a atender os agricultores e pescadores da ilha e do continente fronteiro e mantendo largo comércio com a população que se espalhava por quase todo o litoral, desde São Francisco à Laguna.

¹⁶ Livro de Atas de Posse dos Vereadores da Câmara de Porto Belo e da Câmara de São Sebastião da Foz de Tijucas Grandes. Com as Atas das Instalações das duas Cidades. Datado de 1833 a 1872. p. 1. Pasta das Cidades Catarinenses - Porto Belo. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

O suprimento de comestíveis, fazendas, objetos de uso doméstico e de adorno aos trabalhadores da armação, nas épocas oportunas, e a compra de óleo, barbatanas e outros produtos dos cetáceos, é que levaram os barcos maiores, da Capital a Itapocorói e às enseadas do norte da Província. Seus barcos que freqüentemente passavam pelas enseadas onde se ensaiavam começos de povoações, onde já haviam agrupamentos com capela que congregavam os pequenos agricultores e serradores espalhados, compravam todos os produtos da lavoura e do pequeno artesanato existente, fornecendo mercadorias e gêneros de primeira necessidade aos vendeiros que iam se estabelecendo pela costa.

Os terrenos de Tijucas, Porto Belo, Camboriú e o próprio Itajaí-Mirim, começaram a despertar, pela sua fertilidade, a atenção dos agricultores que viviam na ilha de Santa Catarina. Sendo sócio de Anacleto Pereira, Agostinho A. Ramos tomou parte em mais de uma dessas viagens nos barcos da empresa, conhecendo o Itajaí-Açú, que oferecia bom porto, abrigado e seguro e por cujas margens já existiam agricultores e serradores de madeira com quem poderia negociar.

Considerando as grandes possibilidades que as margens do Itajaí ofereciam a quem, com entusiasmo e força de vontade se dispusesse a enfrentar e a vencer as dificuldades, Agostinho A. Ramos tomou a decisão de transferir-se para a foz do Itajaí-Açú e ali montar sua própria casa comercial.

Meia-légua para baixo da confluência do Itajaí-Mirim, situou-se com sua família, José Coelho da Rocha, descen-

dente de antigos moradores da praia de Itajaí, à margem esquerda do grande rio e cujos terrenos, ao que tudo indica, confrontavam a leste, com os de Azeredo Leão Coutinho, ao Sul com os de Correia de Negreiros ou José Correia, e a Oeste com o Mirim, com frente para o Itajaí-Açú. Foi de José Coelho da Rocha que Alves Ramos adquiriu o terreno sobre o qual construiu a sua casa de comércio, instalando-se ali com D. Ana, sua esposa e o frei Pedro Antônio Agote.

A 31 de março de 1824 foi assinada a Provisão Eclesiástica e, a partir desta data, o povoado começou a tomar corpo. Esta provisão fixava os limites do povoado: o rio Gravatá, ao Norte, separava-o do Curato de Itapocorói, eo de Camboriú ao Sul, do de Porto Belo, que, já em dezembro de 1824, fora elevado à Paróquia.

Em pouco tempo Alves Ramos se tornou o chefe incontestável do lugar, não só do Itajaí-Açú, mas também das margens do Itajaí-Mirim, de Camboriú e de Porto Belo. Valendo-se das relações de amizade e seu prestígio político, acertou providências com o Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, cuja ingerência deve ter sido decisiva para a solução da pretensão. A conselho deste, elaborou uma petição à Câmara de São Francisco, a cuja jurisdição o território pertencia, apontando as razões pelas quais se julgavam com direito de ter o seu Curato elevado a Freguesia.

Somente a 12 de agosto de 1833 é que foi assinada pelo Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, elevando o arraial de Itajaí a Paróquia, sob a mesma invocação de Nossa

Senhora da Conceição e criando o respectivo distrito policial.

Agostinho Alves Ramos foi eleito Deputado Provincial em 1835, consequência da emancipação política do país e a convocação das primeiras eleições para a Assembléia Provincial.

Podendo contar com elementos mais eficientes no seu entusiasmo pelo desenvolvimento da região, explorou o Itajaí - Açú até o Salto e o Itajaí-Mirim até considerável altura¹⁷.

A 5 de maio de 1835, o Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, sancionou a Lei nº 11, que mandou estabelecer duas colônias, uma no Rio Itajaí-Mirim e a outra no Itajaí-Açú, ambas com dois arraiais. Dar-se-ia começo aos arraiais pelo Tabuleiro, na primeira e pelo de Pocinho na segunda colônia. E se o estabelecimento prosperasse, os outros dois arraiais seriam levantados nas Cabeceiras do ribeirão da Conceição e no Belchior, respectivamente. Nos lugares destinados aos arraiais, seriam os terrenos medidos em áreas de 500 braças quadradas, subdivididas em lotes urbanos que seriam também distribuídos entre os colonos para a construção de suas moradas (vide anexo nº 4).

Agostinho A. Ramos foi encarregado pelo Presidente da Província de dirigir os trabalhos de colonização dos dois

¹⁷ SILVEIRA JÚNIOR, op. cit., pp. 18 à 25.

N.B. Todas as informações sobre Agostinho Alves Ramos foram extraídas da obra acima citada.

empreendimentos, com poderes para emitir títulos de propriedade. Dando encaminhamento para as duas colônias recém-criadas por colonos de várias partes da Província, principalmente de São Pedro de Alcântara.

Os índios, que eram vistos constantemente no território de Itajaí, intimidando os colonos que acudiam ao chamado e a propriedade de Agostinho Alves Ramos, começaram a preocupá-lo. Com autorização do Governo Provincial, organizou escoltas que batessem os matos em perseguição dos gentios¹⁸. Em abril de 1837, a lei de nº 70, isentou os moradores de Itajaí, a prestarem serviço militar na Guarda Nacional, por estar a região sujeita à incursões dos índios.

Em 1838 criou-se a Companhia de Pedestres pelo Brigadeiro João Carlos Pardal, Presidente da Província. Sendo que, em relatório à Assembléia Provincial de 1837, o Presidente acima mencionado, assim se referiu ao problema dos índios na região:

"A colonização do Itajaí que tem a cargo do cidadão Agostinho Alves Ramos pouco tem se adiantado pelos motivos declarados em ofício de que há copia o nº 21 dando ele por causa disso a irrupção do gentio feroz que houve há pouco naquele território, como já vos comuniquei, e a falta de huma guarda, que vale sobre a segurança e defeza do mesmo

¹⁸SILVEIRA JÚNIOR, op. cit., pp. 18 a 25.

território. Pena senhores que por motivos taes, é que podem ser removidos sem maior dificuldade, deixem de prosperar aqueles estabelecimentos e que estejam desaproveitados esses terrenos tão asados para semelhantes empresas, e mesmo inutilizado o zelo daquelle cidadão, que une aos conhecimentos praticos daquelle território, bastante intelligencia, e criterio He por isso que insto pela consignaço da quantia que deve ser aplicada para a manutenção dos Pedestres, que forão criados pela Resolução nº 28, e que vai incluída na tabela nº 11 que autorizou o estabelecimento de duas colônias nas margens dos Rios Itajahy e Itajahy-Mirim. Esta medida, e a excelente qualidade das terras atrahirão para ali empreendedores por quem ja no anno passado distribuirão-se 29 datas"¹⁹.

O arraial do Belchior ameaçava despovoar-se como acontecia no Itajaí-Mirim, em consequência dos constantes ataques indígenas. Todavia, em 1843, o Major Henrique Etur fora encarregado do Comando da Companhia de Pedestres, para evitar esses ataques. Vivia nessa época em Porto Belo, onde tinha propriedades e possivelmente casa de negócio, como também foi Vereador no biênio de 1841 a 1842²⁰.

¹⁹PARDAL, João Carlos. Relatório à Assembléia Legislativa Provincial - 1837, p. 34. Arquivo Público do Estado - Florianópolis - SC.

²⁰COSTA, José Pereira da. op. cit., p. 3.

Dando novo impulso ao arraial de Belchior, Henrique Etur distribuiu terras a novos colonos e aos pedestres (soldados) casados, construiu casas, percorrendo as matas em operação de limpeza e afugentamento do gentio.

"As duas colônias fundadas em virtude de Legislação Provincial no Itajahy-Grande, e no Mirim, vão crescendo em população, e em prosperidade: há nelas nove engenhos de farinha, e um de cana, e já bastantes produtos agrícolas, oferecem ao mercado: há concedidas em ambas cento e quarenta e quatro datas que ainda não estão todas habitadas e cultivadas, mas já contam uma população de 187 indivíduos, e com estes estabelecimentos, já se tem conseguido ratear, e aproveitar as férteis margens do majestoso Itajahy que ainda a pouco só serviam de guarida ao incivilizável gentio bugre"²¹.

No entanto, não pode-se deixar de registrar que, desde a fundação da Colônia Blumenau (1850), o seu diretor vinha insistentemente solicitando a transferência da Companhia de Pedestres de Belchior, para a sua Colônia, fazendo severas críticas à companhia existente.

Em carta ao Imperador D. Pedro II em 1856, o dr.

²¹BRITO, Antero José F. de Relatório à Assembléia Legislativa Provincial, 1843. pp. 14-15. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis-SC.

Hermann Blumenau reclamou da atitude dos indígenas na região:

"... O estado foi e he ainda insupportavel insustentavel. Representei logo ao Exmo. Snr. Presidente Coutinho a necessidade indeclinavel, que já por diversas vezes e sobretudo depois do ataque havido no Itajahy-Mirim lhe havia exposto, de postar na colônia mesma e debaixo da minha immediata fiscalização hum destacamento de pedestres, que huma légua daqui vegeta desde cinco annos em pleno desleixo e sem prestar serviço algum ..." ²².

Constantemente o Dr. Blumenau pedia um destacamento de tropas para conter os ataques dos índios, ao Presidente da Província, e ao mesmo tempo menosprezando o trabalho da Companhia de Pedestres localizada em Belchior, para poder transferir esta para a sua Colônia. A preocupação aumentava no verão, estação do ano, em que os indígenas mais costumavam praticar seus assaltos contra os colonos ²³.

O contrário acontecia com as duas colônias criadas pela Lei Provincial nº 11, de 05 de maio de 1835. Pois, em 1836, por ocasião do aparecimento de bugres no Distrito de Itajaí, foi ordenado a Agostinho Alves Ramos, major da Guarda Nacional de Porto Belo, que fizesse correr os matos, e empre

²² BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. 1856 - Carta ao Imperador D. Pedro II. In: Revista do Instituto Histórico de Petrópolis. Vol. 1, p. 44.

²³ Ibidem. Carta ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha. 12/10/1863. Pasta 02.20 - Doc. 207. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

gasse os meios convenientes para abstar as malfeitorias destes gentios ferozes, remetendo logo a conta das despesas que com esta diligência se fizessem para serem pagas pela quantia a isto destinada²⁴.

Por parte do governo, há de se notar que as providências quanto aos ataques dos silvícolas, nas recém-criadas colônias, foram tomadas rapidamente, devido ao abandono caracterizado inicialmente pelos colonos.

Em 1838 o Presidente da Província de Santa Catarina, assim se manifestou em relatório à Assembléia Legislativa Provincial:

"no officio que vos apresento em n° 9, do Cidadão Agostinho Alves Ramos, encarregado da direção das Colonias de Itajaí, vereis que tendo-se dispersado grande parte dos primeiros colonos, receosos dos ataques, e depredações do gentio, hoje animado com a proteção que lhes oferece a secção de Pedestres, voltam as plantações abandonadas, e que além destes oitenta e sete indivíduos solicitaram, e tem obtido concessões de terrenos nas colônias montando a trezentos e vinte e uma pessoas as que com eles as vão povoar. Tende tão prodigiosa a fertilidade do solo em que estão sitas as colonias, grande impulso receberão com esta afluência de povoadores, e se elas mediarem co

²⁴ OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Relatório à Assembléia Provincial. 1836. pp. 22-23. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Fpolis-SC.

mo tudo parece prometer consideravel incremento terão na Provincia a agricultura e seus produtos a que devem adicionar-se as vantagens não menos preciosas, de procurar-se desta arte empregos a numerós lavradores da Provincia, que não tem terras proprias que cultivem, e de arrancar-se ao domínio inútil e danoso dos selvagens, e apropriá-los à civilização esses sertões que tantas riquezas enserram ..."²⁵.

Como se viu, fracassou de início a tentativa de colonização devido às incursões dos gentios, tendo, em 1837, permanecido no local apenas dois nacionais e seis estrangeiros. Mas, no ano seguinte, com o estabelecimento da Companhia de Pedestres, os colonos foram voltando.

"Belchior e Pocinho contão-se hoje 65 famílias, 48 de nacionaes e 17 de estrangeiros com 141 indivíduos, aos quais se deu posse de 16.941 braças de terras de frente com os competentes fundos. Em muitas das datas há mais de cem braças de terreno cultivado, já estavam levantados alguns engenhos de farinha e cana, e rápidos progressos farão essas colonias se forem protegidos e abrigados das depredações do gentio. A despesa da medição importou em 520\$025 - réis, que ordenei fosse pago pela provedoria, lançando em dívida dos colonos a cota que a cada um

²⁵ PARDAL, João Carlos. Relatório à Assembléia Legislativa Provincial. 1838. pp. 9-11. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis-SC.

pertence, para ser por eles pagos na forma do Art. 5º da Lei nº 11", disse o Presidente João Carlos Pardal em discurso pronunciado na Assembléia Provincial em 1839²⁶.

A partir do estabelecimento destes soldados, se percebe um considerável aumento populacional, como também na economia, devido a ausência dos ataques dos índios, conforme ofício do Major Henrique Etur ao Presidente da Província, João José Coutinho, em 30 de janeiro de 1851. Neste ofício estão relacionados os nomes dos lavradores, como também as qualidades e quantidades que cada um colheu na última colheita (1850). Nesta relação consta o nome e a produção do Dr. Blumenau. Relação esta pertencente à Colônia do Rio Grande de Itajaí, tendo como Diretor, Henrique Etur, situada sua sede em Belchior. São 72 lavradores produzindo açúcar, batatas, farinha, feijão, arroz, milho e aguardente, no mesmo ano em que a Colônia Blumenau foi fundada (Vide anexo nº 5). Evidentemente Blumenau não pode ser caracterizada como a primeira Colônia criada no Vale do Itajaí.

Em 1842, à 31 de março, Agostinho Alves Ramos recebeu a visita de Charles Van Lede, engenheiro belga para fazer um levantamento dos rios Itajaí-Açú e Mirim. A Companhia Belga de Colonização tinha em primeiro plano, a exploração comercial e mineral, e em segundo plano, o estabelecimento de uma

²⁶ PARDAL, João Carlos. Discurso à Assembléia Legislativa Provincial. 1839, p. 10. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

colônia agrícola, nas margens do Itajaí-Grande²⁷.

Apesar dos contratempos, em 7 de novembro de 1843, constituiu-se, perante o Tabelionato Ehat, a Companhia definitiva com os estatutos fixados. A finalidade da Sociedade era a Exploração industrial, mineral, agrícola e comercial dos territórios, direitos e privilégios concedidos pela Carta de Concessão, na data de 10 de agosto de 1842²⁸.

Em 19 de janeiro de 1844, o rei da Bélgica confirmou a aprovação e legalização da Companhia. E em 12 de junho de 1844, Charles Van Lede viajou para o Brasil e solicitou do governo brasileiro, em ofício em nome da Companhia, a entrega das terras concedidas pelo Contrato de 1842, para providenciar a Colonização²⁹.

Van Lede no entanto, conseguiu isenção de direitos alfandegários para objetos trazidos pelos colonos belgas. Requereu do Presidente da Província, Antero José F. de Brito, no propósito de fundar uma colônia belga duas léguas quadradas de terras a margem do Itajaí-Mirim, no lugar Morretes. O lugar escolhido encontrava-se perto do Tabuleiro, sendo terras coloniais, designadas em 5 de maio de 1835, pelo Decreto Provinci-

²⁷ FICKER, Carlos. Charles Van Lede e a colonização belga. Subsídios para a História da Colonização de Ilhota no Rio Itajaí-Açú pela Compagnie Belge-Brasiliense de Colonisation. 1972. 37p. Blumenau-SC.

²⁸ Ibidem.

²⁹ Ibidem.

al, nº 11. A Câmara de Porto Belo deu por indeferido o pedido, pois o local pertencia a Luiz do Livramento e já tinham diversos colonos instalados ali. Mas antes de saber do indeferimento, Van Lede adquiriu do Cel. Henriques Flores, uma l^êgua quadrada de terras na margem direita do Itajaí-Açú no local chamado "Ilhota" por existir no local, uma pequena Ilha³⁰.

Em 24 de agosto de 1844, Van Lede recebeu o comunicado de que o Conselho Geral da Companhia, em Bruxelas, tinha despachado a primeira leva de colonos belgas sob contrato particular com Van Lede, nomeando para Diretor interino, Joseph Phillips Fontaine. Nesta mesma data, o brigue belga "Jean Van Eyck" saiu de Ostende, levando Fontaine e 109 colonos, todos de Flandres, chegando em Desterro, a 17 de novembro. Dos 109 colonos, dois ficaram no Rio (eram mecânicos) e os 107, além de Van Lede e sua esposa, foram recebidos pelo Cônsul Belga M. Charles Seridon³¹.

Fontaine entregou ao Presidente da Província, Antero J.F. de Brito, a carta de recomendação solicitando a entrada na Província, dos objetos pertencentes aos colonos. Logo depois, Van Lede se desentendeu com Louis Christian, pelo fato de não se conformar em cultivar a terra que não fosse sua, separando-se de Van Lede com mais 16 imigrantes, entre estes um negociante abastado de nome C. Van der Heyden³².

³⁰ FICKER, Carlos. op. cit.

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

Este grupo de 17 pessoas se estabeleceu em São José e Van Lede, com apenas 90 colonos seguiu o seu destino. Fundando a 'Colônia Belga' a 27 de novembro de 1844, iniciando-se as primeiras derrubadas do mato virgem e a construção de um rancho. Já em 1845, existiam 16 casas construídas de pau a pique, em seguida uma igreja e um estabelecimento comercial. Não obstante em fevereiro de 1845, Van Lede e sua esposa foram para o Rio de Janeiro, deixando Joseph Phillip Fontaine na direção da Colônia, nunca mais voltando ao local, pois, em setembro do mesmo ano voltou definitivamente para a Bélgica³³.

O estado das colônias belgas era catastrófico e o estabelecimento se encontrava numa situação miserável. Havia muita desordem, sendo que, alguns colonos até fome passavam, outros trabalhavam com brasileiros que já estavam estabelecidos antes da vinda dos belgas³⁴.

Em 1847, Fontaine chegou a pedir intervenção do Presidente da Província Antero J.F. de Brito sendo que alguns colonos foram presos e condenados a 2 anos de prisão. Quando Fontaine voltou à Colônia, encontrou rebelião aberta contra ele, tendo alguns colonos desertado para São Pedro de Alcântara, outros para Desterro e os que ficaram na Colônia recusaram o trabalho, muitos desapareceram na miséria³⁵.

³³ FICKER, Carlos, op. cit.

³⁴ Ibidem.

³⁵ Ibidem.

Os colonos enviaram um abaixo assinado ao Ministro das Relações Exteriores, na Bélgica, protestando os maus tratos do Fontaine. Este documento originalmente escrito em Flamingo, é realmente comovente. Por outro lado, o Diretor acusava-os de brigões, vadios, de má conduta³⁶. Van Lede voltou para a Bélgica definitivamente em setembro de 1847, pois temeu um levante à mão armada, mas antes disso, exigiu que os colonos assinassem um documento que tinham recebido, de acordo com o contrato, os mantimentos e alimentos necessários para a sua subsistência. Este documento veio salvar o diretor de um inquérito administrativo na Bélgica em 1848³⁷.

A partir desta data, não havia mais direção e, não sendo introduzidos mais colonos, passou a região a ser considerada como simples povoação, acabando as divergências entre os colonos, o que possibilitou ao pequeno núcleo um certo desenvolvimento³⁸.

O patrimônio de Van Lede, no Vale do Itajaí não consistia apenas de uma área de terras no lugar chamado Ilhota. As propriedades eram:

1. uma área de terras de 4.012 hectares situada ao longo do rio Itajaí, no local "Ilhota", adquirida do Sr. José Henriques Flores, em 2 de janeiro de 1845;

2. uma área de 2.150 hectares no lugar chamado "Belchior", adquirido por Flores na mesma data;

³⁶ FICKER, Carlos. op. cit.

³⁷ Ibidem.

³⁸ Ibidem.

3. uma área de 2.150 hectares, ao longo do rio Itajaí, no local chamado "Prainha", adquirido em 6 de julho de 1846, do Padre Rodrigues;

4. uma área de 1200 hectares na confluência do rio Itajaí Grande e Itajaí Mirim, adquirida em 21 de novembro de 1844, de D. Rita Luísa Aranha³⁹.

Todavia, a imigração dos Belgas no Vale do Itajaí não é pioneira, como afirmações nascidas sem pressupostos históricos. Pois, em três jornais catarinenses, um mal entendido, deixou em evidência a ignorância histórica e a desinformação passadas adiante com insolência.

A "Gazeta do Vale" por exemplo, de 19 de abril de 1984 fez as seguintes afirmações num artigo intitulado "Gaspar 50 anos de Progresso".

"... Ao contrário do que muitos pensam os primeiros moradores de Gaspar não eram alemães: eram belgas ... Os relatos de Ave Lallemant, belga ... mostram claramente que as famílias estabelecidas em Gaspar procediam da Bélgica, como também as famílias estabelecidas em São Pedro de Alcântara ... Há (em Gaspar) sobrenomes de alemães, mas há juntamente com eles sobrenomes franceses (Castellain, Durieux, Deschamps). Tais sobrenomes aparecem também em São Pedro de Alcântara ..."⁴⁰.

³⁹FICKER, Carlos. op. cit.

⁴⁰RANGEL, Silvio. Gaspar: 50 anos de Progresso. Jornal "A Gazeta do Vale". Gaspar, 19/04/1984, p. 01.

No capítulo anterior, abordou-se detalhadamente a vinda dos imigrantes embarcados no porto de Bremen, procedentes da região do rio Mosela, afluente do Reno. Portanto, em São Pedro de Alcântara não haviam belgas, nem de expressão francesa, nem de expressão flamenga, falavam seu dialeto renano. E eram alemães⁴¹. Deste modo, afirmar que belgas foram os primeiros moradores de Gaspar é uma temeridade histórica, pois, bem antes da chegada dos colonos de etnia norte-européia, os moradores lusos, pescadores, peões de fazendas e colonos, já estavam estabelecidos nesta região⁴². Portanto, eram três origens étnicas básicas de Gasparense: a lusa, a alemã e a flamenga. A presença dos belgas só pode ser entendida como sendo de flamengos, isto é, de expressão não francesa. A Colônia Belga foi de flamengos, que falam uma das línguas do tronco germânico; em Gaspar não foi difícil esses belgas se entenderem com os alemães e passarem a falar a língua deles.

Outra desinformação histórica, foi publicada no "Jornal de Santa Catarina", no dia 18 de março de 1987, evocando os 53 anos de emancipação Política de Gaspar com a Manchete:

⁴¹No 1º Livro de Óbitos, folhas 88, nº 3, Nicolau Deschamps I, vem convenientemente assinalado como "Natural da Alemanha". Faleceu entre 91 e 92 anos de idade. No mesmo livro, folhas 31, nº 39, Nicolau Deschamps II também é declarado "natural da Alemanha", chegou aos 63 anos - Casa Paroquial da Matriz de São Pedro Apóstolo. Gaspar-SC.

⁴²Conforme documento analisado no início deste capítulo, e o mapa do anexo nº 2.

"Casais Belgas Pioneiros na Colonização do Vale", que dizia:

"Entre as famílias belgas podem ser encontrados nomes como Schramm, Zimmermann, Spengler, Schmidt e Schmitz"⁴³.

Indiscutivelmente são nomes alemães, herdados em Gaspar por descendentes de alemães vindos de São Pedro de Alcântara e não de famílias belgas procedentes desta Colônia, como mais adiante, reafirmam a tese, quando fazem referências aos

"... arraiais de Pocinho e Belchior, para onde vieram as famílias belgas de São Pedro de Alcântara ..."⁴⁴.

Os arraiais de Pocinho e Belchior foram estabelecidos em 1835 com a Lei nº 11 de 05 de maio e os Belgas tiveram seu assentamento no local chamado "Ilhota", na margem direita do Itajaí-Açú, em novembro de 1844, portanto, nove anos depois de estabelecidos os dois arraiais dos quais o Jornal se refere.

No mesmo dia o jornal "O Estado" escreve:

"A versão mais conhecida da História do Município destaca que famílias belgas, procedentes da Colônia de São Pedro de Alcântara

⁴³ Gaspar: 18 de março - 53 anos. Casais Belgas pioneiros na Colonização do Vale. Jornal de Santa Catarina, Blumenau: 08/3/1987, nº 4722, p. 01.

⁴⁴ Ibidem.

... se encontravam em Gaspar desde 1848 ..."

E mais adiante:

"... no lugar Belchior, para onde vieram as famílias belgas de São Pedro de Alcântara ..."⁴⁵

De acordo com o que foi analisado sobre os Belgas, excluiu-se historicamente qualquer imigração direta da Bélgica para Gaspar. Foram encontrados sim, não longe dali, belgas que se fixaram em fins de 1844 através da "Societé Belge-Brésilienne de Colonisation" fundada pelos belgas: Charles Van Lede, militar e Joseph Philippe Fontaine engenheiro.

Houve ainda outra tentativa de colonização belga, também de flamengos, entre o rio Biguaçu e o rio Tijucas, a chama da Colônia Leopoldina, a que Jacintho de Mattos e Walter Piaza se referem em poucas palavras, sendo que partiu a idéia de Charles Scheridan, inglês, Cônsul da Bélgica em Desterro de assentar 38 belgas e alemães procedentes da Colônia Piedade. Nesta região, onde obteve umas léguas de terras em outubro de 1847. Não obstante, a fundação só ocorreu em 1853. Por desorganização e falta de chefia, não chegou a lançar raízes, envolveu-se em processo de contrabando, o que levou ã prisão o comandante do navio. Daí não se poder excluir a possibilidade

⁴⁵ Gaspar: Município comemora emancipação política e vai investigar sua história. "O Estado", Fpolis, 18/03/1987, n° 21.930, p. 01.

da presença, pelo menos de alguns desses colonos, no Médio Vale do Itajaí. Ajudaria a explicar, ainda mais a presença de sobrenomes flamengos e alemães entre os gasparenses.

Outros erros encontrados na "Gazeta do Vale", de de abril de 1984.

1º - Sobre a vinda do Dr. Blumenau.

Afirma que o Dr. Blumenau subiu o Rio Itajaí pela primeira vez em 1850.

Vejamos pois, que em 1850, o Dr. Blumenau deu início à Colônia Blumenau, no entanto, a primeira vez, associando-se a Fernando Hackradt, rumou para Itajaí, onde Agostinho Alves Ramos lhes proporcionou embarcações, víveres e um guia para a exploração do Itajaí-Açú, foi em princípios de janeiro de 1848.

Em 30 de março de 1846, o Dr. Blumenau embarcou para o Brasil, no veleiro "Johanes", sendo esta a sua primeira viagem ao Brasil.

2º - Sobre a Lei Provincial nº 509, de 25 de abril de 1891, criando o Distrito de São Pedro Apóstolo de Gaspar. Ora, essa lei existe, só que é de 1861 e não de 1891. E esta Lei,

"Crea apenas no lugar denominado Gaspar no Rio Itajahy uma Freguesia com a denominação de São Pedro Apóstolo"⁴⁶.

⁴⁶ SANTA CATARINA: Lei nº 509. 25/04/1861. O Correio Official de Santa Catharina. 06/08/1861. nº 61. sp. Biblioteca Pública de Florianópolis - SC.

Não foi criado o Distrito de São Pedro Apóstolo, pois, foi através do Ato de 10 de agosto de 1861, que surgiu um Distrito de Paz e Subdelegacia na nova Freguesia de São Pedro Apóstolo, como se observa na publicação do Correio Oficial:

"Província de Santa Catharina - Palácio do Governo - 10 de agosto de 1861.

Autorizado pelo final do Artigo 4º da Lei Provincial nº 509 de 25 de abril de 1861, que, criou a nova Freguesia de São Pedro Apóstolo no lugar denominado "Gaspar", no rio Itajahy, que se acha confirmada pelo Exmo. e Revmo. Snr. Bispo Diocesano, hei por creado na dita Freguesia um Distrito de Paz e Subdelegacia.

A Câmara Municipal de Vila de Itajahy dará as providências precisas para que a eleição seja feita no dia treze de outubro próximo futuro na matriz daquella Villa visto não se achar ainda canonicamente, provido de parocho a dita freguesia, e logo que se concluir a eleição dará juramento e posse aos Juizes de Paz eleitos, os quaes devem servir até que entre em exercício os eleitos em virtude da eleição geral"⁴⁷.

3º - Segundo o Jornal, a Paróquia de Gaspar sempre esteve subordinada à diocese de Joinville, sendo que esta só foi

⁴⁷ SANTA CATARINA. Ato de 10/08/1861. O Correio Official de Santa Catharina. 16/08/1861, nº 63. Biblioteca Pública de Florianópolis-SC. s.p.

criada em 1927, enquanto que a de Gaspar foi criada em 1861, como mostramos no ítem anterior. Não obstante, a paróquia de Gaspar, sucessivamente, já obedeceu às antigas arquidioceses de São Paulo, Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis, até 1927, quando passou para a nova diocese de Joinville⁴⁸.

Existem muitos erros pequenos, mas que distorcem todo o teor verdadeiro da história. Porém a documentação primária está aí para ser vista e analisada.

Na década de 50, deste século, havia muitas pessoas preocupadas em estabelecer o dia da fundação de Gaspar. Daí, vir à tona, algumas entrevistas elaboradas e editadas pelo jornal "Voz de Gaspar", que circulava e era editado em Gaspar. Eis algumas Manchetes desse Jornal: "Há 75 anos, Gaspar, como povoado não existia"⁴⁹.

"Eu vi esta cidade surgir" - entrevista do morador mais antigo de Gaspar, o Sr. Anselmo Sansão. Diz o entrevistado :

"Nasci na Itália, na de Montova, em 22 de setembro de 1869. Quando tinha 6 anos, meus pais

⁴⁸ SCHMITT. Frei Elzeário Deschamps. O.F.M. Armadilha histórica em Gaspar. Blumenau. In: Blumenau em Cadernos. julho/1989, pp. 196 à 207.

⁴⁹ SANSÃO, Anselmo. "Há 75 anos, Gaspar, como povoado não existia". Jornal "A Voz de Gaspar". Gaspar, 26/04/1953. nº 16, p. 01. Biblioteca Pública de Florianópolis - SC.

emigraram para o Brasil tendo vindo estabelecer-se nesta região. Aqui chegamos lembro-me bem no dia 14 de outubro de 1875. No local onde hoje se ergue esta cidade havia apenas 3 casas, ou melhor, 3 casebres, pois eram construídos com ripas e cobertas de palha. Um deles estava mais ou menos no ponto onde hoje está o prédio do Correio e pertencia ao Sr. Carlos Hoeschel; outra onde até há pouco funcionava a Cooperativa dos Plantadores de cana, e era de propriedade do Sr. Luiz Altemburg; finalmente o terceiro estava onde atualmente aparece o prédio da firma "Casa Paulo Wehmuth". Era do Sr. Gaertner. Como já disse eram casas miseráveis, sem o mínimo conforto. E era só. Nem sequer havia igreja. Alguns anos depois é que foi construída uma pequena, de madeira, junto à casa do Sr. Carlos Hoeschl⁵⁰.

No momento em que o jornal circulou pela cidade, muitos se levantaram contra o depoimento do Sr. Sansão:

"... que já há mais de 80 anos havia aqui casas construídas de tijolos e barros, e diversas, de boa aparência"⁵¹.

Um dos que foram contra o Sr. Sansão foi o "Velho Rocha", cuja idade parecia oscilar entre 84 e 86 anos⁵².

⁵⁰ SANSÃO, Anselmo. op. cit.

⁵¹ ROCHA. Afirmam habitantes, dos mais antigos, que Gaspar existe, seguramente há 90 anos. Jornal "A Voz de Gaspar". Gaspar, 24/10/1953, nº 20, p. 1. Biblioteca Pública de Fpolis-SC.

⁵² Ibidem.

O Sr. Anselmo Sansão chegou em Gaspar, com seis anos de idade e a sua idade na época da entrevista era de 84 anos, não podendo levar em conta a sua entrevista, uma vez que nesta época, Gaspar já era Freguesia, portanto, já tinha toda uma infraestrutura, tanto que as Eleições para Vereador e Juíz de Paz eram realizadas na Parochia de São Pedro Apóstolo, tendo como primeira ata, datada em 12 de outubro de 1861⁵³.

No mesmo ano, um outro artigo intitulado "Contrariamente ao que se propala, Gaspar não é, e está longe de ser centenária"⁵⁴. Neste artigo, observa-se que o autor não tinha o mínimo conhecimento da história de Gaspar, pois, categoricamente afirma:

"É preciso acabar definitivamente com esse boato, visto que, na verdade, Gaspar é bem mais nova que Blumenau, estando ainda longe o dia dos seus cem anos de fundação ... Por conseguinte, o título de "cidade centenária" não lhe ficaria bem, devendo recusá-lo energeticamente ..."⁵⁵.

⁵³ LIBERATO, José Pereira. Livro Acta das Eleições de Vereador e Juízes de Paz de São Pedro Apóstolo. Código 01 - Ano de 1861 - Etiqueta 01 - Museu Histórico de Itajaí-SC.

⁵⁴ FONTES, Hélio B. Contrariamente ao que se propala; Gaspar não é e está longe de ser centenária. Jornal "Voz de Gaspar", Gaspar, 05/09/1953, nº 13, p. 01. Biblioteca Pública de Florianópolis-SC.

⁵⁵ Ibidem.

Nos próximos capítulos, se analisará detalhadamente como Gaspar já possuía toda uma infraestrutura, quando o Dr. Blumenau fundou a sua Colônia.

Em 1954, a "Voz de Gaspar" novamente aborda o assunto sobre a Fundação de Gaspar: "É preciso determinar sem demora a data da fundação de Gaspar". Neste artigo o Editor sugere a data de 10 de agosto de 1861 para ser comemorado, data esta que foi criado o Distrito de Paz e subdelegacia na nova Freguesia de São Pedro Apóstolo⁵⁶. O autor não levou em conta duas outras datas anteriores a esta; a de 05 de maio de 1835, onde foram criados os dois primeiros arraiais de Belchior e Pocinho, e a de 25 de abril de 1861, onde criou-se uma Freguesia com a denominação de São Pedro Apóstolo.

"Corroborando com esta idéia, de fixar a data da fundação com a da elevação de Gaspar à categoria de Freguesia, porque só nessa data Gaspar deixou de ser um simples agrupamento humano para aparecer oficialmente como parte componente da geografia e da administração do Estado de Santa Catarina"⁵⁷.

Observa-se que o autor confundiu-se, quando concorda com a data de 10 de agosto de 1861 que não é a mesma da

⁵⁶ FONTES, Hélio B. É preciso determinar sem demora a data da fundação de Gaspar. Jornal "Voz de Gaspar", Gaspar, 07/08/1954, nº 50, p. 01. Biblioteca Pública de Florianópolis-SC.

⁵⁷ ZIMMERMANN, H.P. Gaspar e a sua história. Jornal "Voz de Gaspar". Gaspar, 04/12/1954, nº 67, p. 03. Biblioteca Pública de Florianópolis-SC.

ta da elevação de Gaspar à categoria de Freguesia. São duas datas distintas:

"O Acto de 10 de agosto de 1861, cria um districto de Paz e Subdelegacia na nova Freguesia de São Pedro Apóstolo, creado pela Lei Provincial nº 509 de 25 de abril de 1861"⁵⁸.

E quando H.P. Zimmermann, se refere ao Estado de Santa Catarina, no ano de 1861, Santa Catarina era uma Província e não era ainda Estado, fato que ocorreu somente após a Proclamação da República.

É através da Lei Provincial nº 464, de 4 de abril de 1859, que a Paróquia do Santíssimo Sacramento de Itajaí foi elevada à Categoria de Vila.

"Art. 1º - será elevada à Categoria de Vila a Paróquia do Santíssimo Sacramento d' Itajaí, assim que tenha casa para as sessões da Câmara;

Art. 2º - As Paróquias de Camboriú e a de Nossa Senhora da Penha de Itapocorói, serão desmembradas do município de Porto Belo e de São Francisco de que ora fazem parte e formarão um novo município denominado d' Itajaí"⁵⁹.

⁵⁸ SANTA CATARINA. Ato de 10/08/1861. op. cit., nº 63.

⁵⁹ Livro de Atas de posse de Vereadores da Câmara de Porto Belo e da Câmara de São Sebastião da Foz do Tijucas Grandes, com as atas das Instalações das duas cidades. Datado de 1833 a 1872, p. 67-A. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva-Blumenau-SC.

Nessa época, portanto, Gaspar pertencia ao Município de Itajaí, como também a Colônia Blumenau".

"Art. 3º - O município d' Itajaí se regulará pelas atuais posturas de Porto Belo, enquanto o novo não tiver as suas.

Art. 4º - A sede da Vila de Porto Belo passará para a Freguesia de São Sebastião do Tijucas, desde que na Vila tenham a casa para as sessões da câmara.

Esta freguesia, a de Porto Belo e a de São João do Alto Tijucas, que fica desmembrada do Município de São Miguel, formarão um Município com a denominação de São Sebastião.
(grifo no original)

Art. 5º - O município de Itajaí pertencerá a Comarca de Nossa Senhora da Graça e o de São Sebastião a São José" ⁶⁰.

Somente a 15 de junho de 1860, que os itajaienses fizeram instalar o município. Não resta dúvida que a decisão tomada pela Assembléia Provincial e ratificada pelo Presidente da Província, João José Coutinho, se deveu mais ao fato de os moradores e colonos se encontrarem muito distantes de Porto Belo, para o cumprimento de suas obrigações cívicas e fiscais.

Agostinho Alves Ramos nesta época já havia morrido. Observe-se no entanto, que foi um dos que lutou para o desenvolvimento de Itajaí, como também de todo o Vale. Além de possuir vastos conhecimentos de Contabilidade Comercial, tinha no

⁶⁰ Livro de Atas de posse de Vereadores ..., op. cit., p. 67-A.

ções de desenho industrial, riscando com perícia, plantas de barcos. A 26 de janeiro de 1850, morreu sua esposa, vendendo suas terras situadas na confluência do Itajaí-Mirim, casas e terras do Ribeirão da Conceição, tendo-lhe sido paga a metade do preço em dinheiro contado e a outra metade em oito letras de câmbio, vencíveis em 6 meses para o Dr. Blumenau e Fernando Hackradt. Mal decorrido um semestre de se ter Agostinho Alves Ramos desfeito da maior parte de seus imóveis, foi vítima de uma apoplexia, sendo que, em 16 de julho de 1853, às dezesete horas veio a falecer⁶¹.

Não se pode deixar de mencionar, neste capítulo, a pessoa que usou do seu bom relacionamento para dar impulso, e porque não dizer, criar novos núcleos de colonos, como fez Agostinho A. Ramos, nos arraiais de Pocinho e Belchior.

Neste segundo capítulo, por se estar tratando dos primeiros moradores, dar-se-á a relação dos colonos que vieram de São Pedro de Alcântara para Gaspar:

BERNS - I Pedro c.c. Maria (Grann?)

II Pedro c.c. Ana (Grum)

III João

BORNHAUS - I Adão Lucas c.c. Barbara

DESCHAMPS - I Nicolau c.c. Catharina Eich

II Nicolau c.c. Luísa Ostermann.

⁶¹SILVEIRA JÚNIOR. op. cit., pp. 18-25.

No que se refere aos Deschamps, Nicolau I e II, pai e filho, ambos cidadãos alemães nascidos na Alemanha, mas de origem francesa, vieram de São Pedro para Gaspar, depois de o segundo ter casado com Luisa Ostermann e ter deixado lá o seu filho Nicolau Antônio, único dos Deschamps que não saiu da primitiva colônia. Nicolau II, tornou-se em Gaspar o patriarca da grande família Deschamps. Faleceu em Gaspar 7 anos antes de seu pai, em 1880⁶².

Os Deschamps se estabeleceram em Gaspar e Belchior. Vieram quatro irmãos: Pedro, Adão, Miguel e Jacó. Os outros quatro ficaram em São Pedro de Alcântara.

GASPAR - II João Henrique, c.c. Maria Isabel Lukas;

GOEDERT - I Jacob c.c. Ana Maria Schwarz

HAENDCHEN - I João, c.c. Margarida Walters

HOFFMANN - Jacob c.c. Ana Maria Schmidt

KLOCKER - João c.c. Ana Maria Dechamps

LUKAS - Adam c.c. Isabela Jacobsen

MULLER - Jacob c.c. Ana Monn

João c.c. Ana Maria Reinadus

João c.c. Bárbara Pitz

João c.c. Isabel Petry

Matias c.c. Barbara Wiedrich

NECKEL - Jacob c.c. Maria Gertrudes Wolf

⁶² Livro de Óbitos - folhas 88, nº 3 - Na Paróquia de São Pedro Apóstolo de Gaspar-SC.

REINERT - Felipe

Mateus c.c. Barbara Kraemer

SABEL - Christóvão c.c. Ignez Conradi

SCHNEIDER- Gaspar c.c. Catarina Schmidt

SPENGLER - André c.c. Maria Minnich

WERNER - João Pedro c.c. Ana Geise

Pedro c.c. Margarida ...

João c.c. Ana (Ejuesser?)

ZIMMERMANN - Antônio c.c. Maria (Prim ou Kramer)

pais de:

- Jacob c.c. Susana Philipi

- Antônio c.c. Catarina Schmidt⁶³

Depois do estabelecimento das levas das famílias procedentes de São Pedro de Alcântara, em Gaspar ou suas imediações, todas elas de origem alemã e compostas de lavradores e pequenos artífices, é que chegaram os belgas que na verdade, eram flamengos, na maioria. Os seus descendentes até hoje se encontram em Gaspar, em grande número, constituindo as famílias Van Suiten, Van Dahlen, Hostin, Villain e outras. Entre os Van Dahlen e Van Suiten, havia diversos intelectuais, entomologistas, naturalistas, professores, que dificilmente conseguiram adaptar-se ao novo meio de radicação, por desconhecerem in

⁶³ MATTOS, Jacintho Antonio de. Colonização do Estado de Santa Catharina. pp. 199 a 225.

REITZ, Raulino. Frutos da Imigração (História e Genealogia da Família Reitz) Lista de Imigrantes. pp. 174 a 207.

N.B. As listas dos colonos de São Pedro de Alcântara foram extraídas das obras acima citadas.

teiramente as lides agrícolas e os meios de enfrentar a natureza bruta do sertão. Alguns dos Van Suiten logo abandonaram o povoado, sendo que outros ligaram-se a um grupo de índios⁶⁴.

Observa-se também imigração de colonos vindos da colônia Piedade:

PLATTEN - Henrique c.c. Margarida

SCHNEIDER- Daniel solteiro

E da Colônia Santa Isabel veio:

EBERHARDT - Jacob c.(?)⁶⁵

De acordo com o Livro nº 1 de Registro das informações de terras da Vila de Porto Belo, tivemos o Registro das informações dadas pela Câmara da mesma vila.

Na página onze do dito livro de registro, existe:

"Antonio Fernandes do Carmo morador na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, em que pede ao Exmº Snr. Presidente da Província 200 braças de terras de frente, com 500 de fundos, nos fundos das terras dos colonos do Ribeirão do Gaspar, da qual obteve despacho para esta Câmara informar de 23 de novembro de 1840. Procede as providências da lei"⁶⁶.

⁶⁴ ZIMMERMANN, H.P. Gaspar e a sua história. "Voz de Gaspar". Gaspar, 04/12/1954, nº 67, p. 03. Biblioteca Pública de Florianópolis-SC.

⁶⁵ REITZ, Raulino, op. cit., pp. 174-207.

⁶⁶ COSTA, José Pereira da. Livro nº 1. Para Registro das Informações de Terras. Vila de Porto Belo, 07/11/1838, p. 11. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

Na mesma página, encontra-se a petição de Bento José da Costa, e outros moradores de Itajaí em que pedem:

"3000 braças de terras em quadra no Ribeirão do Gaspar na margem Sul do Rio Itajaí que confrontam com os colonos do qual obteve despacho de V. Exa. para esta Câmara, 2 de julho de 1841. Procede as diligências da lei"⁶⁷

Vê-se porém que essas terras eram bastante cobiçadas já nesta década do século dezenove, não obstante serem bem anteriores a primeira visita do Dr. Blumenau nessas redondezas.

Em 26 de janeiro de 1842, tivemos a petição de José Henrique Flores:

"em que pede ao Exm^o Snr. Presidente da Província uma légua de terras em quadra na margem do oeste do Ribeirão do Belchior braço do Rio Itajaí, na qual obteve despacho - Procede as diligências da lei"⁶⁸.

Na página quinze, encontramos o Registro da informação da petição de Bento Malaquias da Silva e José Rodrigues Coelho:

"em que pedem a S.Exa. uma légua de terras em quadra na Cachoeira do Ribeirão do Belchior do Rio de Itajaí." Em 20 de abril de

⁶⁷ COSTA, José Pereira da. op. cit.

⁶⁸ Ibidem.

1842 - Procede as diligencias da lei"⁶⁹.

Um outro morador da Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, Antonio da Rosa:

"requer a Presidencia 400 braças de terras de frente com seus fundos competentes, entrando em números de colonos na forma da lei Provincial nº 11 no Rio Grande Itajaí da parte Sul na volta do Gaspar. Despacho do Presidente de 9 de junho de 1842 que manda informar o encarregado das colônias. 2º Despacho da Presidência procede as diligencias da lei em 16 de agosto de 1842 e José Henrique Flores opoem-se dizendo ser suas as terras requeridas"⁷⁰.

Torna-se interessante a interferência de José Henriques Flores nas petições de registros de terras, pois o mesmo, constantemente, estava interferindo nos processos de medição, alegando ser de sua propriedade o terreno em questão:

"Ilmos. Senres. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. Diz o Cappm José Henriques Flores que constende-lhe haver Bento Malaquias da Silva, requerido comprar ao Estado, 1000 braças de terras como devolutas sitas no lugar "Salto Belchior" do rio Grande d'Itajahy do municipio d'esta Villa vem

⁶⁹ COSTA, José Pereira da. op. cit., p. 15.

⁷⁰ Ibidem.

por isso o Suppe. reclamar a esta Illma. Camara que aquellas requeridas terras são do Suppe. por ter nellas cultura de varias plantações e uma casa coberta de telha e tem já requerido do respectivo juiz Comissario d'este Municipio a legitimação das mesmas terras, como de tudo pode provar"⁷¹.

Essa questão de terra vai se prolongando com outros offícios, até que o Dr. Blumenau enviou uma carta ao Presidente da Província Alexandre da Silva Chaves sobre o seu parecer referente a pretensão de Bento Malaquias da Silva em comprar as terras no Salto do Ribeirão do Belchior, ao norte do Itajaí-Açú. Diz que a terra solicitada devia ser vendida pela Colônia Blumenau e faz outras observações alusivas a irregularidades na metragem solicitada.

"existe ainda uma meia légua de terra, que dizem e me parece ser da legitima e incontestável propriedade do antigo empresário da Colônia Belga, Van Lede. Daí a preocupação e solicitação da alta atenção de V.Exa. para estas circunstâncias, afim de que este terreno não fique ofendido. Por isso, todas as petições de compras que se referem às terras no rio Itajahy, me fossem mandadas para informar e ousou rogar a V.Exa. queira conservar em vigor esta ordem, para evitar

⁷¹Offícios de Terras e Colonização ao Presidente da Província-1864 - Documento entre os offícios nº 81 e 82, 17/02/1864. s.p. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis-SC.

futuros gastos"⁷² (grifos do autor).

Avançou-se um pouco no tempo, para mostrar que haverá uma grande interferência por parte do Dr. Blumenau na regulamentação dos terrenos já demarcados antes da sua chegada.

Dando continuidade ao Registro da informação, obteve-se em 7 de fevereiro de 1843, o requerimento de Manoel de Oliveira, morador no Ribeirão que:

"requer meia légua em quadra, ou as que se acharem devolutas no Rio Grande do Itajaí da parte do Norte, entre João da Silva Mafra, Bento Malaquias e José Rodrigues Coelho, e pelo Norte com terras devolutas - Procedo de ligencias da lei"⁷³.

Em 6 de setembro de 1842, José Henriques Flores, se opôs ao requerido acima, dizendo ser suas, as terras requeridas por Joaquim José Espindula, morador em Santo Antonio que:

"requer à Presidência o número de braças de frente com seus competentes fundos que S. Exa. julgar necessário para seu estabelecimento, entrando no número de colonos no Rio Grande de Itajaí da parte do Sul na volta denominada estaleiro das Naus"⁷⁴.

⁷²BLUMENAU, H.B.O. Ao Presidente da Província. 09/05/1864. Na pasta 02.03. Doc. 232. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

⁷³COSTA, José Pereira da. op. cit., p. 23.

⁷⁴Ibidem, p. 24.

Em 1842 foram distribuídos novos lotes a novos moradores, que permitem citar os nomes de algumas famílias e de posseiros de terras na região de acordo com o documento encontrado por Oswaldo Rodrigues Cabral, denominando-se de: Antigos Mo radores de Gaspar.

Assim, em 1842, no Estaleiro das Naus do Pocinho os moradores eram:

"Fermiano Correia
José Coelho da Rocha
Benigno Lopes Monçam
Francisco da Costa Passos
Joaquim Alexandre de Castro e João Vicente
da Silva"⁷⁵.

Na volta do Gaspar, os posseiros eram:

"Henrique Etur (com grande propriedade)
Benedito Rios
Tomé Vieira Barbosa
Antônio Branzuite"⁷⁶.

É de se estranhar que neste documento não conste o maior latifundiário de todo o Vale do Itajaí, José Henriques Flores, sendo que em 1842, através do Registro das informações dadas pela Câmara de Porto Belo, havia uma petição do mesmo.

⁷⁵ CABRAL, Oswaldo R. Antigos moradores de Gaspar. In: Blumenau em Cadernos". Tomo 1, fev. 1958, p. 68. Mapa das Terras distribuídas em virtude da Lei nº 11 de 05 de maio de 1835, aos colonos em 1842.

⁷⁶ Ibidem.

Na localidade de Pedra de Amolar:

"Antonio Dias
 Antonio Pinto de Carvalho
 Carlos Moçam
 José Angelo
 Pedro Joaquim
 João Cloques
 Jacó Alemão

} eram alemães"⁷⁷.

Na volta do Belchior eram posseiros:

"Pedro Dias de Arzão e Adão Miguel"⁷⁸

E acima do Arraial do Belchior:

"Luciano José de Campos e Manoel José Pereira"⁷⁹.

Na volta da Praia Comprida, arraial do Belchior:

"Jacinto Correia"⁸⁰

Na Fortaleza:

"Joaquim dos Reis e acima dela, José Lizandro"⁸¹.

De acordo com o Mapa das Datas de terras distribuídas em virtude da Lei nº 11 de 05 de maio de 1835, aos colonos, as

⁷⁷ CABRAL, Oswaldo R. op. cit., p. 68.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem, p. 69.

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ibidem.

quais foram medidas e demarcadas desde o lugar denominado Pocinho, até Itoupava de Itajaí, da parte do norte, do Município de Porto Belo e cujas confrontações vão à margem declaradas. Os lotes eram de tamanho variável, todos com 500 braças de fundos, mas com frentes que iam de 90 a 400 braças corridas, sendo mais numerosos os de 200 braças. O referido mapa é de 1842, contendo 27 nomes, com a área concedida e a sua localização:

"no Estaleiro das Naus: José Maria da Veiga, 200 x 500, posse a 16 de junho; Antonio José de Mendonça, 300 x 500, posse a 15 de junho, vizinhando com o antecedente e situado aos fundos do arraial.

Francisco Antonio da Rocha, 200 x 500, posse a 20 de junho;

Lisandro Antonio da Rocha, 150 x 500, posse a 21 de junho"⁸².

Por conseguinte, analisou-se através deste documento que os lotes e terrenos estavam sendo medidos e demarcados bem antes da chegada do Dr. Blumenau, como mostrar-se-á no 3º Capítulo que o mesmo, não aceitava e fez muitas reclamações por terras já determinadas pelo governo, para o seu respectivo proprietário.

"No arraial do Pocinho, aos fundos: Vicente Miguel Nunes, 200 x 500, vizinhando com Antonio Inácio de Mendonça, João Luis Dias de Arzão, a 15 de setembro, filho de Luiz Dias Arzão, 400 x 500 e com ele vizinhando, bem

⁸² CABRAL, Oswaldo R. op. cit., p. 69

como o Padre Francisco Rodrigues e com Agostinho Alves Ramos"⁸³.

Agostinho Alves Ramos, como já foi analisado, muito se empenhou pelo engrandecimento de Pocinho e Belchior e teve como seus ajudantes: o Juiz de Paz: Luiz Dias de Arzão, Francisco da Costa Passo, sendo o escrivão e o agrimensor Antonio Vanzoite

"Na volta do Gaspar receberam terras: João Guilherme, 200 x 500, a 23 de junho; José da Costa Passos, igual tamanho, a 24, vizinhando com o anterior, com o que se segue e com o Major Etur; José Alves dos Santos, também 200 x 500, a 7 de outubro, entre o referido Major e Benedito Rios, com frente para o Itajaí; Manoel Belíssimo Rebelo, 200 x 500, a 29 de outubro, vizinho de seu irmão José Belíssimo Rebelo que recebera igual área no dia 26 do mesmo mês; Vicente Nunes Cordeiro, 90 x 1000 entre Antonio Branzuite e a grande propriedade de José Henrique Flores com frente para o rio a 5 de dezembro"⁸⁴.

Os sucessores de Agostinho Alves Ramos na direção da Colônia de Pocinho foram João Dias da Silva Mafra, Major Henrique Etur e o filho deste Augusto Frederico Benjamin Etur. Desde então, não se pode esquecer, de que esta Colônia existiu, mas não possuía nenhum regulamento específico e nem fazia uso dos

⁸³ CABRAL, O.R. op. cit., p. 69.

⁸⁴ Ibidem.

favores concedidos aos estabelecimentos coloniais, como se verá adiante, o mesmo não ocorreu com a Colônia Blumenau.

"Em Pedra do Amolar: Antônio Mendes de Carvalho, 200 x 500, a 28 de setembro, vizinhando com Baltazar Pinto Correia que recebeu 400 x 500, na mesma data, seu vizinho, Nicolau Deixam (Deschamps?) recebera na véspera 200 x 500;

João Jacó recebeu, a 29, área igual; e Antonio Dias de Moura, a 3 de outubro, 100 x 500.

Na volta do Belchior, José Adão Miguel, que recebera igual quantidade, a 21 de junho, vizinhandos ambos com seu pai, Adão Miguel, e com Pedro Dias de Arzão.

Acima do arraial do Belchior, a 4 de dezembro, João José Pereira obteve 140 x 500 e dois dias depois lhe deram por vizinho José de Oliveira, que recebeu 100 x 500, na volta da Praia Comprida do Arraial"⁸⁵.

As terras de José Henriques Flores eram da Barra do rio Luiz Alves até perto do Gaspar Pequeno (3000 braças). Entre os limites da terra de José Henriques Flores e o Ribeirão Gaspar Pequeno, vieram se estabelecer João Luiz Dias, Joaquim Lopes e Antonio Vanzoite (agrimensor). E entre os ribeirões Gaspar Pequeno e Gaspar Grande, morava Bento Dias que, depois vendeu a sua posse ao Dr. Blumenau.

Do ribeirão do Gaspar Grande para cima do Itajaí-Açú moravam João Kehrbach que em 1848, vendeu a sua terra a Frede-

rico Guilherme Schramm. Em 1839, Valentim Theiss mudou-se de São Pedro de Alcântara para Gaspar, indo morar 4 km distante de Gaspar. Tendo outros moradores, entre eles: Francisco Gringo, Joaquim Floriano, Nicolau Brochhofen, João Schneider e Manoel Pereira. E a 6km distante de Gaspar, perto do Belchior, morava Nicolau Deschamps e seus filhos Pedro e Nicolau Deschamps. Na passagem de Belchior, Manoel Antonio de Miranda⁸⁶.

Ao lado esquerdo, isto é, ao norte do Rio Itajaí-Açú moravam: João de Azeredo Leão Coutinho que tinha recebido duas léguas de terras quadrada da Pedra de Amolar até a frente de Ilhota. Para baixo do Pocinho, Antonio Teixeira Camilo e acima Luiz Dias Arzão.

No outro lado de Poço Grande: Joaquim Alves de Andrade. No Estaleiro das Naus, Nicolau Werner, Böttcher, Hostins, Otekir, Battels, Polmann e Pereira.

Da Ilha de Gaspar para cima: Manoel José Rebello e Manoel Simplício.

Do Morro das Pedras para cima: Richardo Kerwke, Jacob Theiss, irmão de Valentim Theiss, Pedro Junk, Antonio Rinkes, Rudger Jose Haendchen ferreiro, Mathias Berens, João

⁸⁶ LINDEN, Bruno. Notas para a História e Cprografia da Paróquia de São Pedro Apóstolo do Gaspar. 1904 (provável). Paróquia de São Pedro Apóstolo. No Livro I - Tomo da Paróquia - Gaspar-SC.

Klucher, que deu o terreno para a primeira Capela e Cemitério, Pedro Raush, Jorge Wagner e Manoel Pedro de Moura em cima da passagem de Belchior⁸⁷.

Não obstante, os primeiros colonos alemães já estabelecidos aqui no Brasil, especificamente em São Pedro de Alcântara, a seguir a chamada do primeiro Diretor da Colônia Belchior e Pocinho, Agostinho Alves Ramos foram:

João Klocher, c.c. Anna Maria Deschamps

Henrique Burhofer c.c. Catharina Müller

Matheo Schneider c.c. Rita Simão

Valentim Theiss c.c. Gertrudes Goedert

Jacob Theiss - irmão de Valentim

João Kehrbach

Nicolao Deschamps filho c.c. Luisa Ostermann

José Vicente Haendchen segundo filho de João Haendchen e Margaretha Walderf casado com Joanna Deschamps, filha de Nicolao Deschamps.

Pedro Junk e Jorge Wagner⁸⁸

Verifica-se no mapa, datado de 25 de agosto de 1846, que os moradores do Belchior eram em maior número e que os lotes de terras já estavam divididos até Gaspar, vindo coincidir a maioria, aos nomes com a relação acima referida (anexo nº 6).

Porém os primeiros alemães que vieram para Gaspar foram os de São Pedro de Alcântara, e portanto, católicos, pois, o Império só permitia ou colônias exclusivamente de católicos,

⁸⁷ LINDEN, Bruno. op. cit.

⁸⁸ Ibidem.

ou exclusivamente luteranos. Mais tarde é que houve a natural miscigenação. Nas duas margens do Rio Itajaí-Açú, na distância de 15 a 30 km de Blumenau, rio abaixo, desde 1839 fixaram-se famílias católicas. Em 29 de junho de 1850, Frederico Guilherme Schramm, conseguiu, juntamente com os outros moradores construir uma capela (Anexo nº 7) realizando a primeira festa de São Pedro Apóstolo, neste mesmo ano. Esta capela, como também o Cemitério que ficava sob cuidados de Nicolau Deschamps, ficavam no lado oposto e não no morro da atual matriz, 4 1/2 km rio acima, nas proximidades da bela e gigantesca figueira, hoje não existindo mais, (ver anexo nº 8), sendo que, o lugar continua sendo chamado de Figueira. Nesta Capela, os colonos católicos das redondezas se reuniam, nos domingos e dias santos, para fazer as suas orações e ouvir a explicação que Frederico Schramm lhes fazia, de trechos do evangelho.

Sobre a vinda do primeiro Vigário para Gaspar, virão maiores detalhes, no 4º capítulo, com a criação da Freguesia de São Pedro Apóstolo, onde a força moralizadora do Dr. Blumenau e o insuportável espetáculo da perseguição aos católicos reforçaram-se no momento em que a Colônia Blumenau ficou subjugada às leis da Paróquia de São Pedro Apóstolo.

CAPÍTULO III

A COLÔNIA PARTICULAR DO DR. BLUMENAU E A INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO APÓSTOLO EM GASPAR

A História da Colonização no Brasil é um assunto importante a ser analisado, principalmente, a forma como ela foi dirigida, mediante numerosos e grandes concessões às Companhias que na sua maioria fracassaram. Isto constituía um poderoso entrave à expansão da colonização de tão vasto território.

O serviço de intermediários a que o governo prestou apoio direto foi também um dos motivos de ter agravado a situação, prejudicando o colono.

O progresso esteve aquém do verdadeiro traçado imposto pelas condições favoráveis a um extraordinário desenvolvimento. Distanciou-se muito do sistema adotado pela Inglaterra na Austrália, com os melhores resultados.

O Brasil já dispendeu grandes quantias com a emigração, mas não pode evitar os interesses da especulação que sempre dominam todos os empreendimentos públicos, quando mal-orientados.

Essa atmosfera, aliás, ainda hoje é respirada neste século de materialismo absorvente, discricionário às instituições sociais.

Existem privilégios grandemente prejudiciais atualmente em vigor, concessões de terras em vários Estados, que bem mereciam uma revisão atenta, a fim de prevenir ainda as desastrosas consequências.

Visando o povoamento de imensas áreas desabitadas, o Governo Imperial do Brasil, de 1847 a 1874, estabeleceu apreciável número de Colônias, bem como assinou 33 contratos diversos, com firmas e particulares para introdução de imigrantes preferentemente de procedência de países europeus. Entre estas Colônias oficiais estava a "Itajaí", criada em 1860 e entre os Contratos, celebrados em 1850 com Hermann Bruno Otto Blumenau, assinados em 1851, estava a Colônia "Blumenau", tornando-se oficial em 13 de janeiro de 1860*.

Na execução destes contratos se cometeram excessos de toda a espécie, tanto no aliciamento e seleção dos imigrantes, como no seu transporte até o porto de destino e posterior localização nas colônias respectivas. Esses agentes aliciadores eram mais conhecidos como "negreiros da imigração" e "comerciantes de carne humana", como os agentes das companhias de navegação, remunerados por emigrante embarcado, combinando-se e

*Ver Termo de Contrato assinado entre o Fundador e o Império na Pasta 02.3. Documento 36. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC. Também publicado em "Blumenau em Cadernos", nº 11, nov. e dez. 1979 - Tomo XX, pp. 309 a 310.

raticando as mais variadas formas de exploração, de fraudes e ladroeiras, contra os emigrantes¹.

O Dr. Blumenau, veio ao Brasil em 1848, como representante da Sociedade Protectora dos Emigrados Allemães, com quem se havia estabelecido em São Leopoldo e outros pontos do Rio Grande do Sul, em São Pedro de Alcântara, e, ao mesmo tempo, para tratar do reconhecimento da sociedade por parte do Governo Imperial do Brasil, o Dr. Blumenau, pensou em criar sob a direção imediata da sociedade, por conta da qual viajava, uma colônia em local apropriado da Província de Santa Catarina.

Com o propósito de efetuar a escolha desse local, visitou vários pontos da costa e explorou juntamente com Fernando Hackradt, o rio Itajaí até a sua confluência com o rio Hercílio, nos contrafortes da Serra do Mar.

1

WEISE, Johann Georg Heirich. Correspondência à Christph Weise - 10/09/1855, publicado no Semanário "Der Pilot", anexo do "Allgemeine Auswanderung - Zeitung" - (Jornal Geral de Emigração) - nº 30-30 de julho de 1857. Nela Johann G. H. Weise relata a brutalidade e a péssima alimentação, e ainda faz advertência a todos para não embarcarem no navio "Comet", pois, fez péssima viagem ao Brasil no mesmo. Fizeram a pé de D. Francisca até Blumenau, encontrando de vez em quando, casas de brasileiros, onde foram bem acolhidos. Pasta 02.7 - Blumenau-SC. Ver também um abaixo assinado de colonos alemães onde fazem sérias denúncias aos senhores Steinmann e Companhia. Pasta Carlos Ficker - lote 1639 - Arquivo Histórico de Joinville, 16/12/1861. Joinville-SC.

Em suas cartas dirigidas para seus familiares na Alemanha afirma que:

"passando por Tijucas, verifiquei a existência de colonos estabelecidos. Comparei o rio Tijucas com o Itajaí, dando destaque para o segundo e sendo um fator de vantagem para ele nos dois rios moram cerca de 30 famílias alemãs. Os brasileiros rejeitam a idéia de empreendimentos estrangeiros"².

De conformidade com essas cartas, o Dr. Blumenau reclamou de Hamburgo, pois não recebeu a atenção conforme foi prometido. O projeto de Colonização Hamburguesa foi para a Assembléia e foi rejeitado. Segundo o Dr. Blumenau, foi:

"devido intrigas e porque não teve dinheiro para conceder propinas às pessoas indicadas"³.

Daí a tentativa dele mesmo realizar o projeto em menor escala. De acordo com a Lei nº 49 de 15 de janeiro de 1836, sobre a Colonização da Província de Santa Catarina, o Sr. Antero de Brito, então Presidente da Província, conferiu ao Dr. Blumenau a licença para poder medir e demarcar dois

² BLUMENAU, H.B.O. Correspondência para seus familiares. 1848
Pasta 02. Doc. 9-1848 a 1850. Arquivo Histórico José
Ferreira da Silva, Blumenau-SC.

³ Ibidem.

distritos de Colônia na parte do sul do Rio Itajaí Grande para colocar colonos e tirar o título definitivo depois da medição e demarcação - tendo prazo de dois anos para medir e demarcar, recebendo título provisório, até que recebesse o título definitivo.

Num artigo escrito pelo Dr. Blumenau, em julho de 1850⁴, ele faz referências sobre vários aspectos que deveriam ser observados no processo colonizador. Fez recomendações e sugestões que deveriam ser modificadas radicalmente. Pediu uma reforma radical no sistema de colonização e ao mesmo tempo a distribuição de gibões de armas entre os colonos como fizeram nos do Espírito Santo e da Bahia nas guerras contra os botocudos nos idos de 1815 até 1822.

Dissolvida a Sociedade Protetora em Hamburgo e a concessão da licença expedida pelo Presidente da Província Antero de Brito, Blumenau organizou uma sociedade particular com seu amigo Fernando Hackradt sob a razão social de Blumenau & Hackradt. O Presidente da Província, concedeu uma gleba de terra a esta Firma, nas imediações do Ribeirão Garcia. A ela incorporaram-se outras, adquiridas de particulares, formando um complexo de 9553 km²,

Enquanto Hackradt ficava no local, construindo ranchos e fazendo plantações, preparando o necessário para a

⁴BLUMENAU, H.B.O. Artigo 07/1850. Pasta 02.1. Documento 17-1850. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

acomodação dos primeiros colonos, o Blumenau desenvolvia na Alemanha, intensa atividade aliciando gente para o estabelecimento e agindo com insistência junto às autoridades no sentido de captar as simpatias e a benevolência das mesmas para a emigração de alemães para o Brasil.

Assim depois de muito custo e propaganda ativa pela imprensa, Blumenau conseguiu um pequeno grupo de pessoas, dispostas a emigrar para o Brasil. O embarque se deu em junho de 1850 com destino ao porto de Itajaí com 17 pessoas⁵, ali chegando em 2 de setembro do mesmo ano.

Os primeiros imigrantes, dezessete, além de Blumenau, passaram os primeiros meses em plena mata virgem. Começa

⁵ Os colonos que chegaram em 2 de setembro de 1850 foram:
 Reinhold Gärtner, 26 anos, solteiro, Lavrador, nascido em Brunswick.
 Francisco Sallentien, 24 anos, solteiro, Lavrador, nascido em Brunswick.
 Paulo Kellner, 23 anos, solteiro, Lavrador, nascido em Brunswick.
 Júlio Ritscher, 22 anos, solteiro, Geometra, nascido em Hannover.
 Guilherme Friedenreich, 27 anos, casado, Alveitar, nascido na Prússia, sua esposa Mina, 24 anos, suas filhas Clara e Alma com 2 e 3/4 anos, respectivamente.
 Daniel Pfaffendorff, 26 anos, solteiro, Carpinteiro, nascido na Saxônia.
 Frederico Geier, 27 anos, solteiro, Marceneiro, nascido em Holsteins.
 Frederico Riemer, 46 anos, solteiro, charuteiro, nascido na Prússia.
 Erich Hoffmann, 22 anos, casado, ferreiro, nascido na Prússia.
 André Kohlmann, 52 anos, casado, ferreiro, nascido na Prússia, sua esposa Joanna com 44, suas filhas Maria e Christina com 20 e 17 anos respectivamente.
 Andre Boettscher com 22 anos, solteiro, ferreiro, nascido na Prússia.
 Todos os colonos eram Evangélicos.
 Fonte: Pasta 02.2 - Documento 22-1850, Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

ram a construir moradas provisórias perto do rancho que Fernando Hackradt havia construído à margem do ribeirão da Velha, enquanto as derrubadas das matas iam prosseguindo para as suas moradas e para o engenho. Em princípios de 1851, o Blumenau seguiu para a Corte e seu sobrinho Reinoldo Gaertner assumiu a direção da Colônia, relatando o seguinte:

"Em fevereiro o colono G. Friedenreich deu início a primeira casa de morada. Em março dia 15 ocorreram enchentes do rio Itajaí-Açú.

Em julho, Dr. Blumenau regressou.

- morre sua mãe.

Até de novembro de 1851, Dr. Blumenau recebe a primeira notícia de correrias de bugres em terras de Francisco de Oliveira"⁶.

As enchentes nesta época assumiam trágicas proporções, devido às precárias vias de comunicação com que se contava e ao isolamento em que ficavam os colonos. A primeira enchente de maior destruição, foi a ocorrida no ano de 1855. Na carta de Blumenau, para sua majestade o Imperador D. Pedro*, ele relata as dificuldades enfrentadas pela colô-

* Dr. Blumenau mantinha um bom relacionamento com o Imperador desde a sua vinda ao Brasil em 1846, permanecendo na Corte, desde agosto do mesmo ano, até abril do ano seguinte. In: SILVA, José Ferreira da Silva. História de Blumenau. 2a ed., Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988. p. 26.

6

GAERTNER, Reinoldo. Relatório da Colônia. 1851. Pasta 02.12. Doc. 124, Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

nia, em detrimento da enchente que atingiu a região e fala das desventuras com que enfrenta os problemas econômicos do seu empreendimento particular

"cheguei em julho no Desterro, e em lugar de uma viagem de seis dias ao mais como em tempos regulares, gastei hum mes inteiro pa. chegar a esta Colonia, sempre retido em caminho por chuvas e agoas de monte. Este tempo pernicioso continuou até meados de dezembro, havendo onze dias consecutivos, que não appareceo nem hum só raio de sol ... O rio alagou quasi todos os seus barrancos e as cazas n'elas estabelecidas e cauzou tanto na colonia, como em todo o seu comprimento habitado innumeros males e prejuizos directos, que em tão pequena distancia e população não se podem avaliâr em menos de 60 até 80 contos de réis ... A situação foi tristíssima em toda a parte, os mantimentos subirão a hum preço enorme"⁷.

O Sr. Ernest Weise da Colônia Blumenau, escreve para seus familiares na Alemanha em 24 de maio de 1856 e conta que:

"Depois da calamitosa enchente que flage-

⁷BLUMENAU, H.B.O. Correspondência para D. Pedro II. 1856.
In: D'ESCRAGNOLLE, Luiz Affonso. Revista do Instituto Histórico de Petrópolis, Vol. I, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950. pp. 41 a 48.

lou-nos no ano passado, o gado subiu muito no preço. No dia 17 de novembro começaram a cair as chuvas tão fortes que já no dia seguinte o nível normal do rio estava superado em 34 pés, e do centro da sede pude escutar aqui sinais e tiros, pedindo socorro. Duas horas depois, a minha casa e dependências foram arrastadas pela correnteza. Entre outras perdas o milho armazenado que se foi, representava um valor de 200 mil réis; tendo depois lama no terreno na grossura de dois pés"⁸.

De acordo com o Registro de Ocorrências na Colônia Blumenau, no mês de outubro, escrita pelo Blumenau em 17 de novembro de 1862, é de se perceber que toda a região estava novamente assolada pelas inundações do Rio Itajaí-Açu. Há referências do dia 6, das fortes chuvas ocasionando enchentes, os estragos foram consideráveis nas pontes, boeiros, estradas, etc. O tempo começou a amenizar do dia 14 em diante, conservando ainda todo mês acima do nível normal⁹.

Blumenau ainda aponta, no quadro populacional de 1862, o número insignificante de imigrantes, tendo como causa a calamidade das geadas e das enchentes com suas funestas conse-

⁸ WEISS; Ernest. Correspondência para seus familiares. 24/05/1856. Publicada no Semanário "Der Pilot" anexo do "Allgemeine Auswanderungs-Zeitung" (Jornal da Emigração) nº 32 de 11/08/1857.

⁹ BLUMENAU, H.B.O. Registro de Ocorrências. 17/11/1862. Na Pasta 02.16 - Documento 168, Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau-SC.

quências atemorizando os emigrados recém-chegados¹⁰.

Percebe-se que Blumenau usava dessas circunstâncias para solicitar empréstimos financeiros ao Governo Imperial, reclamando constantemente, em seus relatórios, do pouco incentivo recebido da Província, para a sua Colônia em detrimento da boa reputação que gozava na Alemanha. Apresentava dados estatísticos para demonstrar que todo incentivo era dispensado para a Colônia Dona Francisca, apesar da sua colônia apresentar maior prosperidade. Diz ainda, que o Presidente da Província João José Coutinho, era contra a imigração alemã e especialmente protestante e parecia ser contra a pessoa dele e sua empresa, sendo tratado com aspereza e até mesmo sem educação¹¹.

Seu primeiro empréstimo feito, foi de 10 contos de réis, para as despesas de importação de 200 colonos alemães, para a fundação de uma colônia nas suas propriedades, às margens do rio Itajaí-Grande em 15 de março de 1852¹².

Nos relatórios subsequentes faz referências aos empréstimos, ou melhor, aos auxílios recebidos pelo Governo Imperial. Esses auxílios foram tantos, que foram notados e reclamados pelos outros Diretores de outras colônias, dado a preferência ao Blumenau pelo Governo Imperial.

¹⁰ _____ . Estatística da Colônia Blumenau. 31/13/1862. Na Pasta 02.16. Documento 169. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau-SC.

¹¹ _____ . Relatório da Colônia Blumenau. 1857. Pasta 02. 11. Doc. 112. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau-SC.

¹² _____ . Pasta 02.4. Doc. 46 Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau-SC:

Por volta de 1868 houve nova enchente, não assumindo proporções maiores que aquelas às quais, os habitantes da região estavam já acostumados. A enchente de 1880, no entanto, pode, sem exagero, assinalar-se como a mais catastrófica de nossa história. As chuvas duraram apenas um dia, precisamente de 22 a 23 de setembro, e as águas subiram, num período de horas, 14 m e 60 cm. Em 1911, outra desoladora catástrofe atingiu o povo, sob o domínio absoluto das águas que subiram 16m e 27 cm acima do seu nível normal, portanto, 1,67 m, mais do que em 1880¹³. Assim, sucessivamente, pequenas enchentes ocorrem, onde os moradores abandonam suas casas, outras são carregadas pela própria correnteza, danificando as plantações e movendo animais afogados pela água. As cheias do rio Itajaí-Açú, ainda hoje não deixam de ser uma constante preocupação de toda população do Alto e Baixo Vale do Itajaí.

Segundo August Prestiem, em sua publicação sobre a "Vida dos Imigrantes na Colônia de Blumenau em 1859", toda imigração era dirigida diretamente ao rio Itajaí-Açú. "todos os dias há na sua barra movimento de barcos, vapores e navios"¹⁴.

¹³ BARRETO, Aiga Deeke. Enchentes no Vale do Itajaí. In: Centenário de Blumenau - 2 de setembro 1850-1950. Ed. da Comissão de Festejos-Blumenau-SC. Tip. e Livraria Blumenauense, 1950. p. 127 e 128. Maiores informações sobre as Enchentes do Vale ver:

SILVA, José Ferreira da. As Enchentes do Vale do Itajaí. Ed. Fundação "Casa Dr. Blumenau", Separação da Revista "Blumenau em Cadernos", 1975, 49p. Blumenau-SC:

¹⁴ PRESTIEM, August. Vida dos Imigrantes na Colônia de Blumenau em 1859. Pasta 02.12. Doc. 121. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

Em 1855, o Porto de Itajaí possuía apenas seis embarcações, entre maiores e menores, mas era freqüentado por navios procedentes de Desterro, Laguna, São Francisco e Rio de Janeiro¹⁵.

Em 1857 em seu relatório, Blumenau solicitou ao Governo Imperial que incluísse no novo Contrato com o roteiro da linha intermediária, o porto de Itajaí, cuja importância crescia ano a ano. Era fundamental para a Colonização do Distrito que a linha dos portos intermediários entre o Rio de Janeiro e Santa Catarina, tocassem na sua barra, como em São Francisco¹⁶.

Em 1864, num ofício do Diretor de Terra e Colonização remetido ao Presidente da Província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, Blumenau voltou a insistir na importância e urgência dos vapores da linha dos portos intermediários que também tocassem no porto de Itajaí, pois o comércio do porto estava sempre crescendo. Finalmente, exigia tal melhoramento, porque este era praticável sem dispêndio, incompatível com as então forças do Tesouro. Dizia ainda, neste ofício, que praticado este melhoramento e as estradas terminadas (estrada que ligava a Colônia ao litoral e a outra para o alto da Serra), e tendo crescido a população, produção e exportação da

¹⁵ _____. Pasta 02.7. Documento 71. No Arquivo Histórico José da Silva. Blumenau-SC.

¹⁶ BLUMENAU, H.B.O. Relatório da Colônia. 1857. Pasta 02.10. Documento 104. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC:

Colônia, um vaporzinho no próprio rio seria muito útil e até necessário¹⁷.

No entanto, em 1867, Manoel Pinto de Souza Dantas, em correspondência do Ministério dos Negócios da Agricultura do Comércio e Obras Públicas para o Presidente da Província, Adolfo de Barros C. de Albuquerque Lacerda, pediu que a escala do Vapor fosse feita em Itajaí, uma vez que este porto era a saída das três Colônias: "Príncipe D. Pedro, Itajaí e Blumenau", e que esta só por si produzia tanto ou mais do que D. Francisca, para reconhecer que a escala regular por Itajaí era mesmo mais necessária e de mais interesse do que a que os vapores eram obrigados a fazer por São Francisco. Dizia ele que não entendia o motivo da preferência dado a Itapocoroy, uma vez que não justificavam as dificuldades da barra do Itajaí, visto que, tais dificuldade eram mais fictícias do que reais. A barra era sempre funda e de difícil acesso. Havia uma pedra próxima ao canal, quase a flor d'água, mas não oferecia perigo a quem conhecia a sua posição. Portanto, era necessário ligar o porto de Itajaí aos mercados desta capital e da Côrte, por meio dos Paquetes da linha intermediária. Caso contrário, seria inútil acumular produtos que não teriam ali extração e nem saída. Por isso, incontestavelmente, esta medida ser da maior importância para as Colônias desta parte da Província. Por si só era capaz de acelerar o desenvolvimento delas e de dar maior impulso à colonização, pois, os colonos lutavam com os inconvenientes do monopólio exercido pelos ne-

¹⁷ BLUMENAU, H.B.O. Ofício da terra e Colonização ao Presidente da Província. 01/10/1864. Entre os Ofícios de nº 133 e 134. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina-Fpolis-SC.

gociantes e armadores da Vila de Itajaí, os quais compravam por preços ínfimos o que os colonos não podiam vender em outra parte, e lhes vendiam, ou davam em troca por muito mais do seu justo valor, tudo aquilo de que eles precisassem fornecer-lhes no caso da madeira, que era o principal ramo de exportação. O prejuízo acarretado pelo monopólio era muito grande¹⁸.

Segundo August Sievert, de acordo com o seu depoimento publicado em "Blumenau em Cadernos"¹⁹ quando ele chegou em Desterro vieram até Gaspar com o Vapor "São Lourenço". Devido a cheia do rio Itajaí, os homens, rapazes e moças seguiram até a sede da Colônia Blumenau a pé, enquanto as mulheres, crianças e os velhos embarcaram numa lancha seguindo o rio acima, a força de varejões.

Não obstante, percebe-se que o rio Itajaí era navegável até Gaspar, em Belchior, devido às condições do rio, eram permitidas apenas embarcações de calado inferior a quatro palmos. O Vapor "São Lourenço", pelo seu calado, não chegava ao porto da Colônia Blumenau, aportando na Freguesia de São Pedro Apóstolo, isto é, em Gaspar.

¹⁸ SOUZA DANTAS, Manoel Pinto de. Correspondência do Ministério dos Negócios da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas ao Presidente da Província. 1861-1868. Ofício nº 101, p. 166. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

¹⁹ SIEVERT, August. Um veterano Depõe. In: Blumenau em Cadernos. Tomo III, nº 4, pp. 61 a 68. Fundação Casa Dr. Blumenau. Blumenau-SC.

Na fala do Presidente da Província Alfredo D'Escrag nolle Taunay, à Assembléia Legislativa Provincial em 1876, referiu-se à navegação Costeira e Fluvial a vapor e ao serviço executado regularmente pelo Vapor São Lourenço, da Companhia Nacional de Navegação. Sendo que a mesma era subvencionada pelos cofres com 2:500\$00 mensais. O vapor fazia três viagens entre o porto da Capital e a Colônia D. Francisca, tocando nos portos intermediários de Porto Belo, Itajaí, Colônia Blumenau e São Francisco. O Contrato com a Companhia Nacional, que se encarregou da linha costeira do Norte da Província, foi aprovado pelo Decreto nº 5811 de 3 de dezembro de 1874 e vigorava pelo espaço de 5 anos. Refletindo no progresso comercial das Colônias Blumenau, Itajaí e D. Francisca com a capital, os efeitos dessa fácil comunicação, não podendo chegar até a sede da Colônia, o Vapor São Lourenço, devido ao seu calado, ficava no Porto da Freguesia de São Pedro Apóstolo. No entanto, o governo, no intuito de remover o obstáculo e facilitar mais a navegação do rio Itajaí-Açú, autorizou ao Diretor da Colônia Blumenau, dispendir até 5:000\$000 com a remoção de algumas pedras situadas no leito do rio, no lugar denominado Belchior, às quais permitiram passagem à embarcações de calado superior à quatro palmos²⁰.

Em 21 de novembro de 1874, o Presidente da Província João Thomé da Silva, encarregou o Engenheiro Pinto Braga de

²⁰TAUNAY, Alfredo D'Escrag nolle. Fala à Assembléia Legislativa Provincial - 1876. pp. 60 e 61. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis-SC.

fazer os estudos na barra do rio Itajaí-Açú, pois em breve se-
ria inaugurada a navegação costeira e tendo o vapor de tocar
nos portos de Itajaí e Blumenau, o serviço teria que ser fei-
to o mais breve possível²¹. Em 30 de novembro do mesmo ano, a
Agência da Companhia Nacional de Navegação a Vapor de Santa
Catarina informava ao Presidente da Província que o Vapor Na-
cional "São Lourenço" fazia neste dia, às 22 horas, sua pri-
meira viagem para os portos do norte da Província, a fim de
dar cumprimento ao contrato estabelecido entre esta Companhia
e o Governo Imperial²².

Antes dessa Companhia atuar nesta região da Provín-
cia, houve por parte de particulares, tentativas de estabe-
lecerem uma linha de navegação a Vapor entre o porto da Capi-
tal e o do Itajaí até a Colônia Blumenau, como foi o caso de
uma petição que o colono Fernando Ebert, naturalizado brasi-
leiro, dirigiu, em março de 1862, à Assembléia Legislativa. O
Blumenau, solicitado pela Presidência da Província, deu pare-
cer contrário. Esse colono propunha introduzir uma linha regu-
lar de barcos a vapor entre a capital e os portos de Itajaí e
Blumenau. Os barcos teriam pequeno calado e lotação que de-
mandasse pouca profundidade do rio.

²¹SILVA, João Thomé da. Requerimento ao Engenheiro Pinto Bra-
ga. 21/11/1874. pp. 100-101. Arquivo Público do Estado
de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

²²CAPELLA, Joaquim Souza. 30/11/74. Ofício de Agentes de Pa-
quetes ao Presidente da Província 1874/75. Arquivo Pú-
blico do Estado de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

"atenta a impossibilidade pela falta d' água em vários lugares, não só das barras de Tijucas e Camboriú, como do lugar denominado Belchior, abaixo da Colônia Blumenau, que muitas vezes fica reduzido a 3 e 4 palmos de profundidade"²³.

Para tanto, Ebert pretendia privilégio exclusivo por dez anos. A atitude contrária do Blumenau se deve, como ele bem deixa transparecer na sua informação, ao fato de Ebert não lhe merecer confiança, organizando, assim, um abaixo-assinado de moradores da Colônia, mostrando que a prioridade do momento era a construção de uma estrada que ligasse a Colônia ao porto de Itajaí, e de outra para a Serra. A pretensão de Fernando Ebert era formar uma Companhia de Navegação que iria até Desterro, partindo da Colônia Blumenau. Na opinião do Blumenau, a pretendida navegação fluvial seria de grande utilidade, mas no momento era de difícil execução, havendo prioridade para as estradas ligando a Colônia e a Vila de Itajaí à Serra acima²⁴.

Por incrível que pareça, em seus relatórios anteriores, Blumenau fazia constantes reclamações quanto ao transporte dos imigrantes até a Colônia, veja-se num deles:

²³EBERT, Fernando. Petição à Assembléia Legislativa Provincial. 25/03/1862. Na Pasta 02.12. Documento 156. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

²⁴BLUMENAU, H.B.O. Ao Delegado de Terras Públicas, Sr. José Bonifácio Caldeira de Andrade. 19/09/1864. Na Pasta 02.24. Doc. 243. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

"A despesa do desembarque, reembarque e transporte à Colônia dos imigrados recém-chegados, com quanto não exagerado, sempre foi considerável no presente e no precedente ano. A razão foi que, achando-se poucos barcos aptos para este desagradável, enfadonho e as vezes arriscado serviço, fiquei a mercê de um só barqueiro,... Era porém, mais conveniente, promover o estabelecimento de um pequeno vapor, neste rio, que fazendo este serviço, ao mesmo tempo promova o comércio"²⁵.

Assim, quando apareceu uma pessoa interessada em fazer o que ele solicitava constantemente, o seu parecer foi contrário, transparecendo que deixou de ser prioridade para ele, o que era até então.

Houve, em meados de 1879, o Vapor "Progresso" e depois o "Blumenau", que marcaram em verdade, um período de inconfundível grandeza, visto que foram eles o fator exclusivo de uma notória transição, a mesma que se operou com o advento do veículo motorizado, que banuiu para um segundo plano as viaturas de tração animal. Marcaram, pois, uma época: as chatas, as peruas e todas as demais embarcações que trafegavam, até então, se locomoviam pela força única do homem, impulsionadas que eram por longos e fortes varejões apoiados aos ombros dos lancheiros. Aquelas viagens penosas se eternizavam dia após dia, noite após noite, num verdadeiro traba-

²⁵BLUMENAU, H.B.O. Relatório da Colônia. 31/12/1862. Pasta 02.17. Doc. 172. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

lho escravo. É de se perceber, no entanto, que o rio Itajaí-Açú, normalmente era navegável até Gaspar (Belchior) onde provavelmente os primeiros colonos se instalaram, devido ao fácil acesso que tiveram da barra do Itajaí até o local, se estabelecendo ao longo do rio. Os primeiros imigrantes da Colônia Blumenau, chegando a Itajaí, de onde iniciaram a subida do rio, se utilizaram, até Belchior, de uma espécie de balsa improvisada. Fernando Hackradt, encarregou-se de levá-los de canoa²⁶.

Em 1955, o Jornal "Voz de Gaspar" em data de 05 de fevereiro, publicou Manchete que dizia: "Precisa ser logo restaurado, pela Prefeitura o nosso antigo Porto Fluvial".

"O porto de Gaspar, sito no início da rua 17 de fevereiro (ex-Progresso), em terreno antigamente aforado à Dona Mimi Hoeschl, foi durante muitos anos, um dos logradouros mais importantes e movimentados da nossa cidade.

E que servio à navegação então existente pelo rio Itajaí-açú, entre as cidades de Blumenau, Gaspar e Itajaí. O rio sulcado por várias embarcações que faziam o transporte regular de passageiros e cargas. O pitoresco vaporzinho diariamente no porto da D. Mimi (como era chamado), deixando e levando dezena de passageiros de tôdas as

²⁶FERRAZ, Paulo Malta. Pequena História da Colonização de Blumenau. 1850-1883. Ed. Fundação "Casa Dr. Blumenau", nº 16. 1976. p. 23.

classes sociais da cidade do Vale. Naqueles velhos e saudosos tempos o tráfego rodoviário entre as duas referidas cidades era difícil, de maneira que os viajantes preferiam locomover-se pelo rio.

Depois, dado ao constante progresso dos veículos automotores e a melhoria das estradas de rodagem, a navegação fluvial pelo Itajaí-açu foi diminuindo até desaparecer de todo ..."²⁷.

A Câmara de Vereadores, solicitou ao Prefeito Municipal Júlio Schramm, as obras necessárias para a recuperação do referido logradouro, pois, a cidade necessitava do seu porto, até para estimular os esportes aquáticos e a ilha ser muito mais freqüentada pelos banhistas. Os operários iniciaram a derrubada do mato mais denso e em seguida foi suspenso o serviço dos trabalhadores sem nenhuma justificativa.

Retomando a linha de pensamento no que diz respeito a Colônia particular de Blumenau, observa-se que em 1853 a imigração diminuiu sensivelmente, devido às agressões da Sociedade Central de Berlim e de grande parte da imprensa alemã, hostil ao Brasil. Isto leva a refletir, diante dos relatórios de Blumenau, que o mesmo possuía um número bastante considerável de pessoas que divergiam quanto ao seu modo de proceder como Diretor de uma Colônia. Ele próprio temia a

²⁷ FONTES, Hélio B. Precisa ser logo restaurado, pela Prefeitura o nosso antigo Porto Fluvial. "Voz de Gaspar". Gaspar, 05/02/1955, nº 7, p. 01. Biblioteca Pública de Florianópolis. Florianópolis-SC.

ação desses inimigos. Conforme Carta escrita em 1856 para o Imperador, Blumenau dizia:

"Tenho muito receio, de que a novidade dos quatro assassinatos, cometidos no Itahy Mirim e n'esta Colonia pelos bugres, ha de produzir a mais desfavorável e pernicioso impressão pa. a minha empreza, sendo trazida à Allemanha pela fama e engrossada pelos inimigos da minha empreza e da Colonização brasileira - allemã em geral que em companhia com os especiais invejosos meus de que ali existe bastante número ... Sobretudo tenho diversos inimigos e invejosos em Hamburgo entre os agentes e amigos da Colonização ..."²⁸

O depoimento de August Sievert, publicado em "Blumenau em Cadernos", deixa transparente a maneira como eram tratados os seus colonos:

"Indo trabalhar na casa de Fritz Müller, naturalista, estava em constante contato com o Dr. Blumenau, sendo ele de temperamento áspero, severo e estava quase sempre de mau humor, gritando com todos, Os colonos (sic) não queriam muito contato com ele, sempre procurando resolver seus problemas com Hermann Wendeburg, que era o guardião dos livros e pessoa muito boa. Os colonos eram tratados com aspereza. Tive mais de um en-

²⁸ BLUMENAU, H.B.O. 1856. op. cit., p. 44.

contro com Dr. Blumenau e nunca o vi sorridente, sempre de feições carregadas"²⁹.

No início de 1854, Blumenau seguiu para a Corte, onde fechou novo Contrato com o Governo Imperial. Este adiantar-lhe-ia a quantia de 25 contos de réis até 1855 e mais 10 contos em cada um dos anos seguintes, até 1860. Em contrapartida, Blumenau se obrigava a trazer 4000 colonos europeus, nos próximos dez anos; zelando por sua instalação e sobrevivência, devia construir a estrada entre a Colônia e o porto de Itajaí e um caminho para a Serra, até encontrar a estrada de São Paulo e Curitiba, em direção à Província de São Pedro. A partir do ano de 1858, o governo poria à sua disposição uma verba de 8 contos para o prosseguimento e conclusão dessas obras, até o total de 32 contos de réis. A importância, anteriormente em prestada, de 10 contos, seria descontada dos prêmios que o governo se obrigaria a pagar ao Blumenau, por imigrante ingresso em sua colônia, prêmio de 30 mil réis por pessoa maior de 10 anos e menor de 45, e 20 mil réis por menores de 10, e maiores de 45 anos de idade. Em fins deste ano, a Colônia contava com 246 moradores, incluídas as 14 crianças já nascidas no estabelecimento³⁰.

Neste ano, o professor Fernando Ostermann, abriu u

²⁹SIEVERT, August. op. cit., pp. 61 a 68.

³⁰SOUZA, Antônio Joaquim de. Termo de Ajuste e Contrato firmado entre o Governo Imperial e o Dr. Blumenau. 17/04/1855. Pasta 02.71. Documento 71.1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

ma escola de primeiras letras na sede da colônia e lecionava, também em casa de colonos moradores nas proximidades. Numa de suas cartas, endereçada aos pais e irmãos, redigida em 12 de abril de 1853 para a Alemanha, ele dizia que foi morar com a família Deschamps, em Gaspar, onde era professor domiciliar. Dizia ainda que eram pobres como quase todos os alemães que aqui chegaram, vindo da região alemã da França, tendo como alunos, seus quatro filhos³¹. Ensinava nas duas línguas, português e alemão.

O ano de 1855 não trouxe grande aumento da população, devido aos acontecimentos ocorridos no decorrer de todo o ano. Descontente, Blumenau disse:

"..., qual será o emigrante que não foi amedontrado, participando-se-lhe, e talvez ainda exagerada^{nte} as tristes novidades de duas colheitas perdidas, enchente terrível e enfim da presença dos índios selvagens nas imediatas vizinhanças da sua futura habitação, contra os quais ainda não se tomarão medidas enérgicas e satisfatórias"³².

³¹OSTERMANN, Fernando. Correspondência aos pais. 1853. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

12/04/
Blume-

³²BLUMENAU, H.B.O. 1856. op. cit., p. 44.

Em seu Relatório, da Colônia Blumenau sobre o ano de 1856 mencionou ainda a enchente de 1855 como funesta ao desenvolvimento da mesma³³.

O ano de 1856 foi assinalado por algumas experiências de profunda influência no desenvolvimento econômico do empreendimento. As construções aumentaram em 40% sobre o ano de 1855. Chegaram à Colônia um mecânico serrilheiro, um caldeireiro, dois carpinteiros de carros e arados e um seleiro. Para completar os artífices mais necessários, faltava um oleiro de louça e um funileiro. Foi introduzido também este ano, o arado, e adotado o sistema de estabulação do gado leiteiro. O caminho para pedestres e cavaleiros, pela margem direita do rio, encontrava-se concluído até Gaspar Pequeno, faltando, apenas, a ponte sobre o Gaspar Grande³⁴.

Em sua carta de 1856, dirigida ao Governo Imperial queixa-se amargamente, como já foi mostrado, da má vontade do Presidente Coutinho para com a sua Colônia, principalmente no estabelecimento de um destacamento de pedestres, afirmando:

"que huma légua d'aqui vegeta desde cinco annos em pleno desleixo e sem prestar serviço algum, em numero de onze praças, porém recebi a resposta de que a guarda não podia ser posta debaixo das minhas ordens

³³BLUMENAU, H.B.O. Relatório da Colônia Blumenau. 10/02/1857. Na Pasta 02.10. Doc. 104, Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

³⁴Ibidem.

por cauza da minha nacionalidade... Pa. re mover este obstáculo vou pois naturalizar-me n'estas semanas como cidadão brasileiro e esperar, o que se ha de seguir"³⁵.

E como se poderá ver em 18 de abril de 1856, o Blumenau, através do Presidente da Província, Dr. João José Coutinho recebeu o título de cidadão brasileiro naturalizado³⁶.

Dois anos depois, Blumenau recebeu uma notificação do Presidente Coutinho de como proceder a naturalização de imigrantes, visto que vários colonos requereram a S.M. o Imperador, a dispensa do laço dos dois anos para obterem o título de cidadãos brasileiros, não significando esta dispensa a suspensão da declaração perante o Juiz de Paz, e do Juramento de Fidelidade ao Imperador e as leis do Império³⁷.

Foi em 1856, que Blumenau adquiriu o lote de Renato Dias, em Gaspar, dividindo-o em datas urbanas, deslocando para essa povoação quase todo o movimento comercial de Belchior e do Arraial. Pois, é o caso de Ludwig Andreas Ferdinand Schroder, o primeiro imigrante alemão a abrir uma casa comercial, iniciando suas atividades em Belchior, em 1855, porque Blumenau não permitia que se estabelecessem negociantes no

³⁵ BLUMENAU, H.B.O. 1856. op. cit., p. 44.

³⁶ COUTINHO, João José. Carta de Naturalização. 18/04/1856. Pasta 02.8. Doc. 83. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

³⁷ COUTINHO, João José. Correspondência ao Dr. Blumenau. 12/10/1858. Pasta 02.11. Doc. 119. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

território. Schroder transferiu-se para Blumenau somente no ano de 1859³⁸.

Ainda no ano de 1856, seu sobrinho regressou da Alemanha, casado. Nas constantes cartas escritas por Blumenau, para as mais diversas pessoas da Alemanha, fez seus apelos, para que jovens dispostos a trabalharem viessem para o Brasil, mais que casassem antes. No entanto, ele foi casar desessete anos depois de fundada a sua Colônia, na Alemanha em 21 de março de 1867 com Berta Repsold, filha de um rico comerciante alemão³⁹.

O ano de 1857 havia sido bem sucedido no tocante à imigração. Tinham chegado trinta e cinco famílias e mais de cinquenta indivíduos solteiros maiores. Entre esses imigrantes, vários tiveram papel preponderante no desenvolvimento da Colônia, como Teodoro Deeke, Karl Meyer e Augusto Spierling (estes dois últimos, em sociedade, abriram a primeira casa comercial bem organizada e com produtos variados em Blumenau); Augusto Keunecke, farmacêutico em Indaial e intendente do Distrito; Victor Von Gilsa, comandante do Batalhão de Voluntários da Pátria; Ferdinando Ebert e outros⁴⁰.

³⁸ GONÇALVES, José. "Schroder desde 1859". In: Blumenau em Cadernos. Tomo XXXI, jan/1990, nº 1, pp. 19 a 23.

³⁹ SILVA, José Ferreira da. Cronografia do Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau. 3 ed., Fundação "Casa Dr. Blumenau". Blumenau-SC, 1978.

⁴⁰ BLUMENAU, H.B.O. Relatório da Colônia. 1858. Pasta 02.11. Doc. 114. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

Foi em 1857, que chegou o tão esperado pastor protestante, Oswaldo Rodolfo Hesse, que providenciou logo a fundação de uma comunidade evangélica, e a organização dos serviços paroquiais. Não obstante, em setembro de 1876, a paróquia de Blumenau foi provida de vigário, o reverendo Padre José Maria Jacobs, sendo que em 1873, pela Lei Provincial nº 694, de 31 de julho, a Colônia Blumenau, foi elevada a categoria de Paróquia. Daí a dependência dos colonos católicos de Blumenau, para com a Freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar. Pois, antes de ser elevado à Freguesia, em Belchior, no ano de 1850, foi construída uma capela, onde os colonos católicos das redondezas se reuniam nos domingos e dias santos para fazerem suas orações. Sendo que em janeiro de 1865, celebrou-se num ambiente muito simples no "Stadtplatz", num lote demarcado pelo Blumenau, a primeira festa do Padroeiro São Paulo Apóstolo. O vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo, de Gaspar, animou os paroquianos de São Paulo Apóstolo de Blumenau a construírem a sua Capela. Desta maneira os blumenauenses não precisariam se deslocar para Gaspar para assistirem à missa do Padre Gattone, na primeira Capela de Belchior Baixo. Esta Capela foi construída graças ao ânimo de Frederico Guilherme Schramm transmitido às demais famílias católicas que residiam nas duas margens do Rio Itajaí-Açú, vindos de São Pedro de Alcântara. Na falta de sacerdote, o colono Schramm, aos domingos, dirigia o culto e Nicolau Deschamps cuidava do cemitério. Esses colonos já estavam estabelecidos nesta região quando Blumenau fundou a sua Colônia e percebe-se que os mesmos sofreram e até mesmo se tornaram subjugados às ordens austeras e implicações religiosas do Diretor da recém-criada Colônia, de acordo com o que escreveu José Schramm:

"... quando nos chegamos aqui a Colônia Blumenau ainda estava na floresta virgem antes que o Dr. Blumenau fundasse a Colônia. ... ele deixou vir colonos e mais colonos, para os quais durante cinco anos fornecemos hospedagem. Uma vez nos contamos quantas pessoas hospedavamos em regra eram 7 por noite, mas as vezes eram 2, 7, 10, 16 até 32 pessoas que ficavam durante a noite. Então meu pai disse certa vez à Dr. Blumenau que isto ele não suportaria, este então respondeu que ele cobrasse, meu pai respondeu que isto ele não poderia fazer porque estas pessoas estavam vindo com adiantamento e então tudo continuou, como estava. Ele estava querendo destruir os católicos ele era um crente livre, isto ele mesmo contou para meu pai. ... Ele está principalmente ocupado em destruir os católicos, ele queria fundar somente uma Colônia protestante, mas o que ele não conseguiu"⁴¹.

A intenção primeira de Blumenau era fundar uma colônia essencialmente de colonos protestantes, não aceitando a penetração de qualquer outra religião. Percebe-se as constantes queixas ao Governo Imperial, do Presidente Coutinho:

"conhecendo eu porém por antecedencias as disposições e maximas do Ex^{mo}. Snr. Coutinho acerca da colonização, pouco favoráveis

⁴¹SCHRAMM, José. "Nossa Viagem e nossa Vida". Traduzido por Edith S. Eimer. p. 01. Na Pasta - Municípios Catarinenses - Gaspar. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

aos allemães e sobretudo aos protestantes, instei de novo, decendo todavia emfim às mais positivas asserções, de que o negócio não haja de achar obstaculo algum"⁴².

Sabendo do propósito do Blumenau em abrigar em sua colônia apenas colonos protestantes, o Presidente da Província José Coutinho, exigiu do mesmo, o imediato estabelecimento de 1000 colonos católicos. Vieram, pois, de vários lugares, sendo italianos, poloneses, russos, tirolezes, suíços, pomeranos e até chineses.

"... sabe lá de onde vinham todos, mas de quase todas as nações. Dr. Blumenau sugou o sangue deles até a última gota ... Posso dizer que fui prejudicado, principalmente devido a religiosidade que sempre pratiquei com todos os meus filhos"⁴³.

Essa intransigência religiosa foi sempre muito acentuada nas atitudes de Blumenau para com os católicos, não obstante, o caráter austero sempre fora uma constante no seu cotidiano, principalmente nos assuntos que não lhe interessavam:

A situação da colônia, em fins de 1857, já não era boa, pois Blumenau providenciou uma relação de suas dívidas para com o Governo Imperial e solicitou do mesmo um adiantamento de 15 contos de réis para superar todas as dificuldades apresentadas pelo mesmo:

⁴²BLUMENAU, H.O.B. 1856. op. cit., p. 46.

⁴³SCHRAMM, José. op. cit., pp. 01 e 02.

"Accedendo, pois, o GI (Governo Imperial) aos meus actuaes pedidos,

1. abrirá por meio da estrada projectada e indispensavel hum grande districto à colonisação e desta circumstancia no futuro ha de colher grandes vantagens na venda das suas terras devolutas, alem da vantagem indirecta de maior produção e exportação, que de tal estrada, há de resultar;
2. ha de não só salvar a colonia no seu estado actual e os muitos trabalhos já feitos e calculados para hum emigração contínua e consideravel, mas ainda conservar-lhe a sua força sempre mais se está desenvolvendo, e em fim,
3. o cabedado adeantado (15 contos) não corre risco algum de ficar perdido ou não empregado para o fim indicado"⁴⁴.

Neste documento, Dr. Blumenau já sugeriu, caso o governo não atendesse seu pedido, dois únicos expedientes:

O primeiro:

"que o Governo Imperial tome a empreza a si, cedendo-lhe eu em compensação das minhas dívidas a maior parte dos meus terrenos em superficie de 16 legoas e deixe administral-a por mim segundo hum plano e systema a convencionar ..."⁴⁵.

⁴⁴BLUMENAU, H.B.O. Dívida do Dr. Blumenau ao Governo Imperial. 1857 - do próprio punho do Dr. Blumenau, p. 02. Pasta 02.10 - Doc. 103. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

⁴⁵Ibidem, p. 03.

O segundo expediente, ou seja, a segunda alternativa diante da crise em que se encontrava a Colônia seria:

"... formar huma companhia forte e muni-
da de grande capital, para continuar a
empresa em escala maior"⁴⁶.

Mas para isso, ele teria que ir à Alemanha e o Governo faria um adiantamento, sem juros na quantia de 300 contos de réis para ser restituído dentro de dez anos, para que a Companhia pudesse ser formada⁴⁷.

Caso não fosse aceito esse expediente Blumenau não tinha possibilidade, segundo ele, de continuar a empresa numa escala maior, senão reformando o seu atual contrato com o Governo. As reformas sugeridas foram:

- 1 - Voltarão à propriedade do G.I. tantas das minhas terras concedidas pela Provincia quantas forem precisas para cobrir a minha divida, a razão de meio real a braça quadrada, ficando o restante me pertencendo e levantada a hypotheca.
- 2 - Os meus ranchos e casas d'abrigo e depositos ficarão por mais seis annos a disposição dos colonos recém chegados, podendo se demorar naquelles da barra gratuitamente por quin-

⁴⁶BLUMENAU, H.B.O. 1857. op. cit., p. 03.

⁴⁷Ibidem, p. 03.

ze dias e nos da colônia dois meses; passado este lapso pagarão huma pequena indemnisação para conservação dos mesmos ranchos;

- 3 - Tendo se dado principio à navegação à vapor e exploração das minas, os privilegios ficarão em vigor.
- 4 - Os favores e isenções, que actualmente dependem da approvação do Senado ficarão em vigor para mais cinco annos e pois por sete annos datados de 1 de janeiro de 1858.
- 5 - Durante o mesmo praso me será permitido introduzir mais quantos colonos eu possa obter e o G.I. me garantirá por elles, até o numero de 2000 os mesmos premios e o pagamento para professores, que conceder à associação central, como também a subvenção para estradas e pontes, que julgar razoaveis.
- 6 - Concede os meios acima mencionados para pacificação dos bugres gentios"⁴⁸.

Mesmo com estas mudanças de contratos e constantes solicitações de empréstimos ao Governo, Blumenau não estava conseguindo transpor as dificuldades surgidas dia a dia, em sua Colônia.

Os dois anos seguintes não foram favoráveis à imigração. Entraram na Colônia, apenas, 110 pessoas e numa das Cartas de Blumenau para Baumgarten que se encontrava na Alemanha, ele fala da hipótese de entregar a Colônia para o Go-

⁴⁸BLUMENAU, H.B.O. 1857. op. cit., pp. 4 e 5.

verno Imperial, pois houveram tentativas de expulsão do mesmo, em detrimento de uma série de acusações quanto à prestação do dinheiro do governo aplicado na respectiva colônia.

"O Dr. Sallemant, medico dos cônsules e embaixadores, e o professor Burckhard vieram para verificar as condições da colônia para me expulsar daqui ... Foi prestado conta para o Dr. Sallemant de todo o dinheiro do governo aplicado nos mínimos detalhes ... brigamos até o último dia, discutíamos de manhã à noite pois ele atacava o sistema e fazia julgamentos precipitados sobre a colonização ..." ⁴⁹.

Separando-se de Porto Belo, em abril de 1859, a Vila de Itajaí tornou-se sede do município autônomo, com jurisdição sobre todas as Colônias do Vale. Tal fato não deixou, também, de concorrer para facilitar os seus moradores, no cumprimento das obrigações para com o fisco. Já não era necessário aos moradores de Belchior, Blumenau e redondezas irem pagar os seus impostos, votar, servir de jurados, prestar depoimentos ou dar obediência a qualquer autoridade policial ou judiciária em Porto Belo, fazendo para isso cerca de 150 km, oitenta pelo rio e o restante a pé, por estradas quase intransitáveis.

A 7 de março de 1859, foi criado em virtude da lei

⁴⁹BLUMENAU, H.B.O. Correspondência a Baumgarten, 17/08/1858. Na Pasta 02.11. Doc. 113. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

nº 74 de 2 de maio de 1859, um Distrito de Paz com sede na povoação da Colônia Blumenau, determinando que a eleição para os respectivos juizes se fizesse na época das eleições gerais de 1860, como se vê:

"E porque depois da qualificação deste anno que compreende poucos moradores do novo Distrito, se tem naturalizado vários colonos, e outros se estão naturalizando ... para que na qualificação do anno proximo futuro possam ser qualificados os colonos naturalizados que tenham as qualidades de votantes"⁵⁰.

Os limites do Distrito iam da foz do Rio Gaspar Pequeno à margem direita do Itajaí-Açú e a do Ribeirão Pociño, à margem esquerda, compreendendo todas as terras daí para cima⁵¹.

Esse foi um dos últimos atos assinados pelo Presidente José Coutinho, que deixou o Governo Provincial em setembro, amenizando com isso, as relações entre a administração da Colônia e da Província.

O fim deste ano, 1859, marcou também o término da existência de Blumenau como Colônia particular.

Vejamos alguns dados sobre a situação da Colônia,

⁵⁰ COUTINHO, João José. Criação do Distrito de Paz na Colônia Blumenau. 07/05/1959. Pasta 02.12. Doc. 126. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

⁵¹ Ibidem, p. 01.

tal como a recebeu o Governo Imperial.

A população era de 943 habitantes, sendo 64 católicos e 879 protestantes, distribuídos por 171 famílias, ocupando 169 lotes coloniais e urbanos com cerca de 5408 hectares. Existiam 6 marceneiros, 2 seleiros, 3 pedreiros, 2 ferreiros, 6 carpinteiros, 1 fabricante de embarcações, 2 alfaiates, 3 sapateiros, 1 padeiro, 1 latoeiro, 1 farmacêutico, 1 médico, 2 professores, 1 parteira, 1 açougueiro, 3 negociantes, 2 casas de pasto, 34 engenhos de açúcar; 24 engenhos de mandioca; 2 moinhos de milho; 3 olarias; 1 fabricante de louças de barro; 1 cervejaria; 2 serrarias; 1 fábrica de vinagre e 1 de charutos.

Os homens eram em número de 553 e as mulheres, de 390. Verificaram-se na colônia, de 1850 a 1859, 143 nascimentos e 69 óbitos⁵².

Em nome do Governo Imperial, o contrato foi assinado por Manoel Felizardo de Souza e Mello, Conselheiro de Estado, e Diretor Geral das Terras Públicas, e pelo fiscal interino, Inácio Álvares de Azevedo em 13 de janeiro de 1860. As condições em que a colônia passou para o domínio e administração do Governo Imperial foram as seguintes:

⁵²SILVA, José Ferreira da Silva. História de Blumenau. 2 edição. Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988. pp. 53 e 54.

" 1º - O Dr. Blumenau entregava ao Governo Imperial todas as terras que possuía no Rio Itajaí, numa superfície avaliada em 20 léguas quadradas, com exceção dos sítios da "Velha", da "Ponta Aguda" e do "Salto". A área destes não excedia de meia légua quadrada. Com estas terras, passaram para o Governo Imperial, todos os imóveis e benfeitorias, não só da sede da colônia, como os da Barra do Itajaí-Mirim, onde se localizara o posto de recepção de imigrantes, com casa de hospedagem, depósito de bagagem, etc"⁵³.

É de se notar então, que depois de dez anos da fundação da Colônia, Blumenau era quase que dono absoluto da mesma, incorporando terras já habitadas e cultivadas para o seu próprio domínio, como foi o caso das terras pertencentes aos colonos estabelecidos em Gaspar.

"2º - O Governo Imperial recebia sessenta e dois contos de réis, dos quais o Dr. Blumenau recebeu apenas, 30 contos, pois foram descontados todos 85 contos de que o governo era

⁵³ SOUZA E MELLO, Manoel Felizardo. Cópia da entrega da Colônia Particular Blumenau ao Governo Imperial - 13/01/1860. Pasta 02.13. Doc. 134. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

credor, e por ter já recebido Rs. 5.000\$000 por conta desse preço"⁵⁴.

Como já foi analisado, os empréstimos do Dr. Blumenau para com o Governo Imperial sempre foram notórios. E nesse momento da transferência da Colônia para o Governo, o montante era bastante representativo.

- "3º - Rescindiam-se, com a assinatura do termo de cessão, todos os contratos anteriormente firmados entre o Governo Imperial e o Dr. Blumenau;
- 4º - As dívidas, até então contraídas pelos colonos com o Dr. Blumenau, ficavam pertencendo a este, mas se os juros contratuais fossem maiores de 9% ao ano, essa taxa deveria ser reduzida. Nas transações futuras, entretanto, ficaria ao arbítrio das partes a fixação da taxa de juros⁵⁵.

Nota-se porém, que Blumenau, além do saldo recebido do Governo Imperial, ficaria recebendo dos seus colonos, dívidas contraídas antes da transferência do domínio da Colônia.

- "5º - Chamando a si a responsabilidade pela Colônia Blumenau, o Governo Imperial a administraria conforme melhor

⁵⁴ SOUZA E MELLO, Manoel Felizardo. op. cit., s.p.

⁵⁵ Ibidem, s.p.

lhe parecesse, obrigando-se, contudo, o Dr. Blumenau a permanecer à sua frente, como seu diretor, percebendo a gratificação anual de Rs 4000\$000 (quatro contos de réis)⁵⁶.

Nesta época, em 1860, o Governo Imperial resolveu criar colônias, como também regularizar, as que já existiam como foi o caso da Colônia Santa Isabel e Vargem Grande, que o mesmo resolveu reuní-las e dar-lhe um Diretor. Assim, também fundou-se em junho de 1860, a Colônia Theresópolis, no vale do Rio do Cedro, com o estabelecimento de 47 famílias alemãs. Com a regularização e criação dessas colônias, constata-se uma disparidade muito grande nas gratificações recebidas pelos respectivos Diretores, atingindo até uma diferença de 2:000\$000, exatamente a metade do que percebia o Diretor da Colônia Blumenau⁵⁷.

"6º - Os contratos de venda e arrendamento de terras, feitos pelo Dr. Blumenau até a data da cessão, seriam reconhecidos pelo Governo Imperial, e por este respeitados;

7º - Tanto o Dr. Blumenau, como o Governo Imperial renunciavam, expressamente, a qualquer direito sobre casos não expressos, resultantes da cessão, não lhes assistindo, em

⁵⁶ SOUZA E MELLO, M.F. op. cit., s.p.

⁵⁷ Ofícios de Terras e colonização ao Presidente da Província, de Janeiro a Dezembro/1861. s.p. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

qualquer tempo, direito a indenização"⁵⁸.

A Colônia continuaria a ter o nome de Blumenau, conforme vontade expressa do Imperador.

Entre as obrigações assumidas de imediato, por Blumenau, constava apresentar um orçamento das despesas a serem feitas em decorrência da oficialização da Colônia, e elaborar estatutos pelos quais a mesma deveria reger-se.

Os trabalhos da Direção limitaram-se, quase exclusivamente, à instalação da administração e à continuação das obras já em andamento. Os auxiliares do Diretor da Colônia permaneceram: Wendeburg como secretário e guarda livros; João Breithaupt, como agrimensor; o Pastor Oswaldo Hesse, o Professor Victor Von Gilsa, e o Subdelegado de Polícia Guilherme Friedenreich⁵⁹.

Em 1860, a imigração foi diminuta, crescendo consideravelmente em 1861 e 1862.

"mas nem sempre composta de escolhidos e idôneos elementos, chegando número inconveniente de solteiros, agregados e sujeitos de equívoca reputação"⁶⁰.

⁵⁸ SOUZA E MELLO, Manoel Felizardo. op. cit., s.p.

⁵⁹ SILVA, José Ferreira da. op. cit., pp. 60 e 61.

⁶⁰ BLUMENAU, H.B.O. Relatório da Colônia Blumenau. 31/13/1862. p. 6. Pasta 02.17. Doc. 172. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

Não havia, portanto, pronta aceitação por parte do Dr. Blumenau aos imigrantes que ali chegavam sem o seu prévio consentimento e até mesmo a sua prévia escolha.

Em virtude do Expediente de 19 de julho de 1860, o Governo da Província Francisco C. de Araújo Brusque publicou no "Correio Official de Santa Catarina" as respectivas divisas do distrito da Colônia Blumenau.

"Ao Juiz de Paz da Villa de Itajahy - significando-lhe que, para solver a dúvida em que S.mc. labora à cerca das verdadeiras divisas do districto da Colônia Blumenau como pondera em officio em 4 do corrente, re mette-lhe em copia o acto da Presidencia que o creou, pelo qual verá S.mc. que esse districto tem por divisas o rio Gaspar pequeno na margem direita e o rio Itajahy, e o ribeirão do Pocinho na margem esquerda do referido rio. Sendo assim nenhuma dúvida resta que deverão votar distinctamente os moradores deste districto que forem qualificados como residentes no terreno comprehendido dentro daquellas divisas"⁶¹.

Aliás, essa questão de limites do distrito da Colônia Blumenau, ou seja de São Pedro Apóstolo, vai ser uma constante preocupação do Dr. Blumenau, principalmente no ano de 1861, em que o distrito foi elevado a categoria de Freguesia,

⁶¹BRUSQUE, Francisco C. de Araújo. O Correio Official de Santa Catharina. Ano I, 07/09/1860, s.p. nº 5. Biblioteca Pública de Florianópolis. Florianópolis-SC.

como veremos no seguinte capítulo.

Trata-se da criação, pela lei 509, de 25 de abril, da Freguesia de São Pedro Apóstolo (Vide anexo nº 9), com sede na povoação de Gaspar, a 15 quilômetros da sede da Colônia. Foi um fato auspicioso para o desenvolvimento da Colônia e para as relações dos colonos com as autoridades. Procedeu-se assim, a dependência da Colônia Blumenau para com Gaspar, no que diz respeito às eleições de Vereadores, Juizes de Paz, como também a qualificação dos votantes, até o ano de 1873, quando foi aprovada a Lei 694 de 31 de julho pela Assembléia Provincial, que elevou o Distrito de Paz da Colônia à categoria de Freguesia sob a invocação de São Paulo Apóstolo. A Ata da formação da Junta de Qualificação dos Cidadãos Votantes da Freguesia de São Pedro Apóstolo de 1863, fornece a lista dos que têm direito de votar nas eleições de Juiz de Paz e Vereadores da Câmara Municipal da Vila de Itajaí. O número de votantes de Gaspar perfazia um total de 110, e os do Distrito da Colônia Blumenau, perfaziam 71. Blumenau era o votante de número 138. Além do nome, constava também o estado civil, profissão e a idade de cada um⁶².

Não obstante, na Ata de Qualificação de Votantes da Freguesia de São Pedro Apóstolo de 1872 até 1874, na respecti

⁶²LIBERATO, José Pereira. Qualificação de Votantes da Freguesia de São Pedro Apóstolo. 1861. nº 1. Museu Histórico de Itajaí. Itajaí-SC.
Código: 01.
Ano: 1861
Etiqueta: 11

va lista estava caracterizado, além da profissão, idade e o estado civil, o rendimento de cada votante, para justificar, de acordo com a Constituição de 1824, se era simples eleitor ou elegível. Para ser elegível o rendimento teria que ser acima de 400\$000 rs ou igual, mas que fosse casado. Já os solteiros, com uma renda igual a 400\$000 rs, eram simples votantes.

Em 1873 o número de votantes da Freguesia de São Pedro Apóstolo era de 169, sendo 33 votados, enquanto que os da Colônia Blumenau somavam, no total 82, dos quais, 26 eram elegíveis. Verificou-se que a renda média entre os votantes era de 200\$000 a 800\$000, exceto José Henriques Flores Filho, tendo seu rendimento de 1:000\$000 rs; José Agostinho Pereira e José Agostinho dos Santos com 1:000\$000 e 1:200\$000 rs respectivamente, estes pertenciam à Freguesia de São Pedro Apóstolo, enquanto que o único a extrapolar excessivamente a média dos rendimentos no Distrito da Colônia Blumenau era o Diretor, com 2:000\$000 rs⁶³.

Como foi dito, o Distrito de Paz da Colônia Blumenau foi elevado à Categoria de Freguesia no ano de 1873, no

⁶³FLORES, José Henriques. Qualificação de Votantes da Freguesia de São Pedro Apóstolo - 1872, nº 6. Maiores informações: Ver As Atas de:

Código 01 1861 Etiqueta 01

Código 01 1868 Etiqueta 12 - nº 6

Código 01 1869 Etiqueta 06 - nº 2

Código 01 1872 Etiqueta 01 - nº 5

Código 02 1872 Etiqueta 12 - nº 6

Código 02 1878 Etiqueta 15 - nº 4

No Museu Histórico de Itajaí. Itajaí-SC.

entanto, na Ata da Junta de Qualificação de Votantes da Paróquia de São Pedro Apóstolo de 19 de janeiro de 1874, os votantes do Distrito de Blumenau, ainda faziam parte da mesma. É de se notar, que no Relatório da Colônia Blumenau, referente ao ano de 1874, o Diretor, reclama ao Presidente da Província, João Thomé da Silva, que até aquela data (dezembro de 1874) a Freguesia de São Paulo Apóstolo, não foi canonicamente provida pelo Ordinário, diz ele:

"... o que não deixa de ser um efetivo mal e prejuízo para a população, sobretudo na ocasião das eleições, que tem de ser feitas na Capela da Freguezia de São Pedro Apóstolo, a qual, além de ameaçar o desabamento, dista certa de 25 léguas da sede da Colônia"⁶⁴.

Procedeu-se somente em 2 de junho de 1878, na Igreja Matriz, com a presença das autoridades e da direção da Colônia, a solene instalação da Freguesia de São Paulo Apóstolo⁶⁵.

Todavia, a partir de 1861, quando Gaspar foi elevado à Categoria de Freguesia, muitos problemas, principalmente de ordem religiosa, apareceram. Estes serão analisados no próximo capítulo.

⁶⁴BLUMENAU, H.B.O. Relatório da Colônia Blumenau. Dez/1874. Pasta 02.48. Doc. 490 - Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

⁶⁵SILVA, José Ferreira da. op. cit., p. 103.

CAPÍTULO IV

A REAÇÃO DE GASPAR AO JUGO DE BLUMENAU - 1861-1880

O período de 1861 a 1880, isto é, desde a criação da Freguesia de São Pedro Apóstolo, até a elevação da Categoria de Freguesia de São Paulo Apóstolo de Blumenau, caracterizou-se pela reação da primeira ao jugo da Colônia Dr. Blumenau.

A postura de não submissão aos interesses da Colônia poderá ser observada através do confronto de valores materiais e espirituais, se estendendo desde questões de limites até a superposição de interesses, materializando-se em conflitos que sempre escondiam a busca de um prestígio local ou regional de Blumenau.

Na busca de sua própria afirmação como Freguesia e, sobretudo como ponto estratégico para a concretização dos projetos desenvolvimentistas da região, Gaspar se destacou, assumindo um processo de colonização autônomo, só agora estudado.

A. Padre Alberto Francisco Gattone e Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau (Vide anexos n.ºs. 10 e 11).

O período compreendido entre 1861 a 1865 particularizou-se pelos desentendimentos constantes ocorridos entre o

Padre Gattone e Hermann Blumenau, em função das divergências religiosas, atingindo posteriormente um contexto bem mais amplo e complexo.

Como já se analisou anteriormente, a vida religiosa em Gaspar tem início a partir da Capela de São Pedro Apóstolo em Belchior Baixo (vide anexo nº 7), inaugurada em junho de 1850. Era uma construção de pau-a-pique, coberta de palmitos. Esta Capela era visitada por padres de Itajaí, Penha e Joinville, até que em 1860, o Padre Alberto Gattone chegou para atender a população do lugar. Em 25 de abril de 1861 foi criada a Freguesia de São Pedro Apóstolo tendo sido instalada solenemente em 28 de julho do mesmo ano¹.

Sobre o Padre Gattone é oportuno salientar que seu nascimento ocorreu em 09 de outubro de 1834, em Schladen (Goslar), na Diocese de Hildesheim, Alemanha. Foram seus pais João Gerard Ignatz Gattone e D. Ernestina Frederica Gerike. A 13 de setembro foi batizado com o nome de Francisco Maximiliano Alberto. Completados 13 anos passou a frequentar, durante 6 anos, o "Ginásio São José", de Hildesheim. Na mesma cidade, cursou, por 3 anos, Filosofia e Teologia, após o que foi admitido no Seminário Diocesano, onde dedicou-se um ano à preparação ao sacerdócio, ordenando-se Padre em novembro de 1858, sendo Hannover seu primeiro campo de apostolado.

¹Cf. Primeiro Livro de Tombo da Paróquia de Gaspar, fls. 58, nº 107. Paróquia de São Pedro Apóstolo - Gaspar-SC.

A 20 de agosto de 1860, endereçou ao Vigário Geral um requerimento para ser missionário no Brasil, em Santa Catarina. Contraindo empréstimo junto à Cúria, a 4%, por 3 anos, conseguiu cobertura para as despesas de viagem, sendo seu fiador o Pe. Carlos Boersgerhausen, vigário da Paróquia de Joinville.

O Padre Gattone chegou a Joinville em 1860, tornando-se coadjutor do Pe. Carlos Boersgerhausen e oferecendo sua colaboração sacerdotal ao ex-colega e amigo desde muitos anos.

Foi nomeado em 1861, após a criação da Freguesia de São Pedro Apóstolo, primeiro Vigário da Paróquia recém-criada, fixando residência na casa do Sr. Nicolau Deschamps ali permanecendo até 1867, quando foi transferido para a Colônia Brusque, pela Portaria Imperial de 16 de abril de 1867. Portanto, a missa de 21 de maio de 1867 assinalou o término de suas funções de Vigário na Freguesia de São Pedro Apóstolo², no exercício de suas funções sacerdotais. Visitou com frequência as capelas de Brusque, Blumenau, Pocinho, Garcia e Testo-Salto. Em Brusque permaneceu até 1822, ano de sua transferência para o Rio de Janeiro.

Até 1867, o Pe. Gattone visitou Brusque e Blumenau, normalmente duas vezes por ano. As viagens eram em plena mata

²Albúm do 1º Centenário de Brusque. Brusque. Edição da Sociedade Amigos de Brusque - 1860- 4 de agosto - 1960. p. 260 a 263.

virgem, utilizando-se também dos rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu, transportando-se a comitiva a pé, a cavalo, ou em canoa³. As visitas eram anunciadas com suficiente antecedência e os fiéis saudavam-nos com tiros de espingardas para desejar-lhe boas vindas.

"Cumpre-me de levar ao conhecimento de Va. Excia. um accidente lamentavel que teve aqui lugar no dia 18 do corrente mez. Dirigindo-se neste dia o Revermo. Vigário da Freguezia de S. Pedro Apóstolo, que actualmente exerce ahi suas funcções religiosas, para uma das capellas na Colonia, foi saudado pelos colonos com tiros de espingardas - Assim tão bem o Colono José Scharf querendo cortejar o seu Cura com um tiro, rebentou-se-lhe o cano da espingarda e os pedaços d'elle e a velha carrega de chumbo mutilarão sua mão esquerda de tal maneira, que somente um médico ou chirurgião de Profissão pode prestar os socorros necessários"⁴.

³ Correspondências do Arcipreste e Vigários ao Presidente da Província - 1861/62. Datado em 08/08/1862. p. 301. Arquivo Público do Estado - Fpolis-SC.

⁴ SCHNEEBURG, Barão de. Ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha. Directoria da Colônia Brusque no Itajahy-Mirim em 20/02/1863. Nº 16 - Pasta Brusque. Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. Brusque-SC.

Na Colônia Príncipe D. Pedro, o Padre Gattone dedicou-se também ao magistério, sendo indicado pelo Diretor Barzillar Cottle, em 1867, para preencher a vaga da Escola Pública do sexo masculino (vide anexo nº 12), exercendo, ainda, o cargo como suplente do Diretor Interino da Colônia Itajaí.

"Tomo a liberdade de rogar V. Exa. de confirmar a nomeação do Rmo. Snr. Padre Alberto Gattone, como Supplente do Director Interino da Colonia Itajahy, por ser elle, decididamente, a pessoa mais apta e digna na Colonia para tal officio ..."⁵

Desde o ano de 1863, o povo, juntamente com o Diretor da Colônia Brusque, fazia constantes solicitações ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha, para que o Pe. Gattone fosse nomeado Pastor e Cura residente da referida Colônia (vide anexo nº 13).

No entanto, como já foi salientado, esses pedidos só foram atendidos no ano de 1867. No decorrer dos anos anteriores a esta transferência o Pe. Gattone dava assistência aos colonos de Brusque, como também aos da Colônia Blumenau, percebendo uma gratificação pelas viagens empreendidas. Observa-se, não obstante, conflitos gerados pela quantia recebida, sobretudo queixas do Diretor da Colônia Blumenau. Enquanto,

⁵COTTLE, Barzillar. Ao Pres. da Província. Colônia Príncipe D. Pedro em 20/03/1868. Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. Brusque-SC.

por outro lado, o Diretor da Colônia Brusque, Barão de Schneckburg, enviava ofícios para o Ministério do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, solicitando uma quantia razoável para as viagens empreendidas com muito sacrifício e gastos pelo Vigário.

"Tendo o Revmo. Vigário da Freguesia de S. Pedro Apostolo nesta Provincia de S. Catharina o benemerito Padre Gattone funcionando, em todos os ramos da administração Parochial, por tres differentes vezes nesta Colonia desde a sua fundação com muitos incommodos, sacrificios e gastos, ainda recentemente durante tres semanas e nas anteriores viagens mais de quinze dias cada vez, e não tendo elle recebido reembolso de seus gastos nem gratificações, motivos estes, que fazem com que me dirijo com o maior respeito à V.Exa. com o pedido que se Digne ordenar, que se lhe pague em conformidade com sua modesta proposta como total por todas estas suas tres viagens e funcções a quantia de trecentos mil reis (Rs. 300\$000), e pelas viagens futuras Rs. (150\$000) por cada huma, ou pelo menos à mesma quantia que em semelhantes casos recebem os Pastores protestantes como ajuda de custos ou gratificações nestas viagens para Colonias longinquas da residencia d'elles"⁶.

⁶ SCHNEEBURG, Barão de. Director da Colônia Brusque ao Ministro do Estado dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas nº 407/63 em 2/03/1863. Museu Histórico do Vale do Itajaí Mirim. Brusque-SC.

Contudo, já em julho de 1864, Blumenau enviou uma carta solicitando ao Presidente Provincial, Alexandre Rodrigues Chaves, autorização para efetuar o pagamento como gratificação do Padre Gattone e do Pastor Oswaldo Hesse sendo que:

"... Desta maneira os solicitantes haviam de receber por trimestre na Colônia a meu cargo:

Padre Alberto Gattone -----Rs 90\$000

Pastor Oswaldo Hesse ----- 200\$000

E na Colônia Brusque, idem

Padre Alberto Gattone ----- 25\$000

Pastor Oswaldo Hesse ----- 90.000"⁷.

A disparidade da gratificação recebida entre padre católico e o pastor protestante, justificava-se pelo maior número e preferência dada aos colonos protestantes desta região. No entanto, como foi visto, o Diretor da Colônia Brusque um ano antes (1863) já havia solicitado uma quantia de 150\$000 rs para cada visita feita pelo pe. Gattone, sendo que neste mesmo ano Blumenau concordou com a gratificação a ser concedida ao padre pela viagem empreendida à Colônia Brusque. Mas apresentou uma restrição:

"... que as futuras visitas a que semestralmente se propõe a fazer, pare conveniente 120\$000, pois, o Pastor Hesse recebe 90\$000 por quatro visitas feitas por ano

⁷BLUMENAU, Hermann B. Otto. 13/07/1864. Pasta 02.23. Doc. 236. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

a Brusque"⁸.

Ratificando o seu pedido anterior, como já foi visto, o Diretor da Colônia Brusque, apresentou novos motivos pelos quais, o Pe. Gattone solicitou 150\$000 rs por viagem, julgando ser de todo conveniente esta quantia.

"... julgo pois, que à vista das despesas, que tinha e têm de fazer com o aluguel de canoa, dos remadores, com o sustento dos mesmos na viagem e na sua demora, assim como da sua propria allimentação e a do seu sacristão durante todo tempo, a gratificação de Rs 150\$000 por cada uma de suas viagens não é fora de razão, o que tenho com todo o respeito de expor a V.Exa."⁹.

Antes, porém, do Dr. Blumenau pagar a quantia de 90\$000 ao Pastor e 25\$000 ao Vigário pelos serviços prestados na Colônia, o Diretor, Barão de Schneeberg, em seguida, remeteu um ofício ao Presidente da Província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, esclarecendo de uma vez por todas a situação da qual se encontravam, tanto o Pe. Gattone como o Pastor Oswaldo Hesse.

⁸BLUMENAU, Hermann B.O. 18/03/1863. Carta enviada ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha. Pasta 02-21-Doc. 125. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

⁹SCHNEEBURG, Barão de. Carta enviada ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha em 9/04/1863. Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. Brusque-SC.

"... tenho a honra de informar a V.Exa. que de facto este Reverendo Vigário, percebe na qualidade de Capellão da Colonia Brusque uma gratificação de somente cem mil reis (100\$000) annuaes, quando o Ministro da Religião protestante de Blumenau o Reverendo Pastor Hesse percebe para o mesmo fim de funcionar tão bem em tempos prescriptos nesta Colonia, que dista igualmente com pequena diferença, tanto da Freguezia São Pedro Apóstolo como da Colonia Blumenau: uma cavalgadura de trinta mil reis (30\$000) mensaes ou Réis 360\$000 por anno de gratificação por estes serviços externos. O Reverendo Patre Catholico tem setecentos e tantas ovelhas e 5 Capellas no interior, legoas e legoas entre si distantes - e o Reverendo Pastor Evangelico, duzentas e tantas seus correligionos em sua Capella no Interior de administrarem os socorros espirituais, e de funcionarem conforme os seus Ritos.

Acho por tanto e no meu fraco pensamento justo e de equidade saliente, que o governo Imperial attenda ao pedido do requerente Snr. Vigário Alberto F. Gattone, Capellão da Colonia Brusque e lhe Defira como requer, sendo a prática de todos e diversos actos da religião Cathólica a celebrar para quasi duas terças partes da população sujeita a necessidade fadiga e mesmo dispendioza"¹⁰.

¹⁰ SCHNEEBURG, Barão de. Carta enviada ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues da Silva Chaves em 02/06/1864. Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. Brusque-SC.

Mas os contratempos foram surgindo, devido ao número de visitas à Colônia Brusque realizadas pelo pastor protestante Oswaldo Hesse, que segundo determinação do Governo deveria ser de 3 em 3 meses. O Diretor Barão de Schneéburg, para evitar comparações e rivalidades da parte dos católicos, pediu ao Pe. Gattone, embora não fossem prescritos os intervalos de suas visitas à Colônia, que estas também ocorressem de três em três meses. Gattone, afirmando não ser possível visitá-la senão duas vezes por ano e como Scheneéburg achasse ser muito pouco, disse:

"... accrescentou com bem pouca moderação: que bem perceba que eu lhe era inimigo, adversário a seus interesses, bem sabia de ante-,ão, que assim não obteria e por isso não queria mais requerer de balde a Cavalga dura"¹¹.

Esta conversa entre os dois ocorreu no mês de março de 1864, na casa do negociante Nicolau Malburg, na Vila de Itajaí.

"... soceguei-o, declarando-lhe firmemente, que informarei com toda certeza sobre ambos os seus pedidos do melhor modo possível, por achal-os muito justos, e que podesse contar que o nobre governo os attenderá - mostrou-se muito satisfeito, desculpando de um modo assaz respeitavel sua vebremencia ..." ¹².

¹¹ SCHNEÉBURG, Barão de. Carta enviada ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues da S. Chaves em 29/03/1965. p. 02. Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. Brusque-SC.

¹² Ibidem, p. 02.

Posteriormente, entretanto, a 5 de março de 1865, dirigiu-se ao Governo o sacerdote, fazendo queixa do diretor pelo atraso do pagamento, que afinal era assunto que também a esse deixava suficientemente aborreado. A queixa chegou, enviada pelo Presidente da Província, para o Barão de Schneëburg informar. Devolvendo-a ao Presidente da Província Alexandre R. Chaves, o diretor da Colônia Brusque desabafou:

"... Tenho pezar, e quiz calar-me, pelo respeito ã muito veneranda e muito digna missão do Reverendo Padre Gattone, as arguições porém e o latente sentido das mesmas no seu presente officio, ao qual devo responder me obrigão a dizer que:

O Reverendo chamou-me então a parte e propuz-me: que: se eu deveras informo bem, e que elle obtenha assim o requerido Despacho-me dava uma gratificação!!!"¹³.

Insultou-se Schneëburg com estas palavras,

"Não! e nunca Padre!"¹⁴

Respondeu indignado, voltando-lhe as costas, saiu da sala. Tomou como uma insinuação malévola o oferecimento, acreditando pudesse ser admitido que seria capaz de dar uma informação a troco de uma gratificação. O Padre Gattone procurou

¹³SCHNEEBURG, Barão de. op. cit., p. 02.

¹⁴Ibidem.

encontrar uma saída honrosa para ambos, desculpando-se:

"É quasi incrível, mas é verídico, tal e qual o relato o desfeixo e a Scena, que seguiu:

O Reverendo agarrou-me então pelas mãos, começou a abraçar-me, declarando que agora conhecera a minha perfeita honestidade, e que pelo offerecimento da Gratificação, só é sómente me quiz experimental !!! Arrojo sobre insulto!!"¹⁵.

Este episódio foi aqui narrado no intuito de mostrar a simplicidade do Padre, que em momento algum procurou desrespeitar o Diretor. Certamente não ignorou a sua honorabilidade. Pois, os contratempos do Diretor da Colônia Brusque, não ficaram apenas com o Vigário, como também com Frederico Heeren, o agrimensor da mesma colônia¹⁶.

Em 1867, Schneëburg, deixou a Colônia para não mais voltar e justamente para realizar o seu desejo, o Padre Gatto-ne foi nomeado como pároco residente da Colônia Brusque, levando consigo os Livros de Registro de Nascimento e de Casamento da Paróquia de São Pedro Apóstolo de Gaspar. Por isso, esses primeiros registros encontram-se no Livro nº I de Registro de Nascimento e de Casamentos da Paróquia de Brusque, es-

¹⁵ SCHNEËBURG, Barão de. op. cit., p. 02.

¹⁶ CABRAL, Oswaldo R. Brusque - Subsídios para a História de uma Colônia nos tempos do Império. Brusque, Sociedade Amigos de Brusque, 1958. p. 84 a 87.

tando hoje na Mitra Metropolitana de Florianópolis.

Gattone, em 1882, seguiu para o Rio de Janeiro, onde faleceu a 28 de janeiro de 1901. A atuação do Padre Gattone em Gaspar, será tratada posteriormente. Dar-se-á, em linhas muito amplas, os dados biográficos de Blumenau, uma vez que, os mesmos se confundem com a história da fundação e do desenvolvimento da Colônia Blumenau, sendo eles bastante divulgados. O mesmo não ocorre com o Pe. Gattone. Pode-se até afirmar que muitos moradores de Gaspar não conhecem o papel de destaque na defesa dos interesses da população da Freguesia de São Pedro Apóstolo.

Hermann Bruno Otto Blumenau nasceu a 26 de dezembro de 1819, na cidade de Hasselfelde, Alemanha, na zona do Harz, no então ducado de Brunsvique.

Era filho de Carlos Frederico Blumenau, engenheiro florestal, e de Cristiana Sofia Kegel. Até 10 anos, ele frequentou a escola de sua cidade natal. Em 1829, foi confiado ao Pastor Götting, na localidade de Klein-Winnigstedt, Alemanha, preparando-se para a admissão ao ginásio. Por esse tempo, uma grave doença o deixou meio surdo para o resto da vida.

Em 1834, foi matriculado no ginásio Martino-Katharineum, em Brunsvique. Em 1836 interrompeu seus estudos e entrou, como aprendiz de farmácia, no estabelecimento do farmacêutico Hampe, botânico e musgólogo.

No ano seguinte, passou para a farmácia do senhor Koch, em Erfurt, onde concluiu a aprendizagem no ramo.

O seu interesse pelo Brasil foi despertado pelo Côn sul Geral do Brasil na Prússia, João Jacob Sturtz, que o fez matricular-se no Curso de Química da Faculdade de Filosofia da Universidade de Erlangen, Alemanha. Em 1846, estava colando grau de doutor em filosofia, defendendo tese sobre alcalóides.

Erlangen era a cidade natal do sábio Von Martius e foi ali que Blumenau travou relações com o grande naturalista. A troca de idéias e as informações de Von Martius sobre o Brasil; incentivaram mais ainda Blumenau na concretização dos seus planos. Pois, já de alguns anos atrás, vinha pensando em transferir-se para um dos países da América, interessados na imigração alemã (os Estados Unidos, o Chile ou o Brasil), e ali fundou um estabelecimento agrícola, com colonos seus patrícios e, ao mesmo tempo, dar vãsão ao seu gosto pelo estudo da natureza, da botânica, principalmente.

Ainda as informações sobre o Brasil, transmitidas por Sturtz a Blumenau, foram de tal maneira cercadas de vivacidade e calor que, ao regressar a Erfurt, estava no propósito firme de emigrar para o Brasil.

Em Erlangen, Blumenau concluíra uma obra depois publicada pelo eminente geógrafo J.E. Wapphaus, com prefácio, comentários e anotações deste, intitulada: "Emigração e Colonização Alemã".

Por intermédio de outro sábio, que também estivera no Brasil, o Barão Alexandre von Humboldt, Blumenau entrou em contato com a "Sociedade de Proteção aos Imigrantes Alemães no

Sul do Brasil", a qual o nomeou seu procurador e encarregado de estudar as condições de vida dos colonos já no grande país sub-americano e as possibilidades de instalação de novas colônias de alemães no Brasil Meridional. Decorridos sete dias da sua formatura, embarcou a 30 de março de 1846, para o Brasil, no Veleiro "Johannes", demorando-se alguns dias no Sul e na capital da Província de Santa Catarina. Seguindo para o Rio de Janeiro, permaneceu na Corte, desde agosto de 1846 até abril do ano seguinte, quando retornou a Santa Catarina para conhecer a situação dos imigrantes alemães. A conselho do Presidente da Província, Ferreira de Brito, e por informações recebidas de muitos colonos foi conhecer as terras do Vale do Itajaí, apontadas como das mais férteis e ricas da Província. Quando voltou ao Rio de Janeiro, já estava decidido a explorar o Itajaí-Açú, como já foi visto no 2º Capítulo deste estudo.

Em abril de 1867, contando então com 47 anos de idade, Blumenau se casou com Luíza Repsold em Hamburgo¹⁷. Pois estava de licença remunerada concedida pelo Governo e ainda com todas as despesas pagas pelo mesmo.

¹⁷ SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. 2 ed., Blumenau. Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988. pp. 24-25-26.

B. A Questão dos Limites da Freguesia de São Pedro Apóstolo

O Pe. Gattone pastoreava os católicos de Gaspar, Blumenau e Brusque, desde a elevação do povoado de Gaspar à Freguesia.

Em 2 de abril de 1857, o Dr. Blumenau fez uma doação, por escritura particular de um terreno situado entre os ribeirões do Gaspar Grande e Pequeno para a edificação da Igreja Matriz, Casa Paroquial, Cemitério e outras necessidades da comunidade católica, entregando o respectivo documento a Frederico Schramm, que era o Presidente da Comissão administrativa desta comunidade¹⁸.

Quando Blumenau passou a sua Colônia ao Governo Imperial, em 1860, mediante contrato assinado no Rio de Janeiro, a 13 de janeiro, como já foi visto, a doação dos terrenos foi confirmada novamente, conforme o Aviso do então Presidente da Província de Santa Catarina, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque:

"Palácio do Governo de Santa Catharina, 28 de novembro de 1860.

Em vista da sua informação em officio de 24 d'Outubro findo sobre o requerimento junto dos colonos e moradores nas immediações do Rio Belchior e Gaspar, mande V. Mce. de

¹⁸ BLUMENAU, Hermann B. O. Igreja Católica de Gaspar.

Pasta 02.50 - Doc. 504. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

marcar em tempo oportuno o terreno sobre que versa a petição dos supplicantes, o qual deverá ficar destinado para huma futura povoação e porto na margem do rio Itaja hy grande. Deus Guarde e V. Mce"¹⁹.

Criada a Freguesia de São Pedro Apóstolo, em 25 de abril de 1861, o Presidente da Província Araújo Brusque, designou ao Vigário da mesma, que lhe indicasse com urgência as principais necessidades da recém criada Freguesia. Em 13 de agosto do mesmo ano, o Pe. Gattone enumerou as seguintes necessidades, invocando a atenção do Sr. Presidente para as mesmas:

"... 1º A criação de uma escola é a primeira urgência, pois uma população de cerca de mil almas tem muitos meninos que precisam deste benefício, dos cofres da província. Na falta de pessoa habilitada para a instrução dos meninos alemães eu me ofereço para reger interinamente a escola deixando ao arbítrio de V.Exa. a respectiva gratificação.

2º A matriz exige desde ja um sacrificio dos cofres provinciais, pois a capela que atualmente serve não é suficiente"²⁰.

¹⁹BLUMENAU, H.B.O, Pasta 02.15 - Doc. 154-16/03/1862. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC. Também publicado por FICKER, Carlos em Blumenau em Cadernos. Tomo VIII. Abril/1976, nº 8, pp. 134-135.

²⁰GATTONE, Alberto Francisco. Correspondência de Arciprestes e Vigários ao Presidente da Província - 1861/1862. p. 74 a 80. 13/08/1861. Arquivo Público do Estado. Fpolis-SC.

A Capela acima referida é a que foi construída em 1850 em Belchior (vide anexo nº 7), onde os católicos, residentes entre o ribeirão Itoupava e o da Ilhota vinham para as suas devoções.

"3º A demarcação dos limites é uma medida urgente a tomar para evitar contestações entre esta Freguesia e a Colonia protes - tante de Blumenau.

4º Não havendo casa paroquial V.Exa. se dignará mandar-me abonar para este fim a garantia de 150\$000.

5º Um beneficio muito sensível que V.Exa. faria a nova Freguesia seria de mandar para ali algumas familias catolicas dos subsídios da colonização que estão recebendo.

6º O Presidente Dr. Brusque já mandou marcar o território da igreja matriz, do cemitério, da casa do paroco: o Dr. Blumenau até então não correspondeu ao mandamento do governo. Este território acha-se entre os rios Gaspar Grande e Gaspar Pequeno.

Para que esta referida marcação seja feita imediatamente por mim mesmo.

7º Peço que V.Exa. examine um decreto do Dr. Blumenau, que afixou da Vila de Itajaí dizendo, que a antiga Colonia Belga e o Gaspar segundo um mandamento do Exmo. Presidente da Provincia sejam sujeitos ao Diretor da colonial da Colonia Blumenau. A minha colonia agora é freguesia, e por conseguinte é libera. Queira absolutamente que o referido Doutor seja responsável respeite de um tal decreto e peço que V. Exa. declarar publicamente, que a nova Freguesia não tem mais relação nenhuma à Colonia Blumenau"²¹.

²¹GATTONE, Alberto Francisco. op. cit., pp. 74 a 80.

Blumenau recebeu, por aviso da Presidência em 14 de agosto de 1861, a incumbência para, junto com o Diretor da Colônia Brusque, o Barão de Schneéburg, e o Pe. Gattone, verificar os limites do Oeste da Freguesia de São Pedro Apóstolo e designar os lugares da Matriz e do Cemitério²².

Todavia, o Barão de Schneéburg, não compareceu para examinar a localidade, devido o seu estado de saúde precário e por estar indignado com o problema ainda não estar resolvido e ainda mais, porque não tinha recebido nenhuma comunicação diz o Barão:

"... nada mais me constou à respeito, de modo que estava na persuasão de que n'este intervallo estivesse ja sido procedido esse exame e a informação ..."²³.

Blumenau alegou não ter cumprido o aviso da Presidência, por falta de autorização para as indispensáveis despesas. O Vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo, Pe. Alber-

²²BLUMENAU, H.B.O. Pasta 02-15-Doc. 154/16/03/62. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

²³SCHEENBURG, Barão de. Correspondência ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha em 01/0//1862. No Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. Brusque-SC.

berto Gattone e o Dr. Blumenau foram incumbidos pelo Presidente da Província, para estabelecerem os limites ocidentais da referida Freguesia e verificarem as dúvidas a esse respeito. A fastando-se do princípio legal, que determinou a Lei nº 509, de 25 de abril de 1861, divergiram um do outro, em suas opiniões.

A Lei determinou que esses limites fossem o Ribeirão da Praia Grande e a propriedade de Luis Scheefffer. Gattone entendia que o limite do Oeste, devia ser estabelecido (na parte setentrional do rio Itajaí) pelo ribeirão de que fala a Lei e que (para o do lado meridional) convém antes ir-se tomar a dos Bugres, que vai além da propriedade mencionada.

"... Além de ser este ribeirão huma linha divisoria natural, que por isso é muito própria, evita-se o inconveniente de ser a Freguesia limitada pelos estabelecimentos dos particulares, que sujeitos a estenderem-se ou restringirem-se, offerecerão no futuro grande inconvenientes, que se darião pela adaptação da Lei"²⁴.

Gattone dizia ainda:

"que os limites estabelecidos pelo Dr. Blumenau no lugar denominado Belchior (que vem

²⁴Correspondência do Livro Arciprestes e Vigários do Presidente da Província - 1861/62-p. 66 e 67. Resumo do que consta dos papéis inclusos, à cerca dos limites d'Oeste da Freguesia de S. Pedro Apóstolo creada pela Lei nº 509 de 25/04/1861. No Arquivo Público do Estado. Fpolis-SC.

incluir na Colonia Blumenau todo o terreno entre esse último ponto e Luis Scheeffer) não são mais do que um meio de que usa o Doutor para atrasar a Colonização no lugar denominado Gaspar chamando-a toda para essa parte do território intermediário"²⁵.

Blumenau não aceitou ser tomado como ponto de referência, o ribeirão dos Bugres mas sim o ponto denominado Belchior, alegando que o parecer do Pe. Gattone era única e exclusivamente o de ampliar sua jurisdição eclesiástica. Considerando, então, que tomado por divisa o ribeirão dos bugres, as consequências seriam:

"1º - ficarem desmembradas da Colônia três sortes de terras; 2º - que esse ribeirão divide em 2 as metades diferentes sortes de terras dos respectivos proprietários, 3º - que mudando em distancias de poucas braças a direção de suas agoras e não se podendo com facilidade determinar a linha divisória pelo interior os conflitos de jurisdição das diferentes autoridades serão coisa infallivel e 4º- finalmente por essa forma veria a ficar o centro da Freguesia muito distante da sua extremidade neste ponto e consequentemente por hum efeito natural"²⁶.

²⁵Correspondência do Livro Arciprestres ...? 1861/62. op. cit.

²⁶BLUMENAU, H.B.O. Correspondência do Livro de Arciprestes e Vigários do Presidente da Província - 1861/62. pp. 66-67. No Arquivo Público do Estado - Florianópolis-SC.

Em tais circunstâncias, Blumenau, em seu parecer, propôs para limites ocidentais da Freguesia o seguinte:

"1º (na banda do norte do Itajahy) - a linha divisória da antiga data de Jorge Wagner, hoje Pedro Wagner e a dos Irmãos Deschamps e Altenburg, prolongada até os morros proximos, estendendo-se por seus espinhaços a encontrar as vertentes do Ribeirão do Arraial, e seus conphluentes, que ficarão pertencendo a Freguesia, as vertentes dos ribeirões que nasceu na data de Pedro Wagner do Belchior e do da Itoupava, que continuarão a pertencer ao Distrito de pas da Colonia Blumenau"²⁷.

Ficando assim separadas da Freguesia as famílias desse lugar, sendo a maioria delas protestantes. E prossegue:

"2º (na banda do sul do dito Rio Itajahy)- o limite oriental de extinto arraial Belchior, prolongado em linha recta para o interior, onde em breve, cahe n'hum terreno pantanoso, que dis servião de divisa natural"²⁸.

Não obstante, para o Dr. Blumenau, não fazia diferença, tirando-lhe da Freguesia uma légua, pois, a área ficaria

²⁷ BLUMENAU, H.B.O. op. cit., pp. 66-67.

²⁸ Ibidem.

compreendida em cinco léguas ao longo do Itajaí-Açú e ainda no Itajaí-Mirim, incluindo a Colônia Brusque com 700 almas²⁹.

Mas, em 4 de setembro de 1861, o Pe. Gattone respondeu a um ofício do Presidente da Província Ignácio da Cunha Galvão, que o mesmo pedia a verificação da divisa que havia sobre os limites pelo lado Oeste da nova Freguesia de São Pedro Apóstolo em Itajaí, no Gaspar.

"... cumpro esse dever e desde já declaro, que esta diferença é uma só aparência, e só uma objeção de um egoísta interesse do Dr. Blumenau ... Não tendo que declarar sobre o lado do norte e do sul e do leste, só me restinjo a exclaração dos limites d'Oeste, os quais se pretendem de serem em duvidas; me opine as palavras da Assembléia Provincial, que são as seguintes: "Os limites d'Oeste chegam com o Ribeirão da praia grande e a propriedade de Luis Schelfem, queria dizer Luis Schaefer". Por conseguinte os limites d'oeste chegam pelo lado sul com a propriedade de Luis Schaefer, em cuja vista se acha um ribeirão chamado Ribeirão dos Bugres, e peço a V.Exa. que se digne observar, que este ribeirão é a divisa sumamente conveniente da Freguesia, onde divide a Colonia Dr. Blumenau; e pela banda do norte chegam os limites com uma praia chamada praia grande arriba do colono Daniel Schneider, onde existe um pequeno ribeirão não tendo um nome,

mas chamado naturalmente d'Assembléia ribei-
rão da Praia. Estes limites pelo D'Oeste são
conforme a nova Frega. porque se acham na
linha da divisa da Colônia Blumenau ..., eu
julgo de fechar os limites d'oeste pelo mo-
do seguinte: pelo lado do sul com o ribei-
rão dos Bugres e pelo lado do norte pelo ri-
beirão da Praia Grande. Assim não há dúvi-
das, mas fechar os limites do lado do sul
pelo lugar chamado Belchior, que é a doce
fantasia do Dr. Blumenau e fazer confusão
de propósito e zombar as palavras claras d'
Assembléia, porque Belchior se acha mais
de uma lēgoa para baixo do ribeirão dos
Bugres e propriedade de Luis Schaefer"³⁰.

É de estranhar, portanto, que esta questão de limi-
tes tenha dado tanta confusão, uma vez que a Lei nº 509, de 25
de abril de 1861 era bastante clara na delimitação da fregue-
sia criada pela mesma, colocando em seu 2º artigo:

"Os limites desta freguesia serão os se-
guintes: ao norte os da Freguezia da Penha,
ao sul os da de Camboriú, do Oeste o Ribe-
irão da Praia Grande e a propriedade de
Luiz Schaefer e a Leste os ribeirões de
Luiz Alves"³¹.

³⁰ GATTONE, Alberto Francisco. Correspondências - Arciprestes e
Vigários ao Presidente da Província - 04/09/1861. 1861/62.
pp. 71-72-73. No Arquivo Público do Estado. Fpolis-SC.

³¹
Vide anexo nº 8.

Vê-se, que o único problema apresentado foi o limite da região do Oeste, que fazia extrema com a Colônia Blumenau, onde o seu Diretor, não concordava com a Assembléia Provincial, com o que já estava editado no Diário Oficial. Enquanto, em relação aos limites ao norte, ao Sul e a Leste, não houve manifestações em contrário.

"... Finalmente, a respeito da Colônia Brusque não há dúvida, que pertence a nova Freguesia de São Pedro Apóstolo. Como sei do engenheiro Thieme na Colônia Brusque esta colônia há so 4 até 5 legoas distante do Gaspar, alem disso a linha da divisa do Curato de Cambriú toca a Colônia Brusque"³².

Porém, esta intriga continuou. Em 17 de novembro de 1861, Gattone sabendo que o Blumenau, iria pedir subscrições a respeito da mudança dos limites Oeste da Freguesia de São Pedro Apóstolo e ainda remeter uma lista de moradores, alegando que o Vigário tinha forçado os colonos que moravam acima do Belchior a serem fregueses, o mesmo remeteu um ofício ao Presidente Vicente Pires da Motta, afirmando:

"... Exmo. Sor. pode contar com a palavra de um sacerdote; isso é uma abominável calúnia ... Dizendo eu denovo que a mudança não possa ter lugar e referindo-me a minha carta oficial para a V.Exa. que queria a-

³² GATTONE, Alberto Francisco. Corresp. Arciprestes e Vigários ao Presidente da Província 1861/62. 04"09/1861. pp. 71-72, 73. No Arquivo Público do Estado - Fpolis-SC.

creditar ao Dr. Blumenau, a qual pela mudança dos limites tenciosa so colonisar o territorio arriba do Belchior para retardar a colonisação do Gaspar"³³.

A persistência do Vigário da Freguesia foi muito grande, devido a insistência do Dr. Blumenau em querer mudar os limites já determinados e pré-fixados em lei.

"Me prometes já a colonisação no Gaspar se eu queria mudar os limites; agora ja fez denovo um papel que afixou que diz que ninguem pudesse receber termos sem a sua vontade d'elle. Todos os requerimentos a V.Exa. ja despachados ficarão sem excessão e ha familias que são pobres e infelizes se não receberem terras no Gaspar. Levando isso ao conhecimento de V.Exa. como julgo ser do meu santo dever ..."³⁴.

Percebe-se, porém, que Blumenau tentou negociar os limites do Oeste da Freguesia comprometendo-se com a colonização local e com o Pe. Gattone. E junto com o Ofício acima referido, o Vigário remeteu uma relação das pessoas que assinaram, por sua livre vontade, afirmando o desejo e até exigindo serem fregueses da nova freguesia.

³³GATTONE, Alberto F. Corresp. Arciprestes e Vigários ao Presidente da Província - 1861/62. Em 17/11/1861, p. 70. Arquivo Público do Estado. Fpolis-SC.

³⁴Ibidem.

- "1 - Luciano José de Campo arriba de Belchior
- 2 - Manoel Francisco de siveira ariba de Belchior.
- 3 - Francisco Antônio da Rocha
- 4 - José Francisco de Siveira
- 5 - Seraphim dos Anjos
- 6 - Jose Manoel da Silva
- 7 - Antonio Rincus
- 8 - Antonio de Moura
- 9 - Ilyasinitho Correia
- 10- João Correia
- 11- Joaquim Antônio de Silveira
- Estes são independentes dos Protestantes, os protestantes seguintes juntos e assinarão:
- 12- Pedro Wagner
- 13- Georg Wagner
- 14- Sebastião Phrefs dois cathólicos ale-
- 15, Wloch mães arriba" 35.

É visível, portanto, a atitude de Blumenau em não querer a supremacia da Freguesia recém-criada, em detrimento da perda do poder da Colônia criada por ele. Pois em 27 de março de 1865, ele remeteu uma Carta ao Presidente da Província; Alexandre R. da Silva Chaves, na qual informa que a pretensão de fundar uma Colônia nacional nas terras dos Ribeirões Grande e Pequeno do Gaspar, na Freguesia de São Pedro Apóstolo não é cabível, pois, as terras pertencem, segundo ele, ao território privativo da Colônia Blumenau.

"... sendo que o seu distrito urbano, em grande parte já se acha vendido e povoado e que no distrito rural já procedi aos trabalhos preparatórios para, pouco a pouco, incluí-lo no círculo da efetiva colonização ..."³⁶ (grifos do autor).

No decorrer da carta, enumerou vários outros motivos, demonstrando como a venda a prazo nos dois distritos desta Colônia, havia de não só contrariar as ordens existentes, como ainda comprometer seriamente e contrariar a futura marcha da colonização e do estabelecimento de novos imigrantes.

E por fim justifica ainda Blumenau o seu parecer contrário a fundação da Colônia Nacional em Gaspar, afirmando:

"... como é útil para brasileiros e alemães que se estabeleçam misturados, apreendendo e ensinando-se mutuamente ..., venho respeitosamente pedir V.Excia. queira manter em vigor e não alterar as ordens e regras existentes e até agora seguidos por esta Direção na venda das terras"³⁷.

Blumenau, foi intransigente em não permitir a subdivisão de toda a área ainda disponível na Bacia do Itajaí, para a formação de outras Colônias, públicas ou particulares, con-

³⁶BLUMENAU, H.B.O. Pasta 02.26 - Doc. 261 em 27/03/1865. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

³⁷Ibidem.

servando sob seu domínio toda a vasta região. E ainda: quanto ao estabelecimento dos alemães e brasileiros juntos, o próprio Diretor da Colônia Blumenau não permitia, sabendo-se que o desejo do mesmo, era de que, somente alemães se estabelecessem em sua Colônia.

Não haviam ficado definidas as linhas divisórias entre a Freguesia de São Pedro Apóstolo com a Colônia Blumenau, até que a Lei Provincial nº 679, de 23 de maio de 1872, demarcou:

"O Limite Leste do distrito da Colônia Blumenau com a Freguesia de São Pedro Apóstolo será marcado pelas divisas seguintes: - 1º Linha divisória entre terrenos pertencentes à Colônia e João Pedro Dias de Moura; 2º Linha divisória entre terrenos da Colônia e de Bento Malaquias da Silva; 3º Linha divisória entre Luis Wagner e Kumcke e Brandes; 4º Divisa entre Herbst e terrenos da Colônia com Nicolau Deschamps, Pedro Wagner, Hoeschel e outros"³⁸.

Sabe-se que essa questão dos limites da Freguesia de São Pedro Apóstolo só vai ter fim com a criação do Município de Blumenau pela Lei nº 860 de 4 de fevereiro de 1880, quando a

³⁸ CRUZ, Sebastião. São Pedro Apóstolo de Gaspar. In: Blumenau em Cadernos, Tomo IV, maio de 1961, nº 5, p. 83. Fundação "Casa Dr. Blumenau". Blumenau-SC.

Colônia se extinguiu e a Freguesia de São Paulo Apóstolo*, formarem um novo município, que se denominou Município de Blumenau. Fixou assim, os limites deste Município, permanecendo os mesmos das duas Freguesias já mencionadas.

Pelo Decreto Imperial de nº 8454, de 18 de março de 1882, a direção da Colônia Blumenau e conseqüentemente seus auxiliares foram dispensados.

Blumenau partiu para a Alemanha no dia 15 de agosto de 1884, porém, é de se estranhar, que em nenhum momento a Câmara de Vereadores do Município de Blumenau fez alusão à saída do fundador da Colônia. Verificou-se todas as Atas da Câmara** e percebeu que o tratamento da mesma para qualquer tipo de pedido do fundador, era encarado da mesma maneira como de qualquer outra pessoa, sem tratamento especial, como seria normal ter havido ao seu antigo fundador, proprietário e diretor. A única homenagem prestada na véspera de sua partida foi organizada pelo Padre José Maria Jacobs, que nunca foi bem aceite pelo Dr. Blumenau em sua Colônia³⁹.

* Pela Lei Provincial de nº 694, de 31 de julho de 1873 fica criada a Freguesia de São Paulo no Distrito da Colônia Blumenau, desmembrada da Freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

** Transcrição íntegra das Atas da Câmara Municipal de Blumenau-1883/1885. Livro nº 1. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

³⁹ FINARDI, José E. Dois nome tutelares de Blumenau. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XIX, nº 2, Fev. 1978. pp. 34 a 40.

Entende-se por isso, que a saída do Padre Gattone da Freguesia de São Pedro Apóstolo para a Colônia Brusque, não pode ser apontada como sendo o motivo do fim desta trégua e sim a criação do Município de Blumenau e a conseqüente extinção dos cargos administrativos da antiga Colônia.

Foi com esses acontecimentos que se deu por encerrada a questão dos limites da Freguesia de São Pedro Apóstolo. Ainda em 1871, Blumenau, enviou novamente uma carta ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Bandeira de Gouveia, solicitando a Assembléia Legislativa da Província, que fossem estabelecidos os limites da Colônia Blumenau e a Freguesia de Gaspar, comunicando a remessa de mapa explicativo da área, propondo os limites, seguindo o quanto possível a divisão natural do terreno. Concluindo que as terras que se achavam a Oeste das linhas do Ribeirão do Gaspar Grande e no Vale do Ribeirão Garcia ficariam, pertencentes a Colônia Blumenau. Além desta solicitação de retificação, pediu para elevar o Distrito de Paz desta Colônia à Categoria efetiva de Freguesia sob a evocação de São Paulo Apóstolo, uma vez que a população da Colônia era de 6000 almas (vide anexo 15).

Sabe-se, porém, que na matriz das Freguesias, o eleitorado das respectivas jurisdições elegia os seus representantes, no legislativo da Província e os Juizes de Paz dos seus distritos. Até 1873, era na matriz de São Pedro Apóstolo de Gaspar, onde os eleitores blumenauenses exerciam o direito do voto, fato este já mencionado no capítulo anterior.

Além desta desavença entre o Padre Gattone e o Dr.

Blumenau, houveram outras, destacando-se o interesse de Gatto-
ne em preservar os direitos adquiridos com a criação da Fre-
guesia de Gaspar. Do mesmo modo, Blumenau sempre lutou para
não perder o poder administrativo de toda a região do Vale do
Itajaí, do qual se considerava dono.

C. A Construção da Igreja Católica e do Cemitério da Paróquia de São Pedro Apóstolo - Gaspar.

Como foi visto, em 1850, fora construída uma capela
em Belchior para os Colonos católicos fazerem suas orações. Não
obstante, em 1861 quando foi elevado à Categoria de Freguesia,
neste povoado, se deu início à nova pretensão de construir a
matriz, como também um cemitério para as famílias católicas, u
ma vez que estas constituíam o maior número de fiéis.

Além da Capela, a Freguesia de São Pedro Apóstolo,
já apresentava regular quantidade de casas de moradia e de co-
mércio, pois de acordo com as Atas de qualificação dos eleitor
es para escolha dos Vereadores e Juizes de Paz da respectiva
Freguesia, o número de eleitores era bastante expressivo, como
também diversificadas eram as profissões exercidas, existindo
porém, um número bastante significativo de lavradores.

Sabe-se que Blumenau, doou um terreno entre os Ri-
beirões do Gaspar Grande e Pequeno, ao povo católico daquele
povoado e, 1857, para ser edificado ali uma igreja, cemitério
e uma casa de morada para o padre, junto com um suficiente terer

reno para horta e pomar⁴⁰.

Em 28 de novembro de 1860, o então Presidente da Província Francisco C. de Araújo Brusque solicitou ao Dr. Blumenau que juntamente com o Diretor da Colônia Brusque (Schneeburg) e o Pe. Gattone definissem os lugares da matriz e do cemitério, áreas essas regularmente medidas somente nos primeiros meses do ano de 1862⁴¹.

Em fevereiro de 1862, Gattone enviou uma carta ao Diretor Interino da Colônia Blumenau, Sr. Hermann Wendenburg, pois, o titular estava viajando para o Rio de Janeiro, criticando o fato de não ter logo afixado um edital do mesmo, que se referisse ao aprontamento do cemitério católico na povoação desta colônia e concluiu dizendo que imediatamente havia de comunicar o mesmo fato ao Presidente da Província⁴².

A verdade é que o local determinado e escolhido pelo Dr. Blumenau para a construção da matriz, não foi do agrado do Pe. Gattone, visto que, em ofício expedido pelo mesmo ao Presidente da Província, em 4 de setembro de 1861, solicitava a sua nomeação para marcar o lugar da matriz e do cemitério, uma vez que Blumenau nunca teve tempo para tratar deste serviço⁴³.

⁴⁰BLUMENAU, H.B.O. op. cit., pasta 02-50. Doc. 504.

⁴¹Ibidem, pasta 02.15 - Doc. 154.

⁴² Ibidem, pasta 02-15 - Doc. 155. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC. p. al.

⁴³GATTONE, Alberto Francisco. op. cit., p. 71.

Em uma de suas cartas ele diz:

"... Entendo que as localidades em questão não são mal escolhidas, satisfazendo os cemitérios, além dos mais requisitos, às exigências da hygiene publica, os lugares d' igreja até de hum bello agreste e de agradavel perspectiva, achando-se os lotes dos padres do pé de ambos.

 Não se fizeram porem trabalhos para aprontar o cemitério cathólico n'esta povoação, porque não existia consignação para tal fim, nem urgente necessidade, e eu esperava apromptal-o as minhas expensas, arrendando a respetiva area por 2 ou 3 annos com as condições, de que fique devastada a mata e plantadas, cultivada a terra e com isso se economizava quasi toda a despesa. e, após ter sido retirada a maior parte das raízes, sua preparação para o cemitério também se tornava muito mais barata ..."⁴⁴.

Neste trecho da carta remetida ao Presidente da Província, ficou nitidamente claro que a intenção do Dr. Blumenau não era concretizar de imediato a construção da matriz e do cemitério para a comunidade católica, tendo em vista que após cinco anos da data de doação do terreno, de concreto nada havia sido feito.

⁴⁴ BLUMENAU, H.B.O. ao Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta, em 16/03/1862. Pasta 02.15 - Doc.155 p. 2. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva- Blumenau-SC.

O edital expedido pelo Pe. Gattone ao Diretor da Colônia Blumenau, surtiu efeito, pois, sobre o mesmo, Blumenau faz referências em sua carta ao Presidente da Província Vicente Pires da Motta:

"... O edital em questão se acha agora afixado, desde humas três semanas, mas sem efeito algum, como se podia prever e eu participei ao Snr. Gattone ..." ⁴⁵.

Ora, o intuito do Pe. Gattone era de que este edital fosse afixado, tornando-se pública a situação da construção do cemitério e como se percebe ele conseguiu mesmo, meio a contra gosto do Dr. Blumenau.

A partir daí, os efeitos começaram a surgir, o Pe. Gattone enviou uma carta ao Blumenau, pedindo que o mesmo enviasse o orçamento para a construção do cemitério católico para remetê-lo ao Presidente da Província, atendendo ao pedido do mesmo (ver anexo nº14).

Em seguida, Blumenau remeteu um ofício ao Pe. Gattone, afirmando ter ele recebido também ordens do Presidente da Província, para principiar os trabalhos no cemitério católico desta povoação:

"acusando o ofício de V. Revma, tenho a

⁴⁵BLUMENAU, H.B.O. op. cit., pp. 3-4.

satisfação de lhe participar, que em conformidade dos meus pedidos, recebi ultimamente autorização do Exmo. Sr. Presidente da Provincia para proceder também aos necessarios trabalhos do cemitério católico nesta povoação a que, em conformidade com a mesma, já indiquei, de que maneira eles devem ser executados, havendo de se prncipiar com os mesmos depois de amanhã. Calculo a despesa como ja participei à S. Ex. e tambem ultimamente indiquei à V. Sra. num borrão de orçamento, a 70 até 90\$000, devendo-se derrubar com esta quantia toda a superfície do cemitério, ou o mato nela existente, e limpar de cepos, raízes e troncos uma superfície, que baste em circunstâncias ordinárias para 6 a 10 anos. Logo que a obra for bastante avançada, para que neste cemitério se podem enterrar cadáveres, ei de participa-lo à V.Sa."⁴⁶.

Vê-se, porém, que o Diretor da Colônia Blumenau não admitiu em momento algum, que as negociações fossem feitas diretamente entre o Vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo e o Presidente da Província, deixando bem claro na carta acima transcrita, a sua indispensável participação.

Em 15 de agosto de 1862, Gattone enviou uma carta

⁴⁶ BLUMENAU, H.B.O. ao Pe. Alberto Gattone, em 05/07/1862. Na Pasta 02.17.1 - Doc. 173.1. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC. Traduzido por Marili Fischer em 11/07/84.

ao Diretor da Colônia Blumenau, perguntando se foi outorgado o dinheiro para a construção do cemitério católico e queria saber sobre a autorização dada pelo Presidente da Província, para proceder aos necessários trabalhos. Não obstante, em 7 de julho de 1862, o Diretor Interino da Colônia, Hermann Wendenburg, relatou ao Padre Gattone, que foi concluído o serviço de limpeza do terreno para a construção do cemitério⁴⁷. Até então, nada tinha sido transmitido ao vigário da Freguesia⁴⁸.

No que diz respeito ao local da construção da matriz, o problema ainda não estava resolvido, pois Gattone queria que fosse construída no alto de um morro localizado entre os dois Ribeirões Gaspar Grande e Pequeno, onde hoje está erigida a Matriz de Gaspar, porém, Blumenau achava o lugar impróprio, tornando-se muito dispendioso o custo da construção. Foi então que Blumenau protelou o início das obras, para que pudesse dar um tempo e mudar a opinião do Pe. Gattone.

"Sendo o lugar designado, para a matriz, o mais improprio possivel no cume de hum alto morro, em que a construção da igreja havia de se tornar muito dispendiosa e o

⁴⁷ WENDENBURG, H. ao Pe. Gattone em 15/08/1862. Pasta 02.16 - Doc. 164. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

⁴⁸ GATTONE, F.A. ao Diretor Interino da Colônia Blumenau, Hermann Wendenburg em 15/08/1862. Pasta 02.16 - Doc. 165. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

acesso difficillimo para os velhos e fracos, mas obstinando-se n'elle o Padre Gattone, cedi, sobretudo, na certeza de que até aquella construção ainda havia de decorrer tempo e no entretanto vencer-se a obstinação do dito padre"⁴⁹.

A discussão sobre o lugar da construção da Matriz não havia ainda chegado a um acordo entre o Diretor da Colônia Blumenau e o Vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo, quando em 12 de maio de 1863 através do Cartório do Escrivão do Juízo de Paz da mesma Freguesia, José Henriques Flores e sua esposa Maria Clara da Silveira Flores, doam 30 braças de frente com 40 de fundos, no lugar denominado Poço Grande para edificar a Igreja Matriz e a casa do respectivo pároco da Freguesia. E mais um quadro de 20 braças para o cemitério público. Caso não fosse construída a Igreja, a doação se tornaria sem efeito⁵⁰.

Em 28 de fevereiro de 1863, Blumenau tomou conhecimento de uma representação dos moradores da Freguesia de São Pedro Apóstolo, que pediam que a matriz da mesma Freguesia fosse construída no lugar do Poço Fundo e em terras de propriedade de José H. Flores. Enviando em seguida para o Presidente da

⁴⁹ BLUMENAU, H.B.O. ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha em 11/02/1863. Pasta 02.21 - Doc. 219. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

⁵⁰ Livro de Notas do Cartório do Escrivão do Juízo de Paz da Freguesia de São Pedro Apóstolo em 12/05/1863. 1a. Escritura no Talelionato de Gaspar.

Província, Pedro Leitão da Cunha, o seu parecer contrário a esta petição dos moradores da Freguesia e do proprietário José H. Flores.

"Transferindo-se actualmente a sede da freguezia d'este muito appropriado lugar para as terras do Snr. Flores, parece-me que para o povo, interessado na questão, hão de resultar mui poucas e somente momentaneas vantagens, que se trocã por commodas e vantagens presentes e futuros de grande importancia. Para o governo Imperial resulta alem disto consideravel prejuizo, porque lhe fica subtrahida a melhor occasião, de pouco ã pouco se reembolsar, pela venda de lotes urbanos e ruraes, de huma parte ou da totalidade das despezas, que tem de fazer com pontes, estradas etc ..."⁵¹.

Além desses argumentos, Blumenau diz que as terras de José H. Flores oferecem o espaço apenas para igreja, cemitério e lugar da casa do vigário. E o lugar por ele reservado há mais de 10 anos, oferece ainda espaço para casas de escola para ambos os sexos, cadeia, lugar de matadouro público, enfim todas as instituições públicas que vão se tornando indispensáveis para uma florescente povoação⁵².

⁵¹BLUMENAU, H.B.O. ao Presidente da Província em 28/02/1863.

Na Pasta Carlos Ficker - lote nº 1641. No Arquivo Histórico de Joinville. Joinville-SC.

⁵²

Ibidem.

Flores, era muito oneroso e inútil para os colonos do Itajaí-Açu e apresentou vantagens apenas para os moradores do rio Itajaí-Mirim. Mas para sanar o problema e o incômodo da população da região do rio Itajaí-Mirim, existia um único expediente, que era o de reparar o erro que foi cometido na fixação dos limites da Freguesia de São Pedro Apóstolo. Ou seja, anexar as terras do Itajaí-Mirim novamente à Freguesia do Santíssimo Sacramento da Vila, da qual foi tirado⁵⁴.

Para Blumenau, a preocupação maior se concentrava em não permitir que a Freguesia de São Pedro Apóstolo prosperasse mais que a sua colônia. Até mesmo, quanto a sua extensão territorial, como foi a sua sugestão, em retirar da Freguesia próxima à sua Colônia, anexando a uma mais distante no caso acima referido.

As informações do Blumenau ao Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha era que o caminho proposto por José H. Flores era menos conveniente do que o proposto por ele.

O caminho proposto por José H. Flores era o seguinte:

"Devendo a futura comunicação essencialmente seguir nos valles dos ribeirões da Gaborúba no Itajahy Mirim e do Gaspar de

⁵⁴ BLUMENAU, H.B.O. ao Presidente da Província em 19/12/1862.

Na Pasta Carlos Ficker - Lote nº 1641. No Arquivo Histórico de Joinville - Joinville-SC.

baixo no Itajahy assú, e ficando o último ribeirão encontrado no seu salto pela pica da do snr. Flores, esta faz uma grande volta rio para abaixo e tem ainda de passar o ribeirão do Poço grande, que com as chuvas muito se engrossa e consideravelmente ha de difficultar a comunicação, em quanto não existir n'elle huma forte ponte"⁵⁵.

No transcorrer deste ofício, Blumenau deixou bastante evidente ao Presidente da Província, que o interesse maior desta comunicação, através do caminho proposto por José H. Flores, era para facilitar a venda de suas terras localizadas no Poço Grande.

O caminho proposto pelo Dr. Blumenau era:

"... pois no meu ver, tanto por causa da despeza, com a futura estrada, como do publico e geral interesse, mais conveniente, seguir o ribeirão do Gaspar de baixo ate sua desembocadura no Itajahy assú e o areal da povoação da Freguesia de São Pedro A pôstolo, que jaz entre este e o ribeirão do Gaspar de cima"⁵⁶.

Vê-se, portanto, que a historiografia catarinense de

⁵⁵BLUMENAU, H.B.O. ao Presidente da Província em 27/02/1863.

Na Pasta Carlos Ficker, Lote nº 1641. No Arquivo Histórico de Joinville - Joinville-SC.

⁵⁶Ibidem.

uma maneira geral, tratou desses problemas até então havidos entre a Freguesia de São Pedro Apóstolo e a Colônia Blumenau, emitindo suposições e até mesmo, conclusões unilaterais. No caso de José Ferreira da Silva, por exemplo:

"Infelizmente, as relações entre o Vigário de São Pedro Apóstolo e o Pastor Hesse não eram muito cordiais. Isso por culpa da intolerância do Padre Gattone que, valendo-se da circunstância de ser da religião oficial, procurava criar dificuldades à ação do pastor protestante"⁵⁷.

E como se vê, essas relações não muito cordiais, não eram entre o Vigário e o Pastor e sim, entre o Diretor da Colônia Blumenau. E o Vigário da Freguesia São Pedro Apóstolo, como também, com qualquer pessoa que tivesse opinião diferente da sua, como bem provam os documentos. Houve sim, por parte do Pe. Gattone uma queixa ao Presidente da Província, Vicente Pires da Mota, quanto ao enterramento da esposa de Pedro Wagner pertencente ao rebanho do Pe. Gattone, no cemitério protestante pelo Pastor Hesse. Mas, em nenhum momento, o Vigário demonstrou mágoa ou intriga pelo pastor e sim deixou bem claro, que o ato foi cometido, segundo influência do Dr. Blumenau.

"... e agora até aconselhou ao ministro protestante da Colonia Blumenau de enterrar uma mulher falecida do meu rebanho no cemitério protestante, que ele o Doutor proceda contra o ministro protestante, se não

⁵⁷ SILVA, José Ferreira da. op. cit., p. 219.

enterraria a falecida ... se deixo estar estar este absolutismo do doutor que não pode esquecer-se do que outrora foi o Rei de Itajaí ..."⁵⁸.

Nota-se, que a documentação analisada até então pelos historiadores, foi apenas os ofícios expedidos pelo Diretor da Colônia Blumenau, deixando-se de mencionar o outro lado, seja por interesse ou por desconhecer tal fonte histórica⁵⁹.

Em decorrência deste sepultamento, o Pe. Gattone solicitou ao Presidente da Província Araújo Brusque, que se dignasse mandar marcar um cemitério para os católicos

"Em atenção das leis canonicas, que dizem: "Onibus non communicabimns vivis, nom communicabimns defunctis" que proíbem por consequinte os enterramentos dos catolicos em um cemiterio protestante, pelo a V.Exa tão humildemente como eficazmente que se digne mandar marcar um cemiterio para os católicos na Colonia Blumenau, tendo esta Colonia uma distancia de duas legoas da Frega. de São Pedro Apóstolo com uma população de quase cento famílias católicas" ⁶⁰.

⁵⁸ GATTONE, F.A. ao Presidente da Província Vicente Pires da Monta em 24/05/1862. s.p. na Correspondência do Arcipreste e Vigário ao Presidente da Província - 1861/1862. No Arquivo Público do Estado - Fpolis-SC.

⁵⁹ Maiores detalhes sobre este acidente, ver Correspondência de Arcipreste e Vigário ao Presidente da Província - 1861/1862. p. 283-287 a 289. Arquivo Público do Estado - Fpolis-SC.

⁶⁰ GATTONE, F.A. Ibidem, em 09/10/1861, p. 101.

Outros episódios se processaram iguais a este mencionado no ofício acima descrito, e se observa que o Pe. Gattone queria resolver os problemas religiosos dos colonos católicos residentes na Colônia Blumenau.

Em relação a localização da matriz, percebe-se, que a partir de 1863, as intrigas diminuíram em detrimento de outros problemas maiores que surgiram na Colônia e até mesmo por que o Dr. Blumenau já tinha se acostumado ou aceitado a idéia de estar dependente da Freguesia de São Pedro Apóstolo.

O problema enfrentado por Blumenau em 1864, foi a pequena imigração, não ultrapassando o número de 127 pessoas, onde obrigou o fundador a pensar seriamente em providências mais práticas do que a simples propaganda do estabelecimento pela imprensa, ou em informações de colonos já aqui radicados. Além disso, havia iniciado a guerra entre a Prússia e a Dinamarca (1864) e isso veio aumentar as dificuldades de transferências de colonos alemães para o exterior, principalmente para o Brasil.

Tendo deixado Hermann Wendeburg na direção do estabelecimento, Blumenau, viajou, em março de 1865, para a Europa, regressando ao Brasil, somente em novembro de 1869, reassumindo a direção da Colônia, que fundara, pois, não só obteve os necessários recursos, como foi nomeado representante do Governo Brasileiro nos Estados Alemães, e agente especial para assuntos de emigração para o Brasil⁶⁰.

⁶⁰Excertos do "Kolonie Zeitung" de 15/04/1865, in: Blumenau em Cadernos", Tomo XIX, n.ºs 11 e 12 - nov/dez/1978. p. 322.

Mas, antes de seguir à Europa, junto ao Governo Provincial, contra a pretensão de certos interessados na fundação de uma colônia, com elementos exclusivamente nacionais na Freguesia de São Pedro Apóstolo, alegando que as terras em que se tencionava criar tal colônia, não só estavam compreendidas na área que o governo imperial lhe destinara para a sua colonização, como mesmo já havia mandado medi-las e demarcá-las para esse fim⁶¹.

Durante a sua ausência, de quatro anos, a Colônia prosseguiu no seu ritmo normal. Hermann Wendeburg, era diferente no temperamento, mais acessível e amável do que Blumenau, cujo caráter austero, muitas vezes, o fizera entrar em choques com os colonos. Por isso mesmo, estes entendiam-se melhor com Wendeburg. Por essa razão, os negócios administrativos da Colônia, sem sofrer solução de continuidade, prosseguiram sem grandes problemas, mau grado a falta da imigração agravada pela declaração da Guerra Brasil-Paraguai⁶².

Em 21 de janeiro de 1865, o Pe. Gattone encaminhou ao Presidente da Província Alexandre R. da S. Chaves, o plano e orçamento da obra da Matriz da Freguesia de São Pedro Apóstolo, que já estava levantada e coberta de telhas, tudo através de esmolas dos moradores da Freguesia e dos itajaienses, não

⁶¹BLUMENAU, H.B.O. op. cit., pasta 02.26 - Doc. 261.

⁶²SILVA, José F. da. op. cit., p. 68.

tendo até então, nenhuma subvenção e socorro percebido do governo⁶³. Pode-se talvez apresentar os motivos dos quais já foram citados pela resolução do atrito, quanto ao local da matriz, entre o Blumenau e o Pe. Gattone, pois este ofício de janeiro de 1865, demonstra que a Igreja já estava sendo edificada e o local ficou sendo o escolhido pelo Pe. Gattone, ou seja, no morro entre os dois Ribeirões do Gaspar Grande e Pequeno, onde hoje está localizada a nova Matriz São Pedro Apóstolo.

D. A Questão sobre os Casamentos Mistos

Queixou-se o Pe. Gattone em ofício dirigido ao Sr. Presidente da Província, do Pastor Hesse que tinha celebrado casamento entre o colono Peter Priester e Margarida Schütz, protestante. No entanto, Blumenau remeteu uma carta ao Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, onde defendeu o seu ponto de vista sobre os casamentos mistos, não accitando, porém, que os noivos tivessem que assinar, como queria o Pe. Gattone,

"hum termo degradante sobre a crença dos seus filhos futuros"⁶³.

⁶³ BLUMENAU, H.B.O. ao Presidente da Província em 16/02/1863.

Pasta 02.18. Doc. 181. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

Blumenau queria que se a noiva fosse protestante os filhos seguissem sua crença. E o Pastor Hesse sempre recusou - se a celebrar o casamento, onde a noiva fosse católica. Se enviasse os noivos ao Pe. Gattone que celebrava o contrato, este acrescentava um compromisso para educar os futuros filhos na religião católica. Daí em agosto de 1862, o Diretor da Colônia Brusque, Barão de Schneëburg, enviou resposta em um ofício Reservado ao Presidente da Província, Vicente Pires da Motta, relatando a maneira pela qual se celebravam nesta Colônia, os casamentos de contraentes que não professam a Religião Católica, ou dos quais, um só pertence à essa religião, e o outro à reformada:

"Obedecendo ao officio reservado de V. Exa. em que me ordena de informar sic. Si, ambos os contrahentes professam a Religião reformada, elles se obrigam por um contracto provisório por elles e as testemunhas assignado, em que declaram de considerar - se desde então como legitimamente casados, sic. As assignaturas deste contracto, e o espontaneo contendo do mesmo, são pela Directoria por verídicos attestados, o contracto mesmo depositado no Archivo da Direção, para que rectifiquem esse casamento, como se obrigam em uma clausula do dito contrato, na primeira ocasião por um ministro de sua Religião, conforme o Ritus usual do mesmo. Si um dos contrahentes professa a Religião Cathólica, e o outro a reformada então passam e depositam no Archivo um contrato semelhante ao acima descripto, acrescentando de educar os seus futuros filhos na Religião Cathólica Apostólica Roma

na, sem prejuízo nos direitos, ou constran
gimento de crença dos filhos, que talvez
anteriormente pertençam a um ou outro dos
contrahentes, e que neste Acto adoptam re-
ciprocamente ..."⁶⁴.

Neste mesmo ofício o Barão de Schneéburg reclama da
falta de assistência espiritual aos protestantes da sua Colô-
nia, pois em dois anos, após a sua fundação não haviam recebi
do ainda o ministro de sua religião. No entanto, o Pe. Gattone
já havia visitado os seus fiéis, duas vezes.

"Destes e ultimos casamentos mixtos appare-
ceram desde a fundação da colonia, somente
dois casos, que de fato foram formados por
recelebração, conforme a clausula do con-
tracto, nas formalidades indicados pela
S. Igreja Catholica, por intermédio do
Reverendo Padre Gattone sic. Dos casamen-
tos entre contrahentes ambos reformados, ap-
pareceram tambem somente dois casos na for
ma, que dedorei. Elles estão ainda à espe-
ra, como mais 200 outros protestantes da
colonia, para os socorros e funcções espi-
rituais de um ministro autorizado.
Concluo essa minha obediente informação,
com a humilde revelação, à V.Exa. que come
çam a sentir se já pequenas (por ora) riva-
lidades, de ainda nem uma vez em 2 annos

⁶⁴ SCHNEÉBURG, Barão de, Maximiliano. Ao Presidente da Província em 20/08/1862. Na Pasta - Ano 1862 - No Museu Histórico do Itajaí-Mirim - Brusque-SC.

os Protestantes foram accudidos por Ministro de sua confissão, quando nos cathólicos ja tivemos pelo menos duas vezes essa providência"⁶⁵.

É interessante notar que o Barão de Schneéburg em 07 de janeiro de 1863, solicitou ao Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, que o Cura Protestante de Blumenau, Oswaldo Hesse, viesse atender os colonos da sua religião, ou seja:

"a vir baptizar as muitas creanças, regularizar tantas relações de familias, que ainda querecem de Benções eclesiásticas, e exercer os mas deveres da Religião protestante"⁶⁶.

Em 18 de maio de 1863, Blumenau respondeu ao Presidente da Província um ofício deixando transparecer que o Pastor estava realizando as suas visitas à Colônia Brusque normalmente.

"... Quanto porém as futuras visitas, à que semestralmente se propõe, parece-me, que a gratificação, visto que o mesmo Revdo. Vigário como cura d'almas d'esta colonia Blumenau, percebe annualmente 360\$000 por huma cavalgada, e que o Pastor evangelico Hesse pelas quatro visitas, que annual-

⁶⁵ SCHNEÉBURG, Barão de. op. cit.

⁶⁶ SCHNEÉBURG, Maximiliano Barão de. ao Presidente da Província em 07/01/1863. Na Pasta Brusque - 1863. No Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim. Brusque-SC.

mente faz a colonia Brusque, não recebe mais de 90\$000 por cada huma"⁶⁷.

Sabe-se porém, que o Padre Gattone fazia suas visitas à Colônia Blumenau, todavia o Pastor Hessem recebeu os 90\$000 e não realizou, como o próprio Diretor da Colônia Brusque reclamou, nenhuma visita até o início do ano de 1863.

Porém, a questão dos casamentos mistos logo foi resolvida com o regulamento sobre o registro civil, datado de 17 de abril de 1863 com o Decreto nº 3069. Este Decreto ordena o registro de casamentos, nascimentos e óbitos daquelas pessoas que não se declararam para a religião oficial (católica)⁶⁸.

E. A Transferência do Padre Gattone para Brusque e seu Substituto

Como já foi analisado o Dr. Blumenau viajou para a Alemanha em 1865, incumbido de prestar seus serviços em comunicação especial a bem da imigração para o Império, pois, no século XIX, anos 60, aconteceram fatos tendentes a restringir a

⁶⁷ BLUMENAU, H.B.O. ao Presidente da Província em 18 de maio de 1863. Na Pasta Carlos Ficker - Lote 1641 - No Arquivo Histórico de Joinville - Joinville-SC.

⁶⁸ Decreto nº 3069 de 17/04/1863 - Na pasta 02.20 - Doc. 206. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

emigração para o Brasil. Entre eles, citam-se o transporte precário, a alimentação de má qualidade e a seleção inadequada de imigrantes para a área rural. O maior centro de atenção dos europeus foi a América do Norte e para lá se dirigiam alemães, espanhóis, franceses e ingleses.

A estratégia, do governo brasileiro para superar tais obstáculos consistiu em:

- a) o pagamento da diferença do preço da passagem da Europa para os Estados Unidos em relação à da Europa para o Brasil;
- b) transporte fiscalizado pelo governo;
- c) abrigo no Rio de Janeiro, na ocasião da chegada, na hospedaria do Estado;
- d) oferta de venda de terras nas colônias governamentais e de salário durante seis meses;
- e) manutenção de ensino e atendimento religioso;
- f) facilidade de transporte, de sementes e mudas, de cabeças de gado nas colônias do governo;
- g) legislação validando o casamento não católico, a ceitando pastores de outras religiões e facilitando a naturalização⁶⁹.

Para o imigrante, a política migratória vigente com o Regulamento de 19 de janeiro de 1867, oferecia, aparentemente,

⁶⁹ LOBO, Eulália M.L. História político-administrativa da agricultura brasileira - 1808-1889 - s.d.

polpudos subsídios como estes:

- a- ferramentas manuais agrícolas;
- b- 20\$000 de auxílios comum;
- c- 6\$000 de mantimentos;
- d- 35\$000 para construção de casas próprias;
- e- 10\$000 para as primeiras derrubadas no lote rural;
- f- 5\$000 para sementes, e acima de tudo, a possibilidade de aquisição de um lote rural para ser pago, parceladamente e moderadamente.

Já de posse do lote rural, caberia ao imigrante, por força do regulamento:

- iniciar o plantio e a moradia, 6 meses depois;
- conservar transitável com 4 braças de largura, o caminho rural;
- ceder material para construção de obras públicas dos lotes incultos;
- conservar os piquetes da demarcação e aberta a picada nos fundos do lote;
- pagar regularmente o débito para com a Fazenda Nacional⁷⁰.

Esta política de imigração apresentava os seguintes problemas, segundo Eulália M.L.Lobo:

⁷⁰ Cf. Decreto nº 3784 de 19 de janeiro de 1867. Na Pasta 02-29-Doc. 291 - No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

- "- O alto custo do transporte em função das distâncias;
- os casos de febre amarela;
 - a repugnância dos imigrantes europeus pela escravidão negra;
 - a ignorância da língua portuguesa;
 - a diversidade de costumes entre o país de origem e o do destino;
 - a incerteza sobre as condições políticas e religiosas;
 - o fascínio pelos Estados Unidos e o Rio da Prata"⁷¹.

Diante desse problema imigratório, o Dr. Blumenau estava na Europa, valendo-se de toda a sua influência junto ao governo, a imprensa e ao povo alemão, no sentido de remover as causas que estavam entravando o surto emigratório para o Brasil. Em 1867, a pedido de Wendeburg, o governo Imperial autorizou o Dr. Blumenau, ainda na Alemanha, a contratar, ali, um pároco católico para a Colônia, pois o Vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo, transferira-se para a Paróquia de São Luiz Gonzaga, de Brusque. Ficando assim, os católicos da Freguesia de São Pedro Apóstolo e da Colônia Blumenau sem o respectivo Vigário.

Em fins de novembro de 1867 o Pe. Antonio Zillinski substituiu o Pe. Gattone até o dia 29 de janeiro de 1870. E, na Colônia Blumenau, assumiu o Curato, a 11 de dezembro de

⁷¹ LOBO, Eulália M.L. op. cit. p. 69

1869 o Pe. Guilherme Maria Roemer. Até a sua chegada na Colônia, o Pe. da Freguesia de São Pedro Apóstolo, serviu, igualmente ao Pe. Gattone, como cura dos católicos blumenauenses.

A passagem do Pe. Antonio Zillinski por Gaspar é ainda hoje uma incógnita. Levando em conta um depoimento seu, datado de 1871, perante a Cúria Diocesana de São Paulo. Onde ele afirma, que em dezembro de 1869, saiu de sua Diocese na Polônia e foi para Buenos Aires, de onde se retirou a 20 de maio de 1871⁷².

Verifica-se a inverdade deste documento assinado por ele, pois: 1º - de 1867 até início de 1870 ele foi vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo, conforme os livros de Registro da Paróquia de Gaspar; 2º - Em 26 de fevereiro de 1869, no Mapa Estatístico relativo ao ano de 1868, afirma:

"na vizinhança funciona o Pe. Antonio Zillinski da Freguesia São Pedro Apóstolo, que visita regularmente a Colonia"⁷³.

3º - Em fevereiro de 1871, o Governo da Provincia de Santa Catarina participava à Tesouraria da Fazenda que o Padre Antonio

⁷²Pasta Gaspar - No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

⁷³WENDEBURG, Hermann. Mapa Estatístico relativo ao ano de 1868 em 26/02/1869 - Na Pasta 02.33 - Doc. 332. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

Zillinski havia deixado de Paroquiar a Freguesia de São Pedro Apóstolo no dia 29 do mês de janeiro daquele ano⁷⁴.

Que razões teriam levado o Pe. Zillinski a esconder essa passagem do Bispo de São Paulo pela região. Pois, as informações sobre Zillinski eram, além de contraditórias, também suspeitas, havendo dúvidas em torno de sua verdadeira identidade. Conforme as correspondências de Boreslau Mrowczynski com José Ferreira da Silva, verifica-se na carta datada de 9/12/1972 que:

1º - O Pe. Zillinski informava ser da Galícia, ter nascido perto de Bydgoszcz e foi ordenado padre em 1850, mas o que Mrowczynski verificou nos Arquivos do Arcebispado de Gniezno, na Polônia, entre 1850 e 1863, não constava o nome do mesmo;

2º - Nesse tempo o vigário em Bydgoszcz (cidade que sempre pertenceu, e ainda pertence, ao arcebispado de Gniezno) era o padre Josef Turkowski de 1842 a 1870);

3º - No Arcebispado estava, na primeira parte do século XIX, o padre Wojciech Zillinski falecido a 5 de novembro de 1850, como vigário em Szadlowice, cerca de 20 km de Bydgoszcz. Porém, nesta mesma carta remetida ao Sr. José Ferreira da Silva, o Sr. Mrowczynski afirma que:

"a biografia de Zillinski em São Paulo,

⁷⁴ GOULART, Maria do Carmo. Imigração italiana em Brusque - um recorte histórico. Ed. do Autor, Brusque, SC, p. 19.

escrita por sua própria mão é a mentira"⁷⁵.

Segundo Edmundo Wós Saporski, o Pe. Zillinski, foi uma figura importante no desenrolar do processo da transmigração dos poloneses de Brusque para Curitiba⁷⁶.

Pouco se sabe a seu respeito, além dos apontamentos tirados da 'Haus-Kronik', que

"em fins de novembro de 1867 veio um novo padre, do México. Chamava-se Padre Antonio Zillinski. Este era dado à bebida e por isso, em janeiro de 1870, os missionários jesuítas que nos meados desse mez vieram fazer missões em Gaspar. Pe. Wendelino Bock S.J., do Rio Grande do Sul e Pe. Paulo, o levaram consigo"⁷⁷.

Sem dúvida alguma, o Pe. Zillinski foi um personagem da história de Gaspar, que, obviamente requer muita pesquisa para entender a sua passagem por essa Freguesia.

Como ficou transparente nos objetivos propostos para

⁷⁵ MROWCZYNSKI, Boreslau. Ao Sr. José Ferreira da Silva. Carta da tada de 09/12/1972. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Blumenau-SC.

⁷⁶ SAPORSKI, Edmundo Wós. Memórias. In: Anais da Comunidade Brasileira - poloneses. Curitiba, Gráfica Vicentina, 1972.

⁷⁷ Pasta "Imigração Polonesa". No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

este Capítulo, o estudo aqui ganharia uma postura comparativa, analisando-se primordialmente as ações desenvolvidas por autoridades da Freguesia de São Pedro Apóstolo de Gaspar, que visavam neutralizar ou contestar os interesses da Colônia Blumenau na região.

No entanto, o objetivo deste trabalho está na contestação da suposta dependência de Gaspar em relação a Blumenau, nos primórdios de sua história. Por esta razão, foi dado sempre ênfase aos documentos que enfocavam a ação de autoridades de Gaspar.

CONCLUSÃO

A realização deste estudo não pretendeu dar qualquer dimensão acabada para o tema, pois, representou, acima de tudo, oportunidade de trazer para os quadros da análise histórica as observações de uma realidade sujeita à novas interpretações.

Dentro de um contexto histórico regional, conclui-se que a criação das colônias do Arraial do Pocinho e do Belchior, em 1835, foi significativo pólo de vanguarda no processo colonizador da região do Vale do Itajaí, no decorrer do século XIX; tendo contribuído de maneira significativa, ao povoamento e ocupação econômica deste espaço territorial catarinense.

Ainda no aspecto histórico concluiu-se que a decorrência política da Freguesia no cenário regional, ocorrida a partir de meados do século XIX, ou melhor, em 1861, deveu-se à própria expansão da população original. A redução progressiva da importância da sede da Freguesia, neste mesmo cenário, não é indicador de fracasso da frente colonizadora que polarizou, mas sim, uma transferência do centro de gerência das relações sócio-econômicas para a Colônia Blumenau, pelo fundador da mencionada Colônia.

Ficou evidente a posição da independência histórico-cultural de Gaspar em relação à Blumenau, em função do processo de ocupação das terras de Gaspar ter ocorrido num período anterior ao da colonização européia do Vale do Itajaí. A Histo

riografia Catarinense trata dos primeiros moradores de Gaspar num espaço que não é o seu, mas sim o de Blumenau. Daí a preocupação do presente estudo, no sentido de recuperar a real identidade histórica de Gaspar que resultou numa definição mais clara desse espaço, como foi mostrado através da documentação compulsada. Concluiu-se, portanto, que a chegada do Dr. Blumenau ao Vale do Itajaí deu-se após o estabelecimento de colonos católicos em Gaspar, vindos anteriormente da Colônia São Pedro de Alcântara e até mesmo das proximidades. Gaspar apresentou, nos primórdios de sua história, um processo de povoamento que em nada dependeu de Blumenau e, ainda mais, antecedeu mesmo ao empreendimento do Dr. Blumenau.

Uma série de atitudes políticas permitiu que o Dr. Blumenau pudesse controlar a população católica de Gaspar, pois, após dez anos da Fundação da sua Colônia, era quase dono absoluto dessas terras. Por conseguinte, analisou-se também, através de documentos, que os lotes e terrenos estavam sendo medidos e demarcados bem antes da chegada do Dr. Blumenau. Apesar desta incorporação das terras, em 25.04.1861 foi criada a Freguesia de São Pedro Apóstolo, em Gaspar, onde a força moralizadora do Dr. Blumenau e o insuportável espetáculo da perseguição aos católicos reforçaram-se neste momento, pois sua intenção primeira era fundar uma colônia essencialmente de colonos protestantes. Em detrimento da criação da Freguesia em Gaspar, a Colônia Blumenau ficou subjugada às leis da Paróquia de São Pedro Apóstolo. Foi um fato auspicioso. Procedeu-se, assim, a dependência da Colônia Blumenau à Gaspar, quanto às eleições de Vereadores, juizes de Paz, como também à qualificação dos votantes, até o ano de 1873, que e-

levou o Distrito de Paz da Colônia à categoria de Freguesia, sob a invocação de São Paulo Apóstolo. Foi observado que a postura do Dr. Hermann Blumenau, foi da não submissão, constatada através do confronto de valores materiais e espirituais, se estendendo desde questões de limites até a superposição de interesses, escondendo a busca de um prestígio local ou regional. Materializando em conflitos, a estratégia do Dr. Hermann Blumenau era a de atrelar, o desenvolvimento da Freguesia de São Pedro Apóstolo ao seu então Distrito de Paz, dependente da referida Freguesia, embora Gaspar tenha se destacado assumindo um processo de colonização independente. Esta política de atrelamento de Gaspar à Blumenau foi severamente rejeitada pelo Pe. Gattone, uma vez que o mesmo assumiu a Paróquia da então Freguesia. Nas propostas entusiásticas do mesmo, concretizou-se a luta por um ideal que tinha a autonomia de Gaspar como objetivo maior. A definição do lugar onde foi construída a Igreja Matriz: a imposição vitoriosa dos limites com Blumenau e o trabalho evangélico desenvolvido pelo Pe. Gattone, mesmo fora da jurisdição de São Pedro Apóstolo são indícios incontestáveis da rejeição de Blumenau, que sempre conviveu com a população de Gaspar.

A atitude do Dr. Hermann Blumenau em não querer a supremacia da Freguesia, em detrimento da perda do poder da Colônia criada por ele, chegou ao extremo no ano de 1865, quando o Presidente da Província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, pretendeu fundar uma Colônia Nacional nas terras dos Ribeirões Grande e Pequeno do Gaspar, intercedendo contra, sua Colônia, Hermann Blumenau justificou não ser cabível, pois as

terras pertenciam, segundo ele, ao território privativo da Colônia Hermann Blumenau.

Assim demonstrou uma certa intransigência em não permitir a subdivisão, para a formação de outras Colônias, conservando toda a região sob seu domínio. Da mesma maneira, não permitiu que as negociações fossem feitas diretamente entre o Vigário da Freguesia de São Pedro Apóstolo e o Presidente da Província sem a sua participação.

Por outro lado, a imigração dos belgas no Vale do Itajaí não é pioneira, como também em São Pedro de Alcântara, não haviam belgas, nem de expressão francesa, nem de expressão flamenga. Deste modo, afirmar que belgas foram os primeiros moradores de Gaspar é uma temeridade histórica. Não obstante, exclui-se historicamente qualquer imigração direta da Bélgica para Gaspar.

Outro condicionante decisivo no processo de colonização, foi a navegação a vapor. Percebeu-se que o Rio Itajaí-Açú, primeiramente era navegável até Gaspar (Belchior), onde provavelmente os primeiros colonos se instalaram, devido ao fácil acesso que tiveram, se estabelecendo ao longo do rio (Vide anexo nº 16).

Este e outros temas tirados da problemática "Colonização de Gaspar", servem de elementos básicos para novas discussões que, pretende-se, possam se desenvolver a partir do presente trabalho. Que sirva como ponto de partida para novos

estudos sobre a colonização do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, é o nosso objetivo.

A N E X O S

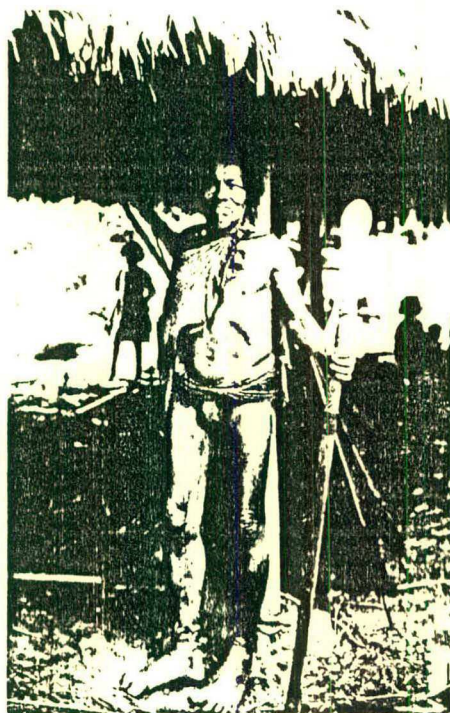
ANEXO Nº 1

BIOGRAFIA DO MAJOR JORGE ANTONIO, BARÃO DE SCHAFER

SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Povoamento, Imigração e Colonização. Joinville - 1983. p. XX.

Major Jorge Antônio, Barão de Schaffer, nasceu em 1779 na cidade alemã de Münnerstadt. Durante os últimos dez anos de sua vida, esteve ligado diretamente ao início da imigração organizada de alemães para o Brasil. Terminados os estudos de Farmácia e de Medicina, casou-se e transferiu-se para a Rússia. Depois de várias viagens de exploração pelo interior da Rússia, participou de uma viagem de circunavegação do globo, financiada pelo Czar, quando esteve a primeira vez no Brasil. De 1818 a 1822 voltou ao Brasil, quando travou relações com a Princesa D. Leopoldina e José Bonifácio de quem recebeu em agosto de 1822 "Instruções Secretas", que o levaram, em missão diplomática, para a Corte da Áustria, onde era Imperador o pai de D. Leopoldina. Deveria solicitar secretamente a Metternich, uma eventual ajuda diplomática da Áustria para o caso que o Brasil declarasse a sua independência política de Portugal. Depois, deveria conseguir sempre, agindo secretamente, soldados e oficiais alemães de todas as patentes, para formarem a Guarda Palaciana de D. Pedro I, quando o Brasil fosse independente. Além do que: COLONOS E MAIS COLONOS cumprindo a segunda parte destas instruções, encaminhou cerca de 2000 soldados oficiais alemães para o Rio de Janeiro, além de cerca de 7000 colonos, entre homens, mulheres e crianças, que foram encaminhados para Nova Friburgo e parte para São Leopoldo e São Pedro d'Alcântara, Fundador de Franketal (ao sul da Bahia, 1821), foi amigo e secretário particular de D. Leopoldina.

ANEXO Nº 2



KAM-REM foi um grande chefe da Tribo Kaingans do Vale do Itajaí, aldeado, depois, no Posto "Duque de Caxias" Rio Plate, Ibirama. Era filho do velho chefe Kussugn Kambexig Kamnha Hangma. Perdeu o braço direito ainda moço, em consequência de uma picada de Jararacuçu. Adaptou-se, porém, perfeitamente ao uso do braço esquerdo. Trazia sempre consigo uma pequena lança, feita especialmente para ele e que era a sua arma de guerreiro predileta. Provocou uma rebelião na tribo, expulsando um dos grupos de que a mesma era composta, sendo esse grupo obrigado a refugiar-se na região do município de Palmas, Paraná, para não ser completamente destruído. KAM-REM tornou-se, assim, chefe do restante da tribo. Tomou parte ativa em vários assaltos a fazendas e colonos. Na região de Lages, num ataque a tropeiros, foi ferido com um tiro de bala no ombro esquerdo, abaixo da clavícula. Era caçador muito hábil especialmente de catarbas. Morreu em 1946.

Informações dadas pela pesquisadora Sueli Petry.

FONTE: Pasta Caça/Pesca - 1.4-1.1 - No Arquivo H.J. Ferreira da Silva, Blumenau-SC.

ANEXO Nº 4

LEI QUE ESTABELECE AS DUAS COLÔNIAS, NO RIO ITAJAÍ-MIRIM E
NO RIO ITAJAÍ-AÇÚ

(11)
LEI DE 5 DE MAIO DE 1833.

N.º 11

Artigo 1.º Nos rios Itajahy, e Itajahy Meri, da Freguesia do Santíssimo Sacramento se estabelecerão duas Colônias, cada uma com dous Arraiaes.

Artigo 2.º Nos lugares denominados Possinho, e Taboleiro, aquelle no Itajahy grande, e este no Itajahy Meri, situarão os dous primeiros Arraiaes. Os dous ultimos, no caso de progredirem as Colônias, deverão ser, hum nas nascentes do Ribeirão da Conceição, braço deste ultimo, e o outro no alto d'aquelle, no lugar do Belehior ou mais acima, em sitio tal, que ambas as margens possam ser habitadas.

Artigo 3.º Podem ser Colonos, não só qualquer Cidadão Brasileiro; mas tambem os estrangeiros, que ao presente se acharem na Provincia, e os que para o futuro a vierem habitar.

Artigo 4.º A cada Colono se dará hum sorte de terras de douscentas braças de frente, sendo Solteiro, de trescentas sendo casado, e tendo este mais douez fillos quatrocentas, todas com quinhentas de fundo.

Artigo 5.º Ao Juiz de Paz do Districto fica compo-tindo fazer medir, e demarcar as sortes de terras, do maneira que fique sempre completa a superficie, quando, quer na frente; quer no fundo, se encontrar obstaculos ou terras inaproveitaveis, sendo as, despeças da demarcação feitas pela Fazenda publica, e obrigados os Colonos a satisfazer-as dentro do prazo de cinco annos.

As sortes de terras, que no fim de seis mezes não tiverem principio de cultura, não apresentando o Colono permisso do Presidente da Provincia, que prorogue o

prazo, serão consideradas vagas, e nos terminos de serem concedidas a quem as requerer.

Artigo 6.º Perderá o direito á sorte de terras o Colono, que em qualquer tempo a abandonar por trez annos consecutivos, e não a poderá vender, ou seus herdeiros, antes de passados dez annos a contar da data da concessão. As disposições acima não se entendem a respeito das benfeitorias.

Artigo 7.º Nos lugares designados para os Arraiaes ou Povoações na forma do Artigo 2.º se marcará hum extenção de quinhentas braças em quadro, para se estabelecer, da qual se distribuirá a cada hum Colono a necessaria porção para edificação da casa, reservando se o restante para logradouro Publico. A fundação dos Arraiaes precederá levantamento de plano para elle, que será mandado fazer pelo Presidente da Provincia.

Artigo 8.º Ficão contemplados como Colonos os posseiros ja estabelecidos nos lugares designados no Artigo 1.º, por permisso do Presidente da Provincia, e confirmados na posse intima, em que se achão.

Artigo 9.º Os Colonos serão isentos de todó o onus pessoal fora do Districto da Colonia e de imposições de qualquer natureza, que sejam, por tempo de dez annos. As outras vantagens porão, e a Concessão gratuita da terrenos, cessarão, a contar do primeiro de Março de mil oitocentos trinta e oito em diante.

Artigo 10.º Ao Presidente da Provincia compete dar cumprimento á presente Resolução, dando conta á Assembléa Provincial, em cada humo de suas Sessões, do estado das referidas Colônias.

Artigo 11.º Ficão derogadas todas as disposições em contrario.

FONTE: Registro de Leis de 1835.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Fpolis.

ANEXO 5

NOME DOS LAVRADORES COM AS RESPECTIVAS QUALIDADES E QUANTIDADES
DA COLHEITA DE 1850, NA COLÔNIA ITAJAÍ-GRANDE

Aqui junto tenho a honra de passar as mãos de V.Exa. a relação que contém os nomes dos lavradores da Collonia do rio grande de Itajahy e bem assim as qualidades e quantidades que cada hum lavrou nesta última colheita.

Segundo os portos que tenho tido do Sargtº Commande. do Destacamento estacionado no Belchior sob minha direção, athe no presente não tem havido a menor novid. e sempre setem recolhi dos as Escoltas sem emcontrar o menor vestigio de gentio. Deos Guarde. Itajahy, 30 de janeiro de 1851. Ao Pres. João José Coutinho. Henrique Etur. Major.

FONTE: Pasta Carlos Ficker - Lote 1643

Collonia Itajahy - 1851-1852-12. Arquivo Histórico de Joinville - Joinville-SC.

Redução do Montante Catão no Collégio de H. de S. Paulo no Anno de 1850

Ordem	Nomes	Receitas	Despesas	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo	Saldo
1	Thomaz Blumman	50	100	120	100	100	100	100	360
2	Paulo Meyer	20	100	120	100	100	100	100	150
3	Paulo Lucas	11	100	100	100	100	100	100	0
4	Henrique Fogaça	6	20	10	10	10	10	10	35
5	Francisco Antonio D. Oliveira	11	4	80	10	10	10	10	10
6	Chapman Antonio D. Souza	11	10	30	10	10	10	10	10
7	Luiz de Figueiredo	11	10	20	10	10	10	10	10
8	Antonio Fogaça	11	4	30	10	10	10	10	10
9	Domíngos de Faria Magalhães	11	10	10	10	10	10	10	10
10	Antonio José de Oliveira	11	10	10	10	10	10	10	10
11	Manoel D. Almeida	11	10	10	10	10	10	10	10
12	Antonio Francisco Ferreira	11	10	10	10	10	10	10	10
13	Manoel Ruy Pereira	11	10	10	10	10	10	10	10
14	Francisco de Costa	11	10	10	10	10	10	10	10
15	Antonio D. de Aguiar	11	10	10	10	10	10	10	10
16	Francisco Ruy de Faria	3	10	100	10	10	10	10	10
17	Probat D. de Faria Junior	7	30	100	10	10	10	10	200

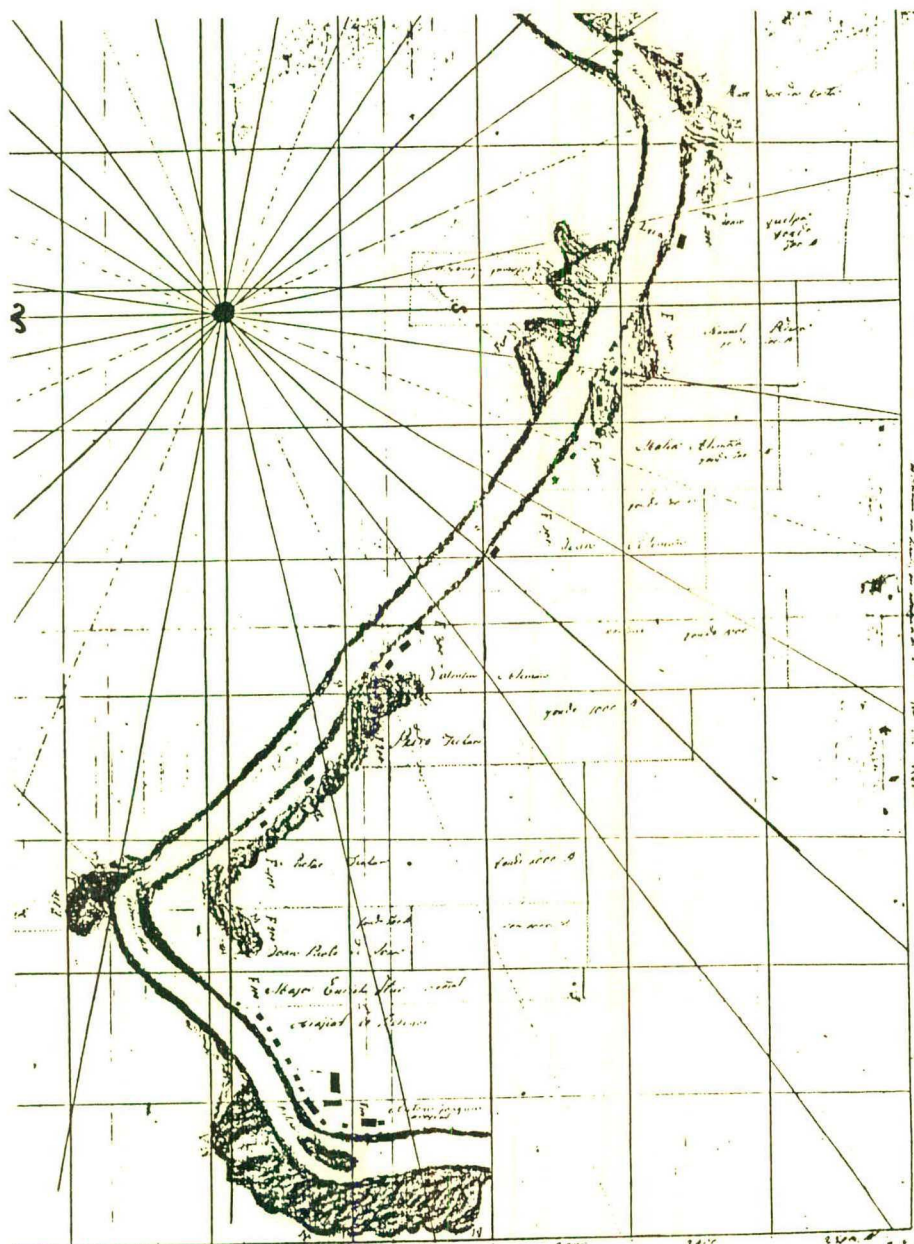
Number	Name	194	629	1482	33	3233	72	1405
35	Trangate	194	629	1482	33	3233	72	1405
36	Manuel Jose Pereira	6	"	16	3	40	2	62
37	Frederico Gaudin	12	40	60	24	100	4	12
38	Jos. Rupe	2	4	"	10	40	11	20
39	Manuel Bennis Nobello	10	"	30	"	20	3	40
40	Jos. Soares Nobello	5	"	30	"	20	2	30
41	Leod Antunes Vanguiter	2	"	24	"	50	"	"
42	Jacob Miller	1	10	10	40	50	"	"
43	Jos. Luiz de Aguiar	3	"	40	40	4	"	30
44	Joachim Pereira	"	"	"	"	40	30	"
45	Arcebas Binche	"	"	6	"	80	"	"
46	Jos. Aguiar de Silva	2	"	40	100	"	"	"
47	Joachim Aguiar	4	"	"	100	"	"	24
48	Henrique Planguen	3	25	20	"	200	"	"
49	Michels Coral	"	16	"	"	100	"	"
50	Jos. Francisco	"	4	30	"	40	"	"
51	Manuel Pascoal Marting	1	"	24	"	100	"	"
52	Carlos Manoel	28	12	40	24	300	10	"
53	Luiz Antonio de Oliveira	"	"	"	"	30	"	"
54	Alexandre Jose Moreira	"	"	110	50	40	"	"

53.	Agostinho, Henry van Ameringen	3	"	80	100	100	"	"
56.	Luis David, Agard	"	"	76	"	58	6	"
57.	Agostinho, David, Agard	"	"	86	16	20	2	"
58.	Estherina Juliana Samvelly	"	20	200	20	"	"	"
59.	Francisco Amantillo	"	20	26	"	2050	20	"
60.	Carla Gould	"	10	"	"	"	"	"
61.	Luzmila, Mita	"	26	"	12	122	26	"
62.	Luis Markov	6	30	"	62	300	16	"
63.	Ignacio, Andres	2	26	"	"	100	14	"
64.	Carla Cathleen	10	12	"	"	80	43	"
65.	Romana, Wladimir	"	8	"	"	"	2	"
66.	Lomara, D. Sam	8	8	"	"	"	2	"
67.	Lomara, Dr. Candor	"	2	"	"	100	"	"
68.	Luz, Agostinho	5	3	"	"	75	1	"
69.	Fabio, Agostinho	5	3	"	"	75	1	"
70.	Guillermo, Henry, Auguste, Adam	92	"	"	"	"	"	1200
71.	Lomara, Mita	"	40	"	"	400	16	"
72.	Angelo, Guenther	"	2	"	"	"	1	"
Summe Total		104	743	2486	636	637	300	2933

Mayaguez, P.R., January 20, 1854

Henry van Ameringen

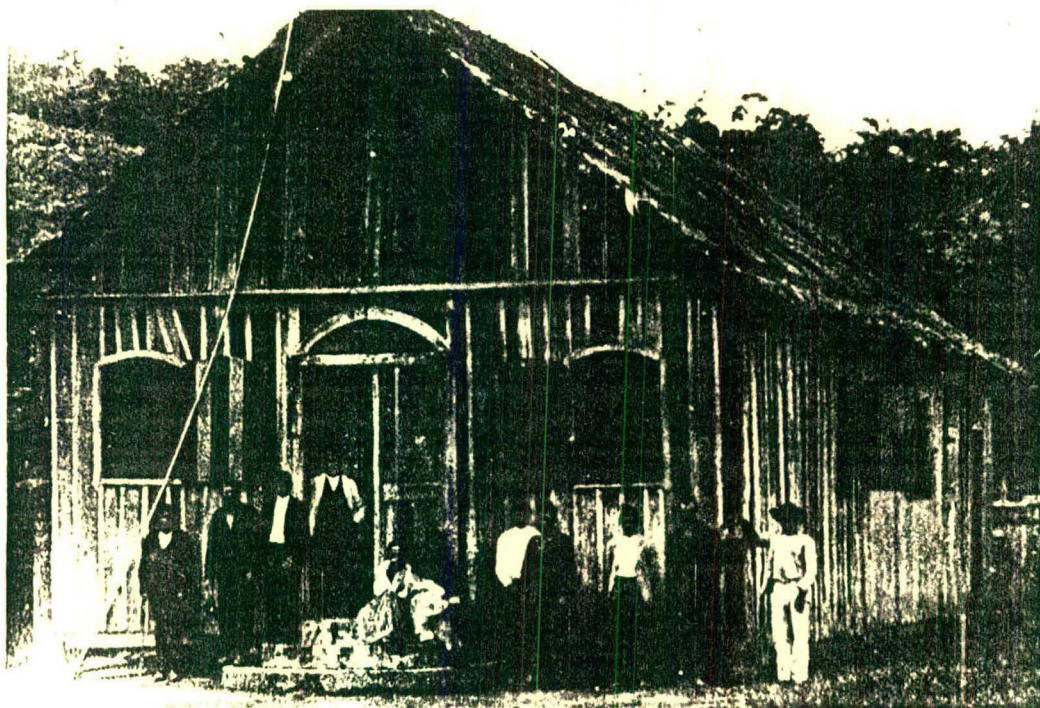
ANEXO Nº 6

OS MORADORES DE BELCHIOR E A DIVISÃO DA TERRA EM
LOTES ATÉ GASPAR, EM 1846

320
 P. Transm. Lote 1643
 De João de Deus Ficker
 1846
 João de Deus Ficker
 (Signature)

FONTE: Pasta Carlos Ficker - Lote 1643,
 Colônias Itajahy-1843
 Arquivo Histórico de Joinville-SC.

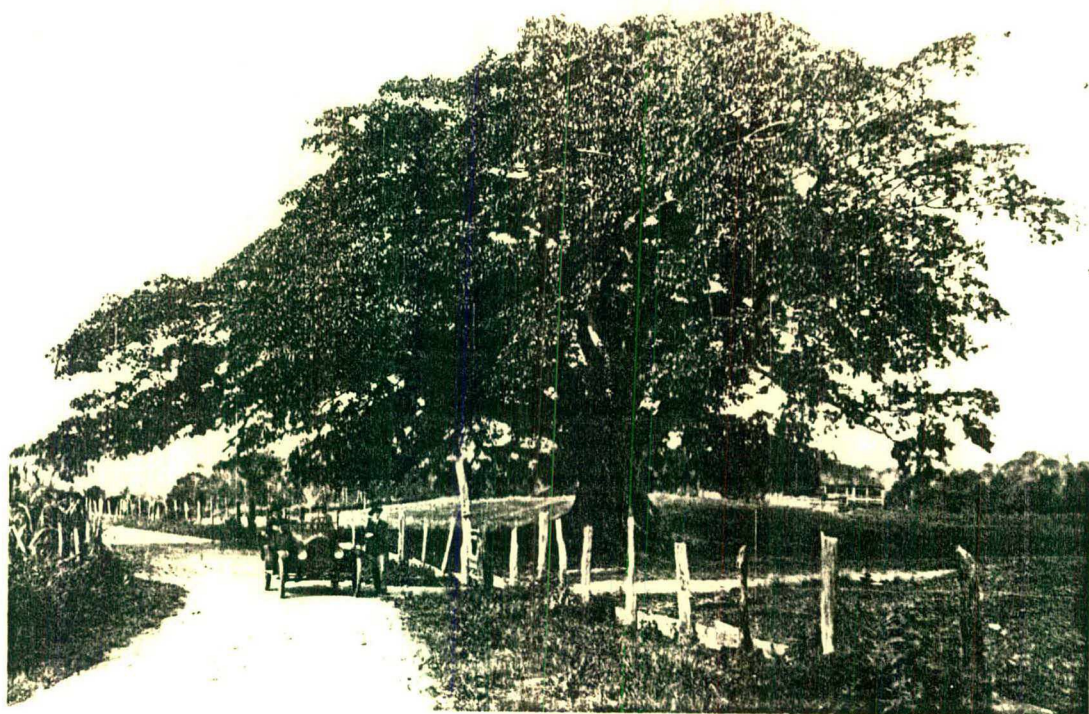
ANEXO Nº 7



Capela construída pelos colonos de Belchior em 1850. Teve como padroeira Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem ainda existe. Foi a primeira Capela da zona de colonização alemã do Vale do Itajaí. Era construída em táboas, ripas de palmitos e folhas desta planta, em terreno doado por João Kocher.

FONTE: Cidades Catarinenses - Gaspar
22.G.13 - No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva,
Blumenau-SC.

ANEXO Nº 8

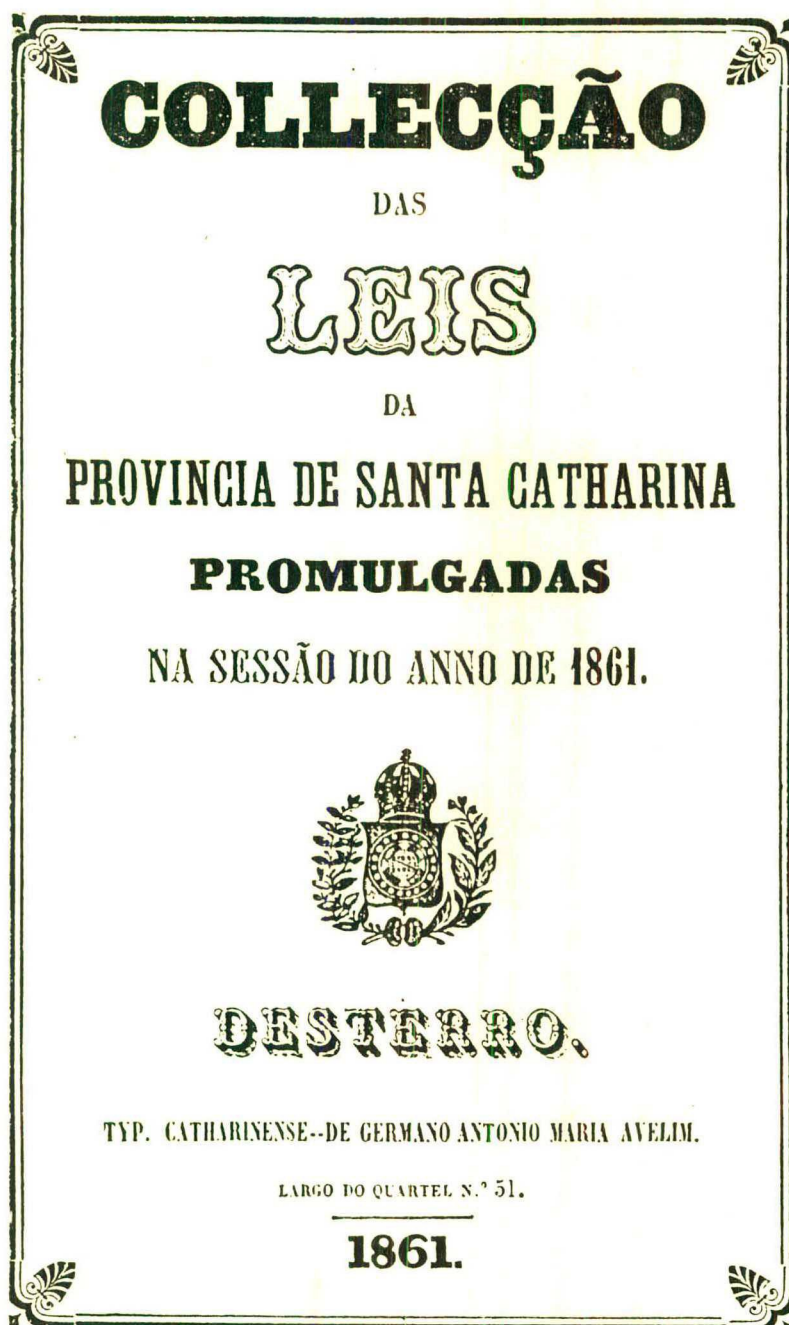


Figueira centenária, na estrada entre Blumenau e Gaspar. Próxima a parada da Estrada de Ferro de Santa Catarina, "Figueira". Por Lei Municipal (Gaspar) de 1940, foi considerada monumento público, baseado no Código Florestal pela Resolução nº 21 de 09 de junho de 1943, pelo Prefeito Leopoldo Schramm. Ela foi derrubada nos fins da década de 70.

FONTE: Cidades Catarinenses - Gaspar.

22.G.1.1.1. - No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

ANEXO Nº 9



FONTE: Collecção das Leis da Província de Santa Catharina, Promulgadas na Sessão do anno de 1861. Desterro, Typ. Catharinense de Germano Antonio Maria Avelim, Largo do Quartel, nº 51, 1861. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Florianópolis-SC.

— 10 —

Lei n. 309 de 25 de Abril de 1861.

CREA NO LUGAR DENOMINADO « GASPAR » NO RIO ITAJAHY, UMA FREGUESIA COM A DENOMINAÇÃO DE « SÃO PEDRO APOSTOLO. »

João José de Andrade Pinto, Vice-Presidente da Provincia de Santa Catharina.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial Decretou, e eu sancionei a Lei seguinte :

ARTIGO 1.º Fica creada no lugar denominado « Gaspar » no rio Itajahy, uma Freguesia com a denominação de « São Pedro Apostolo. »

ARTIGO 2.º Os limites d'esta Freguesia serão os seguintes : ao Norte os da Freguesia da Penha ; ao Sul os da de Cambriú ; ao Oeste o Ribeirão da Praia-grande, e a propriedade de Luiz Scheffen ; e a Leste os Ribeirões de Luiz Alves.

ARTIGO 3.º Servirá de Matriz, em quanto não houver Templo mais appropriado, a Capella ali edificada pelos povos.

ARTIGO 4.º O Presidente da Provincia procurará obter do Excellentissimo Prelado Diocesano a confirmação d'estas disposições na parte ecclesiastica, e creará, desde já, um Districto de Paz na nova Freguesia.

ARTIGO 5.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo da Provincia de Santa Catharina aos vinte e cinco dias do mez de Abril de mil oitocentos e sessenta e um, quadregésimo da Independencia e do Imperio.

(L. S.)

João José de Andrade Pinto.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia Manda executar o Decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve per bem sancionar, creando no lugar denominado « Gaspar, » no rio Itajahy,

— 11 —

uma Freguesia com a invocação de «São Pedro Apostolo» como acima se declara.

Para Vossa Excellencia ver.

José Caetano Cardoso a fez.

Nesta Secretaria do Governo da Provincia de Santa Catharina. foi sellada e publicada a presente Lei aos 25 dias do mez de Abril do 1861.

Manoel da Costa Pereira.

Registrada a folhas 100 verso do Livro 3.º de Leis Provinciaes. Secretaria do Governo da Provincia de Santa Catharina 25 de Abril de 1861.

José Caetano Cardoso.



ANEXO Nº 10



Padre Alberto Francisco Gattone
1º Vigário de Gaspar e Brusque
*09/10/1834
+28/01/1901

ANEXO Nº 11



HERMANN BRUNO OTTO BLUMENAU
FUNDADOR DE BLUMENAU

* 26/12/1819

+ 30/10/1899

ANEXO Nº 12

INDICAÇÃO DO Pe. GATTONE PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSOR
PELO DIRETOR DA COLÔNIA ITAJAÍ, BARZILAR COTTLE

Sendo vaga a escola publica do
 sexo masculino da colonia Brusque,
 rogo respectivamente a V. Exa. dignar-se
 dar as necessarias providencias
 a respeito da nomeação d'uma
 pessoa habil para servir de
 professor d' aquella escola publica.
 Torem conhecendo eu, que a colonia
 Brusque he uma colonia uni-
 versalmente catholica, julgo ser
 prudente e conveniente a escolha
 d'um professor catholico para
 aquella escola mencionada, e
 como ja ha ha tres mezes tenho
 pedido a V. Exa. dignar-se nomear
 o Rdo Padre Alberto F. Gattone, la-
 pellão d'este estabelecimento para
 professor da escola publica da
 colonia Itajaí - Brusque, assen-
 tendo o desejo do Exmo. Sr. Presi-
 dente da Provincia e como he
 o desejo dos colonos em grande
 maioria catholicos desta colonia

Não posso deixar de agradecer
 a V. Exa. os meus votos
 aquelles do Camarão. Presi-
 dente da Provincia e do
 povo desta Colonia pedindo
 ainda uma vez a V. Exa.
 a dignidade de nomear
 o referido Sr. Padre Gattone
 Capellão desta Colonia para
 professor da escola publico
 do sexo masculino desta
 Colonia Itajaty, estando
 eu perfectamente certo da
 habilitação do referido sa-
 cerdote e do interesse que
 o mesmo tem ao respeito
 da educação dos meninos
 da Colonia.

Hum. e desconf. Deusguarda a V. Exa.
 Vice-Presidente
 da Prov. de
 S. Catharina
 Colonia Itajaty, 13 de Setembro de
 1867. O Director da Colonia Itajaty.
 Bonifácio Gattone

ANEXO Nº 13

PEDIDO DE NOMEAÇÃO PARA PASTOR E CURA RESIDENTE DO Pe: GATTONE
PELO DIRETOR DA COLÔNIA BRUSQUE, BARÃO DE SCHNEEBURG

Nº 15
Diretoria da Colônia Brusque no Itajaí-Mirim
em 2 de Março de 1863

M.º e C.º J.º

Senhor
Vendo a residência permanente de um sacerdote católico nesta
Colônia indispensável para a conservação da moralidade, emulação
para o trabalho e boa ordem desta povoação, a seu espiritual, ege
evidentemente também a seu material progresso, como prova os
resultados da sacrificadora missão a que durante o culto expoz de
seus amonstos o Rev.º Padre Gallone S.º da frequência de St.
Pedro Apostolo se consagrou nesta Colônia, e pronunciando todos
os felizes católicos unanimemente o desejo, e pedindo muitas in-
tervenções para com V.ª E.ª assim de que seja o mesmo Rev.º Bran-
gallone nomeado seu Pastor e cura residente nesta Colônia Brusque,
cumprir-me apresentei respectivamente a V.ª E.ª este geral de
seja do povoado católico, ao qual permitto-me unir o meu próprio
assim de que V.ª E.ª se digne na sua benevolência proteger por
providências adequadas das Supplicas dos felizes para com o go-
v.º. Geral, rogando humildemente a V.ª E.ª que o mesmo Rev.º
Padre Gallone receba então o ordenado devido nesta Colônia, que
(sólo luo) importa em um conto de reis annuaal estipulado para
os Sacerdotes catholicos e protestantes das Colônias do Itajaí-Mirim

Deos guarde a V.ª E.ª

M.º e C.º J.º Capitão Tenente Pedro Lúcio da Cunha
Presidente da Província de S. Catharina

O Director da Colônia
Barão de Schneeburg

FONTE: Pasta Brusque, Ano 1863, Museu Histórico
do Itajaí-Mirim - Brusque-SC.

ANEXO Nº 14

Freg^a de São Pedro, 27 de
em 4 de Junho de
1864.

M. M. M. D. H. O. Blumenau
M. D. Director da Col. Blumenau.

Senhor recebido, manifestar do Sr.
Presidente da Província, que me
pede informações acerca da
despesa a fazer-se com o am-
tado para a Col. de São Pedro, de
uma viagem para prosseguir
para o melhor governo e fazer
o devido ensino, me corno-
mente conferir o seu melhor
entender, e está accorde, prova
que com uma multa coa
vacas e um bom entendimento
entre os seus, seja a tri-
d'este, urgência, e declinar
da Col. de São Pedro.

Deos guarde a V. M.

João de Deus
Director da Col. de
Blumenau.

João de Deus
Director da Col. de
Blumenau.

ANEXO Nº 15

Posto 12/3

Nº 7 - Diretoria de Colônia Blumenau, av. 31 de
janeiro de 1871.

Ilmo. e Exmo. Sr.

102.38

384

Venho respeitosa e necessariamente a apresentar à bene-
volente atenção de V. Excia. um importante interesse
de uma não pequena parte da população desta
colônia e sua vizinhança, solicitando V. Excia.
queira dignar-se de apresentar à Assembleia
Legislativa de província os seguintes assuntos:

Os limites determinados, há mais de
40 anos, entre o distrito de faz. propriamente
dito desta Colônia e o freguesia contígua de
São Pedro Espírito, de cujo território grande por-
te também está pertencendo à colônia Blumen-
au e especialmente a que da própria propra-
ção daquela, sita entre os dois ribeiros, do Gas-
par grande e pequeno, se estende, rio para ci-
ma, eram já no princípio pouco próprios
e convenientes para os interesses de uma parte
da respectiva população e carecem atualmente
com urgência de rectificação e de nova determi-
nação.

Sendo este limite configurado no ma-
pe anexo com cor verde, estendiam-se na mar-
gem do rio exatamente até ao pé da própria
propração desta colônia. No interior, porém,
que no decurso do tempo se estabeleceram
considerável número de famílias, tanto na-
cionais como emigradas, não foi determinada
existia alguma.

Resultam daí incertezas e conflitos en-
tre as autoridades, sendo sobretudo difficul-
tada a execução da Polícia na propração desta Co-
lônia e custosos para a população contígua, com
parte com exclusão de duas famílias, as de
colônias alemãs, dever permanecer nos direitos
muitos vezes em duas jurisdições, antetanto
que se acham em relação quasi diárias com esta
mesma propração, assistido nela ao culto diu-

vino de ambas as creanças e as festividade, e fazendo relap, quase todos os seus negócios. Considerando todas essas circunstâncias e os desejos da respectiva população, permitto-me portanto, indicar a conveniência de fixar novos limites entre os dois distritos que, consultando e harmonizando todos os interesses, acabam ao mesmo tempo com as incertezas.

Estes limites propostos, figurados no mapa anexo, com linha encarnada e seguindo, quanto for possível a divisão natural do terreno pelas montanhas, principiam na margem direita, ou do sul do rio Itajaí. Aí com o terreno do estinto arcaial do Belchior e seguem a linha divisória do mesmo, com Augusto Osbert e outros colonos, continuando na linha divisória ocidental das terras de Nicolau Deschamps, senior, de Pedro Wagner e Eschachel e outros, de maneira que a população e as terras sitas ao Este desta linha e no vale do Ribeirão da Gaspar grande, pertenciam de freguesia de São Pedro Apóstolo, entretanto que as que se acham ao Oeste das mesmas linhas e no vale do Ribeirão do farão fiquem pertencendo ao distrito de Paz de Blumenau.

Na margem do norte, ou esquerda do Itajaí. Aí, o limite segue a linha divisória entre as terras de Luciano José de Campos, Luiz Wagner, Bento Malaguiy de Silva, e um terreno de José Pedro Dias de Moura, que ficam pertencendo à freguesia de São Pedro Apóstolo de um lado e as terras dos colonos Kunscho, Brandes, Thiel e outros que se acham nas margens do rio Itajaí e nos seus afluentes, o Ribeirão de Honpava e a parte inferior do do Fortaleza, de outro lado, que ficam pertencendo ao distrito de Paz da Colônia.

Adotando-se estes limites, além das de correspondência por muitos annos às necessidades e conveniências do serviço publico, bem como aos desejos e cômodos da população, in-

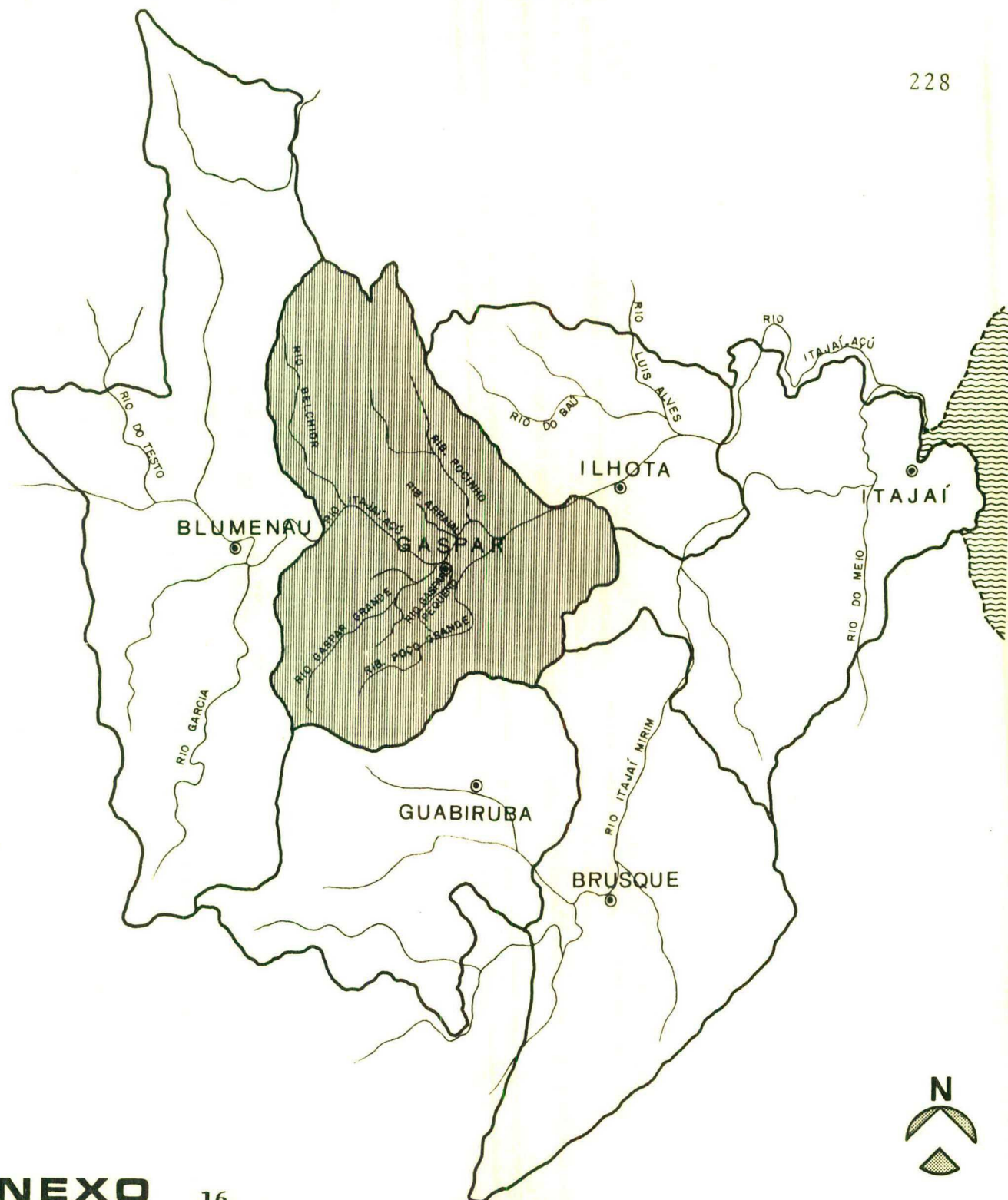
terceira na questão.

Além desta rectificação dos limites, era de grande e urgente conveniência, elevar o distrito de paz desta colônia à categoria de efetiva freguesia como a invocação de São Paulo Apóstolo, para o que actualmente possui todos os requisitos exigidos. A capela provisória a esse respeito, com a invocação indicada, construída e acabada no ano passado, pode servir de matriz, enquanto não for acabada a propria, boa e bela matriz, que se acha em construção, de mesmo tamanho como durante muitos anos tem servido de tal a capela provisória, que existe na vizinha freguesia de São Pedro Apóstolo, quando esta for criada e à qual a nossa não cede em tamanho e decência. A população da nossa colônia excede a 6.000 almas e elle é munida de cura ou capetão, bem como de todos as autoridades que competem a uma freguesia. Vallando-lhe, porém, a própria categoria de freguesia, a população na occasião das eleições tem de sofrer o grave incômodo de uma viagem para a matriz da vizinha freguesia. Por todas estas razões, o abaixo assinado e a população interessada neste assumto, se entregam à humilhada e esperanças de que V. Excia. na sua benevolência e solícitude pelo bem-estar dos povos, confrados à municipalidade administradora da Província, se há de dignar adrogar os indicados interesses perante a próxima Assembleia Legislativa da Província, e que esta, no seu esclarecido zelo, haja de despachar os indicados assumtos na sua próxima reunião.

Atus guarde a V. Excia.
 Ilmo. e Excmo. Sr.
 Dr. Joaquim Bandeira de Góes
 Presidente da Província.

O Director Dr. J. B. Fernandes

— X —



ANEXO 16

MAPA DA REGIÃO DO BAIXO VALE DO RIO ITAJAÍ

FONTE:
ADAPTAÇÃO DO ATLAS DE SANTA CATARINA
1986
ELABORAÇÃO:
MARIA ZILENE CARDOSO
ESCALA:
1: 350.000



BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Primárias

1.1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau-SC.

Documentação:

- Colônia Particular - Blumenau - 1850 - 1860 - 13 pastas.
- Colônia Imperial - Blumenau - 1860 - 1882 - 80 pastas.
- Vila e Município de Blumenau - 1883-1884 - 4 pastas.
- Descrição do Rio Itajahy-Açú pelo Engenheiro C. Rivieri - 1 pasta.
- Escritura e Declaração de Terras de Agostinho Alves Ramos, às margens do Itajaí-Mirim e Açú - 1 pasta.
- Gaspar - 1 pasta
- Porto Belo - 1 pasta
- Religião: Igreja Matriz São Pedro Apóstolo de Gaspar - 1 pasta.

Fotografias.

- Seleção e cópias de fotografias.

Livros:

- Livro de Termos de Juramentos 1883/1899 - Ata de Jramento da Câmara Municipal da Vila de Blumenau.
- Primeiro Livro de Notas do Cartório do Distrito de São Pedro Apóstolo de Gaspar.
- Transcrição integral das Atas da Câmara Municipal de Blumenau - 1883/1885.

1.2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina - Florianópolis.

- Correspondências dos Arciprestes e Vigários para Presidente da Província - 1860 - 1890 - 13 vols.
- Correspondências de Diversos para Governadores - 1930/34 - 2 vols.
- Correspondência do Ministério da Agricultura para Presidente da Província e Governadores. 1861/1958 - 33 vols.
- Correspondências das Prefeituras Municipais para Secretaria do Interior, Justiça, Educação, Saúde, Governadores e Tesouro. 1931/1960 - 29 vols.
- Correspondências do Presidente da Província para Arciprestes e Vigários - 1860/1888 - 3 vols.
- Correspondências do Presidente da Província e Governadores para o Ministério da Agricultura - 1861/1960 - 42 vols.
- Discurso do Presidente da Província João Carlos Pardal, apresentado na Assembléia Legislativa em 1839. Desterro, Tip. Provincial, 1829 - 25 cópias.
- Livros de Sesmarias - 1753/1823 - 3 vols.
- Livros de Títulos definitivos de Terras - COLECATE - 1860/1870.
- Mensagens dos Governadores para Agentes de Paquetes. 1850/1875 - 3 vols.
- Ofícios da Assembléia Legislativa Provincial para Presidente da Província, 1835/1889 - 24 vols.
- Ofícios dos Agentes de Paquetes ao Presidente da Província. 1857/1889 - 14 vols.

- Ofícios dos Chefes de Polícia para Presidente da Província e Governadores. 1850/1893 - 20 vols.
- Ofícios dos Juizes de Paz para Presidente da Província e Governadores. 1890/1907 - 4 vols.
- Ofícios de Terras e Colonização para Presidente da Província, 1856/1870 - 7 vols.
- Registro do Presidente da Província para Agentes de Paquetes. 1860/1875 - 3 vols.
- Registro do Presidente da Província para Colônias. 1863/1875. 3 vols.
- Registro do Presidente da Província para o Ministério do Império. 1832/1875 - 12 vols.
- Registro de Vigários - COLECATE. 1850/1860 - 63 vols.
- Relatórios, Falas e Mensagens dos Governadores apresentados à Assembléia Legislativa Provincial. 1833/1880. 74 vols. ;anusc. e impresso.
- SANTA CATARINA. Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1934. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1935. 495p.
- SANTA CATARINA. Coleção de Leis Provinciais. 1835/1840. 328p.

1.3. Arquivo Histórico de Joinville

Acervo Particular de Carlos Ficker

- Documentação de Babitonga, lote nº 1639.
- Documentação de Blumenau, lotes nºs. 1640, 1641, 1653;
- Documentação da Colônia Itajahi de 1843 a 1852 - Itajahy
- Documentação de Sesmarias - 1795, lote nº 1643;
- Documentação da Colonização Belga, lote nº 1648;

- Documentação - Diversos, lote nº 1654.

1.4. Biblioteca Pública Estadual - Florianópolis.

Jornais

- O Argos - Desterro- 1856/1862.
- Cidade de Blumenau - Blumenau. 1932/1939.
- Correio Oficial - Desterro, 1860/1861.
- O Estado - Florianópolis. 1934/1989.
- O Gasparense - Gaspar - 1929/1930. In: Diversos 30.
- Jornal de Santa Catarina - Blumenau. 1971/1989.
- O Município de Brusque. 1954/1959.
- O Nacional - Blumenau. 1918/1919.
- O Pharol - Itajahy. 1904/1910.
- República, Desterro/Florianópolis. 1934/1937.
- Voz de Gaspar - Gaspar. 1953/1956.

1.5. Paróquia São Pedro Apóstolo - Gaspar

Documentação - Assentamentos

- Livro de Batizados I - 1867 a 1879.
- Livro de Batizados II - 1879 a 1882.
- Livro de Batizados III - 1885 a 1890.

Os nascimentos em folhas anexas do Livro Suplemento de Batizados.

1871-1878

1874-1882

1874-1886

- Livro de Óbitos - 1907 a 1940.
- Livro de Casamentos - 1867 a 1920.

Livros Tombo

- I Livro 100 fls. - rubricadas pelo Padre Alberto José Gonçalves, Secretário da Visita Episcopal. 02/09/1895.
- II Livro - 1934 -1893 - aberto e rubricado por Frei Francisco Xavier, com ordem de D. Pio de Freitas, Bispo Diocesano de Joinville - 06/09/1932.

1.6. COLECATE

- Coordenação de Legitimação e Cadastramento de Terras Devolutas - Coleção Catarinense de Terras. Florianópolis-SC.
- Mapas - 1864/1900.

1.7. Mitra Metropolitana de Florianópolis

- Batizados - Brusque - 1861/1871.
Registro de Batismo da Paróquia, da Freguesia de São Pedro Apóstolo em Itajahy no Gaspar. Em 01 de fevereiro de 1861. Padre Alberto Francisco Gattone - Vigário-208p.

1.8. Museu Histórico de Itajaí

- Livro de Acta das Eleições de Vereadores e Juizes de Paz - 1861
Código 01
Ano 1861
Etiqueta 01
- Qualificação de Votantes da Freguesia de São Pedro Apóstolo.
Código 01 Ano 1861 Etiqueta 01

Código 01	Ano 1869	Etiqueta 12 nº 6
Código 01	Ano 1869	Etiqueta 06 nº 2
Código 01	Ano 1872	Etiqueta 01 nº 5
Código 02	Ano 1872	Etiqueta 12 nº 6
Código 02	Ano 1878	Etiqueta 15 nº 4

1.9. Revistas

- Blumenau em Cadernos - 1º de novembro de 1957 -
Tomo I - nº I - Editora da Fundação Casa Dr. Blumenau.
- Tomo I - nº 2 a 11 - 1958
- Tomo II - nº 1 a 11 - 1959.
- Tomo III - Nº 01 a 11 - 1960.
- Tomo IV - nº 01 a 11 - 1961.
- Tomo V - nº 01 a 11 - 1962.
- Tomo VI - nº 01 a 11 - 1963.
- Tomo VII - nº 01 a 11 - 1964/65.
- Tomo VIII - nº 01 a 11 - 1966/67.
- Tomo IX - nº 01 a 11 - 1968.
- Tomo X - nº 01 a 11 - 1969.
- Tomo XI - nº 01 a 11 - 1970.
- Tomo XII - nº 01 a 11 - 1971.
- Tomo XIII - nº 01 a 11 - 1972.
- Tomo XIV - nº 01 a 11 - 1973.
- Tomo XV - nº 01 a 11 - 1974.
- Tomo XVI - nº 01 a 11 - 1975.
- Tomo XVII - nº 01 a 11 - 1976.
- Tomo XVIII - nº 01 a 11 - 1977.
- Tomo XIX - nº 1 a 11 - 1978.
- Tomo XX - nº 01 a 11 - 1979.

- Tomo XXI - nº 01 a 11 - 1980.
 - Tomo XXII - nº 1 a 11 - 1981.
 - Tomo XXIII - nº 01 a 11 - 1982.
 - Tomo XXIV - nº 01 a 11 - 1983.
 - Tomo XXV - nº 01 a 11 - 1984.
 - Tomo XXVI - nº 01 a 11 - 1985.
 - Tomo XXVII - nº 01 a 11 - 1986.
 - Tomo XXVIII - nº 01 a 11 - 1987.
 - Tomo XXIX - nº 01 a 11 - 1988.
 - Tomo XXX - nº 01 a 11 - 1989.
 - Tomo XXXI - nº 01 a 11 - 1990.
-
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nº 1, 3a. fase, II sem., 1979. Imprensa Universitária, Florianópolis, 202p.
 - nº 2 - 3a fase - I sem. 1980, 147p.
 - nº 3 - 3a. fase - 1981, 113p.
 - nº 4 - 3a. fase - 1982/83, 406p.
 - nº 5 - 3a. fase - 1984, 306p.
 - nº 6 - 3a. fase - 1985, 204p.
 - nº 7 - 3a. fase - 1986/87, 327p.
 - nº 8 - 3a. fase - 1988/89, 287p.
-
- Revista do Instituto Histórico de Petrópolis - Volume I, Departamento de Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1950.
-
- Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume 219 - Departamento de Imprensa Na-

cional, Rio de Janeiro, 1953.

2. Fontes Secundárias

01. ALBUM DO 1º CENTENÁRIO DE BRUSQUE. Brusque, Edição da Sociedade de Brusque, 1860, 4 de agosto de 1960.
02. ALVES, Marli S. Homenagem a Leopoldo Schramm. Gaspar, Prefeitura Municipal, 1982.
03. AVE-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Tradução de Teodoro Cabral, Belo Horizonte, Itatiaia/Ed. USP, 1980. 356p.
04. BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a História Catharinense. Florianópolis, Livraria Moderna, 1912. 436p.
05. BRITO, Paulo José Miguel de. Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina, escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816. Lisboa, Typ. da mesma Academia, 1829. 108p.
06. BUCHELE, Carlos Júnior. A Bacia do Itajaí. Ed. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional Geográfico, Diretoria Regional de Santa Catarina, Florianópolis, série 1, nº 2, Departamento Estadual de Geografia e Estatística.

07. CABRAL, Oswaldo R. Brusque - Subsídios para a História de uma Colônia nos Tempos do Império. SAB, 1958.
08. _____. História de Santa Catarina. 2 ed., Rio de Janeiro, Laudes, 1970. 458p.
09. CARDOSO, Ciro F. Uma introdução à história. São Paulo, Brasiliense, 1982.
10. CARONE, Edgard. A República Velha I. Instituições e Classes Sociais, 3 ed., São Paulo, Difel, 1975.
11. CARR, E.H. O que é história. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
12. CARVALHO FRANCO, Maria Silva. Os homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, IEB, 1969.
13. CASTRO, Cláudio de Moura. Estrutura e apresentação de publicações científicas. São Paulo, Mac Graw-Hill do Brasil, 1980. 70p.
14. CEAG/SC. Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: Estudo das alterações estruturais (séc. XVII-1960). Florianópolis, CEAG/SC, 1980. 216p. (A parte histórica foi realizada pelo Professor Américo Augusto da Costa Souto).
15. CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e Democracia: o discur-

so competente e outras falas. 4 ed. rev. e ampliada, São Paulo, Cortez, 1989. 309p.

16. CIDADE de Blumenau. Ano X, nº 43, de 21.03.1934.
17. CLARK, David. Introdução à Geografia Urbana. Trad. de Helena Girardi e Silvana Maria Pitandi, São Paulo, Difel, 1985.
18. CORRÊA, Carlos Humberto P. Os Governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982: Notas biográficas. Fpolis, Ed. da UFSC, 1983. 360p.
19. CUNHA, Idaulo. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
20. D'ÁVILA, Edison. Pequena história de Itajaí. Itajaí, Gráfica Dehon, 1982. 155p.
21. DEPARTAMENTO de Estatística e Publicidade - Cadastro Industrial, Imprensa Oficial, Florianópolis, 1938.
22. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira (Presidente do IBGE), XXXII Vol., Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1959.
23. FAORO, Raimundo. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. 4 ed., Porto Alegre, Globo, 1977.

24. FOUQUET, C. O imigrante alemão. São Paulo, Instituto Hans Staden, 1974.
25. FICKER, Carlos. Charles van Lede e a colonização belga. Subsídios para a História da Colonização de Ilhota no Rio Itajaí-Açú. "Compagnie Belge-Brasiliense de Colonisation". Blumenau-SC., 1972. 37p.
26. FONTES, Hêlio B. Sinopse histórica. In: Focalizando Brusque e Gaspar. Municípios de Santa Catarina, São Paulo, Ed. Focalizando, 1959.
27. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1959.
28. GROSELLI, Renzo Maria. Vencer ou morrer: camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras. Tradutores: Ciro Mioranza, Solange H. Luques, Fpolis, Ed. da UFSC, 1987. 585p.
29. HERING, Ma. Luiza R. Um capítulo da História Republicana: a atuação dos políticos do Vale do Itajaí em defesa do ideal democrático. Notícias de Vicente Sô. Brusque, S. A.B., 7(18)1980.
30. _____. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau, FURB, 1987. 328p.

31. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. As primeiras expedições. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira, t. 1, v. 1, São Paulo, Difel, 1977.
32. _____. Raízes do Brasil. 12 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1978. 154p.
33. JAMUNDÁ, Teobaldo da Costa. Agricultura e Pecuária em Terras do Itajaí. In: Álbum do Centenário de Blumenau. Edição da Comissão de Festejos, 1950.
34. JENSEN, Guilherme; EMMENDORFER OFM, Frei Ernesto; ZIMMERMANN, Pedro J. Exportação e importação. Livro do Centenário de Blumenau, Comissão de Festejos, Blumenau, 1950.
35. KLEINE, Téo. Desenvolvimento do comércio em Blumenau. Livro do Centenário de Blumenau, Comissão de Festejos, Blumenau, 1950.
36. KOCH, Dorvalino. Luxemburgo nas emigrações alemães. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 3a. fase, nº 2, I semestre, 1980.
37. LEVY-STRAUSS, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Antropologia y Sociologia. Madri, Editorial Tecnos, 1971.
38. LINDEN, Bruno. Notas para a História e Corografia da Paró

- quia de São Pedro Apóstolo. Gaspar, 1904 (provável).
39. LOBO, Eulália M.L. História político-administrativa da agricultura brasileira - 1808-1889. p. 218. s-n.t.
 40. LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
 41. MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. São Paulo, Atlas, 1982.
 42. MARROU, Henri-Iréné. Sobre o conhecimento histórico. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 265p.
 43. MARTINS, Valmir. A contribuição do imigrante para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção no Sul do Estado de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1979. 327p.
 44. MATTOS, Jacinto Antônio de. Colonização do Estado de Santa Catarina: dados históricos e estatísticos - 1640 - 1916. Florianópolis, Tip. "O Dia", 1917, 1º vol. 241p. (várias paginações).
 45. MEIRINHO, Jali. A República em Santa Catarina - 1889-1900. Fpolis, Ed. da UFSC, 1982. 127p.
 46. _____. Datas históricas de Santa Catarina: 1500-1985. Fpolis, Ed. da UFSC, 1985. 261p.

47. METZER, Claus. O lavrador-operário de Guabiruba. Guabiruba, Prefeitura Municipal, 1988. 128p.
48. MONTEIRO, Jaecyr. Nacionalização do ensino. Uma contribuição à História da Educação. Florianópolis, UFSC, 1983.
49. MORAES, Mello. História do Brasil Reino e Brasil Império. Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro, Tomo I, 1871. 441p.
50. OBERACKER JÚNIOR, Carlos H. História geral da civilização brasileira. Cap. III. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. p. 220 a 244.
51. PAIVA, Joaquim Gomes d'Oliveira e. Notícia geral da Província de Santa Catharina. Desterro, Typ da Regeneração, 1873. 35p.
52. PELUSO JR., Victor A. A colonização alemã na área fronteiriça à Ilha de Santa Catarina; observações geográficas. Florianópolis, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nº 2, 8a. fase, 1º semestre, 1980.
53. _____. A cidade de Gaspar. Ensino de Geografia Urbana. Revista do IHGSC nº 7, 3a. fase, pp. 181-234, 1986/87.
54. PESSOA DA COSTA, Eda Maranhão. Expansão urbana e organização espacial. Universidade Federal de Pernambuco, Imprensa Universitária, Recife, 1982.

55. PIAZZA, Walter F. O italiano e sua contribuição à agricultura em Santa Catarina. Boletim Paranaense de Geografia, Curitiba, 8/9, 23-49, 1963.
56. _____. A modernização e as elites emergenciais: a contribuição alemã. Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1978. 46p.
57. _____. A colonização de Santa Catarina. 2 ed., Florianópolis, Lunardelli, 1988. 376p.
58. _____. Santa Catarina: sua história. Florianópolis, Editora da UFSC/Lunardelli, 1983. 748p.
59. _____. "Os Diários de Dom José de Camargo Barros e as suas visitas pastorais ao território catarinense". Separata da Revista do IHGSC, 3a. fase, nº 5, 1984. 58-118p.
60. PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. 7 ed., São Paulo, Brasiliense, 1963. 390p.
61. _____. História econômica do Brasil. 19 ed., São Paulo, Brasiliense, 1976. 364p.
62. _____. Evolução política do Brasil. 10 ed., São Paulo, Brasiliense, 1977. 249p.
63. PROVINCIALADO dos Franciscanos. Vida Franciscana. São

Paulo, Janeiro, 1947.

64. QUEIROZ, Maria I.P. de. O mandonismo local na vida brasileira. São Paulo, IEB, 1969.
65. RAMOS, Nereu. Relatório. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1941.
66. ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969.
67. SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Santa Catarina, 1820. Trad. de Carlos da Costa Pereira, São Paulo, Nacional, 1936, 252p. (Brasiliana, 58).
68. SALOMON, D. Vieira. Como fazer uma monografia. Belo Horizonte, Interlivros, 1971.
69. SANTOS, Silvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. São Paulo, Símbolo, 1976. 124p.
70. SANTOS, Roselys Izabel C. dos. Colonização italiana do Vale do Itajaí-Mirim. Fpolis, Edeme, 1981. 108p.
71. SCHAEITE, OFM, Frei Estanislau. Vida católica em Blumenau. Livro do Centenário de Blumenau, Comissão de Festejos, Blumenau, 1950.
72. SCHMITT, OFM. Frei Eliziário. A casa dos Jasmins - Crôni-

ca de uma família catarinense. Edição do autor, 1975.
147p.

73. SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. Povoamento, imigração e colonização. A Fundação de Blumenau no Vale do Rio Itajaí e Joinville. Joinville, 1983. 311p.
74. SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974. 150p.
75. SHAFF, Adam. História e verdade. 2 ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983. 317p.
76. SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. 2 ed., Blumenau, Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988. 300p.
77. _____. A colonização do Vale do Itajahy. Blumenau, Typ. do Correio de Blumenau, 1932. 32p.
78. SILVEIRA JR. Itajaí. São Paulo, Escalibur, 1972.
79. STEINNETZ, Jaqueline. Gaspar. Antecedentes coloniais até sua emancipação. Florianópolis, Departamento de História da UFSC (mimeografado), set./1984. 21p.
80. TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. Em Santa Catarina Colonial; capítulo da História do povoamento. São Paulo, Imprensa Oficial, 1936. 180p.

81. TELLES, Norma Abreu. Cartografia Brasilis ou: esta história está mal contada. Coleção Espaço, São Paulo, Editora Loyola, 1984. 156p.
82. TSCHUDI, Johann Jakob von. As Colônias de Santa Catarina. Apresentação e anotações de Walter F. Piazza, Blumenau: CNPq, Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988. 96p.
83. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central, Normas para apresentação de trabalhos, Curitiba, Editora da Universidade do Paraná, 1981. 183p.